



GÊNEROS E SEXUALIDADES

em veredas dissidentes
e resistentes

Marcelo Chaves Soares
Edmar Reis Thiengo
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2022



GÊNEROS E SEXUALIDADES

em veredas dissidentes
e resistentes

Marcelo Chaves Soares
Edmar Reis Thiengo
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade do Estado de Mato Grosso

Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria



Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Edevaldo de Castro Monteiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas



Gêneros e sexualidades em veredas dissidentes e resistentes

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Chaves Soares
Edmar Reis Thiengo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G326 Gêneros e sexualidades em veredas dissidentes e resistentes / Organizadores Marcelo Chaves Soares, Edmar Reis Thiengo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0754-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.546220111>

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Soares, Marcelo Chaves (Organizador). II. Thiengo, Edmar Reis (Organizador). III. Título.

CDD 306.765

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Mais do que uma apresentação, este é um convite para juntos caminharmos pelas veredas que os gêneros e as sexualidades nos proporcionam. As veredas de dissidência e resistência são caminhos que querem desvelar desigualdades, transgredir a norma e subverter a cisheteronormatividade.

Este trabalho é um esforço coletivo de pesquisadoras e pesquisadores empenhadas em pensar, para além do senso comum, o sistema Sexo x Gênero x Sexualidade produtor de enquadramentos (BUTLER, 2019). Mais que pensar, os textos aqui dispostos atuam numa perspectiva contradisciplinar ou contrassexual (PRECIADO, 2014).

O trabalho se divide em três grandes veredas: a primeira vereda, “Sexualidade, Narrativas e Educação”, discute a sexualidade a partir de narrativas com foco na Educação Básica. Nesse sentido, os textos falam de percepções de estudantes acerca das questões que envolvem a sexualidade, do mesmo modo que denunciam a necessidade urgente de trazer ao espaço escolar o debate da sexualidade.

A segunda vereda, “Gênero, Corpo e Dissidências”, analisa as questões do corpo e do gênero em diferentes perspectivas sócio-filosóficas, mobilizando discussões que analisam as influências da tecnologia nos debates de gênero nos últimos anos, pensando o corpo a partir de narrativas insurgentes em diálogo com a Educação, mas, também com a arte e a filosofia.

A terceira e última vereda, “Sexualidades e outros contextos”, traz reflexões sobre sexo e sexualidade, de modo que busca romper silenciamentos e apagamentos de temáticas que outrora eram tratadas pela não discussão e um não debate. Temas como o abuso sexual se encontram nesta vereda, do mesmo modo que as formas de expressão da sexualidade por homens gays também integram o caminho.

A leitora e o leitor têm em mãos um livro potente, que dispensa maiores apresentações. Fica apenas o convite para se enveredar pelos caminhos da dissidência e da resistência.

Marcelo Chaves Soares
Edmar Reis Thiengo
Organizadores

SUMÁRIO

I VEREDA - SEXUALIDADE, NARRATIVAS E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 1..... 1

SEXUALIDADE ENGAJETADA NA ESCOLA: SOMOS SERES NÃO SEXUAIS?

Joel Almeida Neto
Lohan Galvão de Oliveira
Edmar Reis Thiengo

CAPÍTULO 2..... 15

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES SOBRE SEXUALIDADE E SUA DISCUSSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Lohan Galvão de Oliveira
Edmar Reis Thiengo

CAPÍTULO 3..... 33

SEXUALIDADES EXPRESSAS NOS ESPAÇOS ESCOLARES: UM DEBATE URGENTE

Jésus Gomes de Souza
Kátia Gonçalves Castor
Edmar Reis Thiengo

CAPÍTULO 4..... 51

NARRATIVAS ADOLESCENTES: SEXUALIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR

Thiago Fernandes Madeira

II VEREDA - GÊNERO, CORPO E DISSIDÊNCIAS

CAPÍTULO 5..... 61

CORPOS-TERRITÓRIOS-LGBT+ NA DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA BAHIA: IMAGENS, NARRATIVAS E (RE)EXISTÊNCIAS

Janivaldo Pacheco Cordeiro
Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios

CAPÍTULO 6..... 73

AGONÍSTICA E GÊNERO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: DOS LIVROS ÀS REDES SOCIAIS

Pablo Ornelas Rosa
Aknaton Toczec Souza
Jésio Zamboni

CAPÍTULO 7..... 90

CORPOS QUE IMPORTAM: O PROCESSO DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL NA VIDA DE UMA MULHER *TRANS*

Marcelo Chaves Soares
Bianca Santos da Silva

Edmar Reis Thiengo

CAPÍTULO 8..... 100

QUANDO A ARTE TRANSGRIDE: SUBVERSÃO *QUEER*-CONTRASSEXUAL NA OBRA DE CARLOS MOTTA

Marcelo Chaves Soares

III VEREDA - SEXUALIDADES E OUTROS CONTEXTOS

CAPÍTULO 9..... 110

DO PASSIVO AO ATIVO: PARA REPENSAR AS ESTRUTURAS DISCURSIVAS DO SEXO

Marcelo Chaves Soares

CAPÍTULO 10..... 118

INDÍCIOS DE ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXÕES A PARTIR DE DIÁLOGOS COM EDUCADORES

Edmar Reis Thiengo

CAPÍTULO 11 131

CRIANÇA, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO SOBRE O ABUSO SEXUAL INFANTIL

Edmar Reis Thiengo

Paulo Roberto Pereira Junior

SOBRE OS ORGANIZADORES 141

SOBRE OS AUTORES 142

I VEREDA - SEXUALIDADE, NARRATIVAS E EDUCAÇÃO

SEXUALIDADE ENGAVETADA NA ESCOLA: SOMOS SERES NÃO SEXUAIS?

Data de aceite: 20/09/2022

Joel Almeida Neto

Professor de Ciências e Biologia na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. Mestre em Educação em Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Graduado em Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal de Viçosa. É membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Diversidade – Ifes. E-mail: joel.almeidaw@gmail.com.

Lohan Galvão de Oliveira

Professor de Inglês no Centro Acadêmico Primeiro Mundo - Vila Velha. Mestre em Educação em Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus Vitória. Graduação em Química pela Ohio University e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Graduação em Letras Inglês em andamento pela Faculdade Estácio. É membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Diversidade – Ifes. E-mail: lohan_galvao@hotmail.com.

Edmar Reis Thiengo

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Licenciado em Ciências e Matemática. É líder do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática Inclusiva – Ifes e do Grupo de Pesquisa Educação, História e Diversidades – Ifes. E-mail: thiengo@ifes.edu.br.

discutir a visão de estudantes do ensino médio de uma Escola Pública Estadual do município de Cariacica no Espírito Santo sobre como questões relacionadas à sexualidade, ao gênero e às temáticas LGBT podem ou devem ser trabalhadas no ambiente escolar. Para tanto, foram selecionadas duas turmas de terceiro ano do ensino médio, totalizando 31 estudantes. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário contendo três perguntas que abordavam a necessidade de discutir essas temáticas na escola. As respostas foram analisadas sob a ótica de Foucault que afirma que sexualidade e gênero são historicamente negados nas escolas, mas mesmo assim permeiam estes ambientes e que, de acordo com Silva, estas temáticas passam a compor o currículo oculto. Por conseguinte, os resultados apontam que há pouca compreensão sobre os conceitos acerca de sexualidade e gênero. Embora indiquem também que existem bases LGBTfóbicas nas ideias dos discentes, há por parte dos mesmos, uma inclinação que demonstra que alguma ação sobre a temática LGBT deve ser realizada na escola.

PALAVRAS CHAVES: Gênero; Sexualidade; LGBT; Escola.

INTRODUÇÃO

O movimento conservador no Brasil ganha força ao agregar o conservadorismo moral de alguns grupos religiosos existentes no país, em suas pautas. Para Almeida (2019), além de ter

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de

exercido papel fundamental na eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018, a expansão do segmento conservador religioso na política é uma evidência do crescente poder que este exerce na atualidade.

Este novo movimento conservador, agora embebido do conservadorismo moral religioso, tenta sufocar as pautas de gênero e sexualidade na sociedade. Segundo Almeida (2019), após as pautas progressistas LGBTQs terem ganhado espaço no Brasil nas últimas três décadas, houve uma reação conservadora à estas. Dessa maneira, religiosos e políticos que compõem este movimento, por vezes, acabam utilizando de falácias e interpretações deturpadas sobre gênero e sexualidade para tentar popularizar e vociferar as ideologias deste conservadorismo.

Além disso, vivemos numa sociedade fundamentada na LGBTQfobia. Segundo Mott (2019), autor do relatório publicado pelo Grupo Gay da Bahia, 329 pessoas LGBTQ¹ morreram em 2019 no Brasil por conta da LGBTQfobia. É estimado que uma pessoa LGBTQ comete suicídio ou é brutalmente assassinada por conta deste preconceito, à cada 26 horas. Desta forma, se como cidadãos e seres políticos permitimos a perpetuação de um falso moralismo conservador que suporta estes preconceitos, permitimos assim, que estes se instaurem nos núcleos da nossa sociedade, inclusive nas escolas.

Portanto, a instituição escolar não pode ser vista como se estivesse à margem da sociedade e de seus atravessamentos, afinal “as questões de gênero e sexualidade estão no espaço da escola, dentro das salas e aula, estão nas relações que os sujeitos vão estabelecendo nos espaços em que circulam” (TORRADA, RIBEIRO e RIZZA, 2019, p. 54). Dessa maneira é importante que os docentes e os demais colaboradores do processo educacional tenham sensibilidade à presença dessas temáticas nesse ambiente e a partir disso, provoquem ações que incluam e deem relevância a esses debates na escola.

A este modo, a escola e o professor também têm o dever pautado em leis, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), de abordar as temáticas relacionadas à gênero e sexualidade. Para mais a escola, é local de construção de conhecimento e Segundo Louro (2003) se entendemos que estas temáticas perpassam o ambiente escolar e que a escola também produz identidade, precisa haver interferência nestes ambientes para que preconceitos como a LGBTQfobia não sejam perpetuados.

Desta maneira, este trabalho teve o objetivo de **discutir a visão de estudantes do terceiro ano do Ensino Médio sobre como questões relacionadas à sexualidade, ao gênero e a temática LGBTQ podem ou devem ser trabalhadas no ambiente escolar.**

Para tanto, parte-se da premissa de que sexualidade e gênero são historicamente negados nas escolas, mas mesmo assim permeiam estes ambientes, Foucault (1999), e

1. Os autores do presente artigo fazem o uso do termo LGBTQ, bem como LGBTQfobia por considerarem termos mais usuais. Contudo, utilizou-se os termos LGBTQ e LGBTQfobia para ser fiel à escrita do autor da citação.

que, de acordo com Silva (2009), estas temáticas passam a compor o currículo oculto presente nos ambientes escolares.

REFERENCIAL TEÓRICO

As relações de desigualdade entre os grupos sociais que compõe a nossa sociedade são estabelecidas, segundo Foucault (1999), pelo poder e utilizadas pelo mesmo para a manutenção dessas desigualdades com o intuito de exercer controle sobre os grupos sociais considerados inferiores, perpetuando assim, os mecanismos de opressão nestes locais. Dessa maneira, reforçam-se padrões sociais que sufocam a liberdade de grupos de minoria de expressarem e de viverem, por exemplo, uma sexualidade livre da heteronormatividade. Este autor diz ainda que a sexualidade, por conta das ações dos mecanismos de poder, foi escondida na sociedade.

No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos (FOUCAULT, 1999, p. 9-10).

A este modo, a sexualidade foi sufocada nos ambientes sociais, inclusive na escola. Para Silva (2009) os preconceitos sociais como a LGBTfobia e os de classe se disseminam na escola através da praxi do currículo tradicional e conservador. Sendo assim, para este autor, a escola contribui na reprodução de crenças que nos fazem ver os arranjos sociais desiguais existentes como bons e desejáveis. Dessa maneira para Foucault (1999), falar livremente sobre sexualidade passa a ser considerado obscenidade e ato recriminável. Em torno do sexo, então, acontece uma explosão discursiva daquilo que se pode ou não falar sobre o sexo. Surgem normas que tentam controlar as expressões e os corpos, regras de decência e de moralidade tomam conta dos discursos que envolvem o sexo.

[...] em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva. É preciso ficar claro. Talvez tenha havido uma depuração - e bastante rigorosa - do vocabulário autorizado. Pode ser que se tenha codificado toda uma retórica da alusão e da metáfora. Novas regras de decência, sem dúvida alguma, filtraram as palavras: polícia dos enunciados. Controle também das enunciações: definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição: entre pais e filhos, por exemplo, os educadores e alunos, padrões serviçais (FOUCAULT, 1999, p. 20-21).

Normas, então, passam a ser criadas aos moldes heterossexuais e religiosos na tentativa de controlar a sexualidade da/na sociedade/escola. Dessa forma, como a heterossexualidade é considerada modelo e regente da sexualidade social e escolar, o currículo passa a ser construído a partir desta perspectiva. A este modo, “o currículo da

escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código dominante” (SILVA, 2009, p. 35). Para mais, a escola seleciona e padroniza conteúdos bem como as formas de serem ensinados, como dito por Foucault:

Seria inexacto dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores (1999, p. 31-32).

Dessa forma, a sexualidade que foge a normativa heterossexual estabelecida por estas instituições é negligenciada, sufocando assim, os debates em torno da sexualidade no ambiente escolar com a justificativa de que a escola não seria local apropriado para tais debates. Deixando então, este debate, a cargo do currículo oculto, que é composto por todos os aspectos do ambiente escolar que não compõe o currículo oficial, pois segundo Silva:

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial explícito, contribuem de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes. [...] Para a perspectiva crítica, o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações que permitem que crianças e jovens se ajustem da forma mais conveniente às estruturas e as pautas de funcionamento consideradas injustas e antidemocráticas e, portanto, indesejáveis, da sociedade capitalista (2009 p. 78-79).

Por conseguinte, o currículo oculto fica a cargo de ensinar pautas sociais negligenciadas pela escola e pelo currículo tradicional, mas implícitas no ambiente escolar. Para Silva (2009), é por meio dele que se aprende a ser homem ou mulher, heterossexual, ou homossexual, aprende-se também sobre valores ligados à nacionalidade, raça e gênero.

Numa perspectiva mais ampla, aprendem-se, através do currículo oculto, atitudes e valores próprios de outras esferas sociais, como, por exemplo, aqueles ligados à nacionalidade. Mais recentemente, nas análises que consideram também as dimensões do gênero, da sexualidade ou da raça, aprende-se, no currículo oculto, como ser homem ou mulher, como ser heterossexual ou homossexual, bem como a identificação com uma determinada raça ou etnia (SILVA, 2009, p. 79).

O currículo oculto torna-se então, mecanismo do poder que obriga os membros da comunidade escolar a se adequarem na cultura de maioria, disseminando e reforçando assim preconceitos e normativas sociais. O currículo oculto, então, ensina através de normas, regras, rituais. Selecionando assim as experiências, categorizando os sujeitos entre os mais capazes e os menos capazes.

O currículo oculto ensina, ainda, através de rituais, regras, regulamentos, normas. Aprende-se também através das diversas divisões e categorizações explícitas ou implícitas próprias da experiência escolar: entre os mais “capazes” e os menos “capazes”, entre meninos e meninas, entre um currículo acadêmico e um currículo profissional (SILVA, 2009, p. 79. grifos do autor).

Sendo assim, a sexualidade fica sujeita a heteronormatividade sufocando outras expressões da mesma. Dessa maneira, a fim de desocultar o currículo oculto é necessário trazer à tona nas escolas, as temáticas que o compõe. Por conta disso, e sendo a sexualidade componente do currículo oculto é necessário colocá-la em pauta, falar sobre ela e de maneira despudorada.

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura (FOUCAULT, 1999, p. 12).

Portanto, é fundamental que a sexualidade esteja sempre em foco, principalmente em espaços em que esta é silenciada e indesejada. Dessa maneira, conseguimos nos colocar, por vezes, fora das ações e dos mecanismos de poder. À vista disso, busca-se neste trabalho, não somente trazer esta temática à tona na escola, mas também as formas como esta é compreendida pelos discentes.

METODOLOGIA

Este trabalho foi executado em uma escola estadual no município de Cariacica no Espírito Santo no mês de Novembro de 2018. Esta instituição é localizada em um bairro periférico do município que compõe a região metropolitana de Vitória. Para mais, os alunos desta escola são de uma realidade precária, com uma forte influência de religiões protestantes. Além disso, nem todos os estudantes têm acesso à todos os tipos de tecnologias.

Sendo assim, houve a participação voluntária e anônima de 31 estudantes de um total de 46 alunos presentes em duas salas de terceiro ano do Ensino Médio que funcionavam no turno matutino da escola. Mediante a autorização da diretora da escola, a escolha por essas turmas foi feita por serem alunos que estão no final do ensino básico. Além disto, os pesquisadores não eram professores destas turmas e evitaram dar explicações sobre o tema a fim de minimizar a influência dos mesmos com os alunos.

Para a coleta de dados foram realizadas aos estudantes, as seguintes três perguntas:

1 - O que você entende por Sexualidade?

2 - Você acha que o assunto sobre Sexualidade e Gênero deve ser trabalhado na escola? Por que?

3 - Deve ser feito algo sobre a temática LGBT na escola?

Os estudantes tinham um tempo indeterminado para a realização da atividade e, além disso, não eram obrigados a responder aos três questionamentos. Por fim, os dados foram analisados em consonância com o referencial teórico desta pesquisa, comparando entre si, as respostas dos diferentes questionários. Além disso, durante a análise dos dados, algumas respostas ou partes de respostas foram transcritas fidedignamente para esboçar, exemplificar e discutir a visão dos discentes sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, as respostas foram agrupadas para compreender como os alunos se posicionam em relação às temáticas abordadas. Dessa maneira, respostas de uma mesma pergunta de diferentes alunos foram associadas relacionando seus pontos em comum. A este modo, pode-se compreender de maneira geral o que os discentes entendem com relação aos temas e como/se, na opinião dos educandos, essas temáticas devem estar presente no ambiente escolar. Sendo assim, foram construídos três gráficos que agrupam as respostas das perguntas. Vale ressaltar que os números expressos no primeiro gráfico são superiores ao total de participantes na pesquisa, porque algumas respostas apresentam mais de um ponto em comum. O gráfico abaixo apresenta o agrupamento das respostas da primeira pergunta.

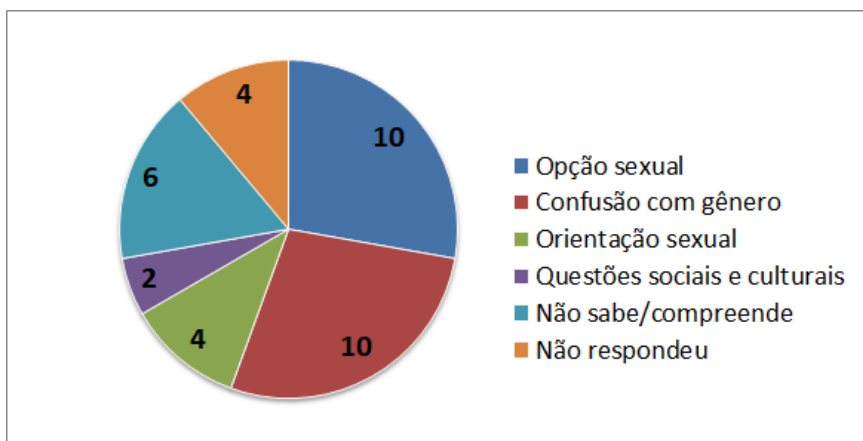


Gráfico 1 - Como os discentes compreendem a sexualidade

Fonte: Próprios autores.

No Gráfico 1 é possível perceber que quatro alunos demonstram compreender sexualidade como orientação sexual nas respostas. Tal afirmação evidencia-se pelas

respostas:

“A sexualidade, na minha opinião, é sobre a sua orientação sexual...”.

“Sexualidade é quando a pessoa se descobre, ou seja, se ela é hetero ou homossexual, ou de qualquer outro grupo LGBT+...”.

Dessa maneira, estes discentes entendem que sexualidade está relacionada à forma como o desejo sexual se manifesta nos indivíduos. Em contrapartida, há uma maioria de estudantes que acredita que os indivíduos têm controle das maneiras pelas quais sua sexualidade é expressada, como pode ser evidenciado nas respostas a seguir:

“Não entendo muito, mas acho que cada um tem o direito de escolher sua sexualidade.” “sexualidade pode se entender como opção de escolha a pessoa e ter sua escolha própria e se sentir bem do jeito que ela é”.

Existe um grande quantitativo de discentes que demonstraram fazer confusão com gênero. Evidencia tal afirmação ao vermos as resposta:

“Masculino e feminino”.

“Sexualidade é o que você deseja ser, homem ou mulher”.

Nestas duas respostas e em outras oito, nota-se que não há mais menção à sexualidade, orientação sexual, ou opção sexual. Sendo assim, estas tratam sexualidade como gênero, demonstrando que há desconhecimento e confusão entre os conceitos de sexualidade e gênero. Há também um quantitativo de alunos que afirmaram ou demonstraram com respostas confusas, não compreender o que é sexualidade quando afirmam:

“Eu não entendo muito!”.

“Entendo que a sexualidade é uma coisa Pessoal de uma pessoa”.

As respostas da primeira pergunta, de modo geral, sugerem que não há compreensão do conceito de sexualidade e de gênero. Além disso, que um grande número de discentes compreendem sexualidade como escolha. Por fim, há um número pequeno de alunos compreendem sexualidade como orientação sexual ou consideram outros fatores além de atração sexual.

Sendo assim, percebe-se de maneira geral uma grande variação na compreensão dos conceitos que circundam a sexualidade. Dessa maneira, esta, fica na escola, a mercê do senso comum e da moralidade estabelecida pelos aspectos socioculturais de cada indivíduo. A este modo, ao negarem a sexualidade, deixam-na a cargo do currículo oculto que para Silva (2009), tenta ensinar os comportamentos e estruturas considerados padrões na sociedade, condenando assim àqueles que fogem às normas. Para mais, apresenta-se em sequência o segundo gráfico com os dados coletados da segunda resposta dos

discentes sobre a discussão de gênero e sexualidade na escola.

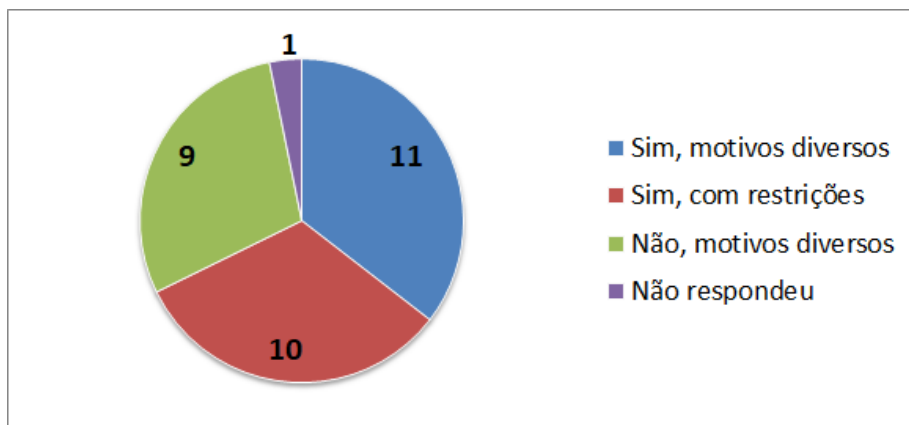


Gráfico 2 - Posicionamento dos discentes sobre discutir ou não gênero e sexualidade em sala de aula.

Fonte: Próprios autores.

O segundo gráfico mostra que 19 dos 31 estudantes ou são claramente contrários ao debate ou apresentam restrições ao mesmo. Sendo que estas apontam a idade dos estudantes e/ou a etapa de ensino como fator restritivo à temática, como nas seguintes respostas:

“sim, a partir dos 13/14 anos”

“sim, porem so no ensino médio, que os jovens são mais maduros”.

Estas restrições sugerem uma impossibilidade ou maneiras de cercear a discussão sobre sexualidade para alunos mais novos. Sendo assim, algumas respostas apresentam justificativas como:

“Sim, mas mais no ensino médio, para orientar quem está entrando na vida adulta”.

Exemplificando assim Foucault (1999), ao dizer que impuseram dispositivos institucionais e discursivos, onde se codifica os conteúdos e qualifica os locutores ao se falar de sexualidade com as crianças e adolescentes.

Para além, 9 discentes apontaram que estas temáticas não devem ser discutidas na sala de aula. Estes dizem que não é papel da escola, mas da família falar sobre sexualidade e gênero, como pode ser visto nos exemplos a seguir:

“Não acho necessário ser estudado, pois seria 1 matéria a mais ocupando a mente, sendo que não é algo tão importante para a vida acadêmica e

profissional.”.

“Não, a escola deve ensinar assuntos fundamentais para nossa capacitação em meio a sociedade e no mercado de trabalho, sobre gênero e sexualidade isso cabe aos pais orientar o jovem, ou ele pode procurar por ajuda, como psicólogo para o orientar.”.

Dessa maneira, percebe-se que alguns discentes entendem que os assuntos relacionados à sexualidade e gênero não são relevantes no ambiente escolar. Com estas afirmações estes alunos demonstram não compreender o quanto a sexualidade e o gênero são influentes no nosso dia a dia e principalmente na rotina escolar, já que, segundo Foucault (1999), mesmo que se tenha a impressão de que o sexo e o gênero sejam assuntos proibidos, ao darem conselhos, recomendações, observações, pareceres e exemplos edificantes as instituições e professores utilizam à todo instante do sexo e da sexualidade para regular as vestimentas, o conteúdo a ser ensinado e o comportamento dos sujeitos. Sendo que todos os conhecimentos de sexualidade e gênero que fogem às normativas ficam a cargo de serem ensinadas, segundo Silva (2009), pelo currículo oculto.

Contudo, há respostas de alunos que indicam a necessidade do debate e da construção de conhecimento sobre sexualidade. Como, por exemplo um estudante que diz:

“Sim, pois acredito que com este estudo pode ajudar aos que não tem conhecimento sobre o assunto...”.

Além disso, alguns alunos evidenciam em suas respostas a necessidade deste debate porque acreditam que ele pode auxiliá-los no caminho do autoconhecimento. Sendo assim um aluno diz:

“Sim! pois iria ajudar muitos, não só se descobrir, mas sim também entender, saber o que realmente é, e não ter problemas futuros”.

Nota-se nas duas últimas respostas citadas uma preocupação em se obter conhecimento, o que corrobora com a interpretação de que há uma incompreensão das temáticas pelos discentes, já que os mesmos apontam um anseio em saber mais sobre elas.

Há também muitos estudantes que alegam a importância do tema no combate ao preconceito, como as respostas a seguir exemplificam:

“Sim, Pois é um assunto que deve ser ensinado desde o começo para termos uma visão ampla e sem preconceito”

“Sim, porque ultimamente tem varias pessoas sofrendo agressão por conta da sexualidade”.

Essas respostas mostram que os temas relacionados à gênero e sexualidade, quando abraçados pelos estudantes, estão intrinsecamente relacionados ao combate ao

preconceito ou ao autoconhecimento, indicando superficialidade na compreensão destes temas. Negligenciando assim, a infinidade de possibilidades práticas e subjetivas que tais temáticas interferem e podem interferir na vida de um indivíduo. Para mais, apresenta-se a seguir o terceiro gráfico.

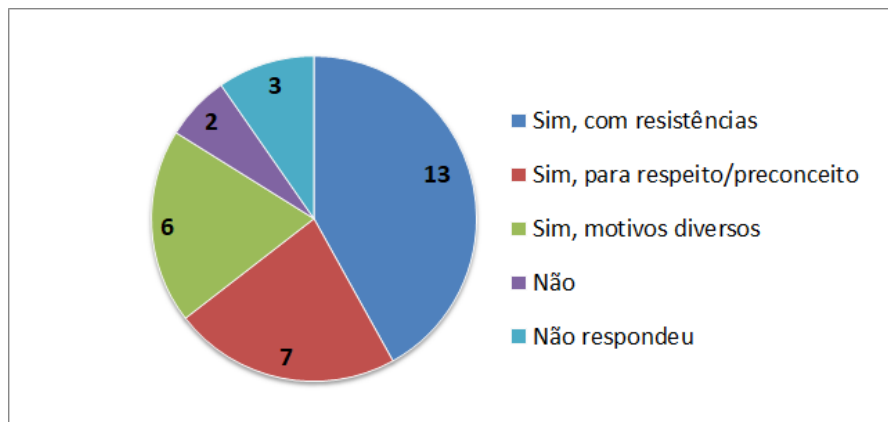


Gráfico 3 - Posicionamento dos discentes acerca da implementação ou não de ações sobre a temática LGBT na escola.

Fonte: Próprios autores.

O terceiro gráfico esboça a opinião dos discentes com relação às possíveis ações na escola com enfoque para a temática LGBT. Nota-se através deste que um grande quantitativo de respostas que aparentemente mostravam-se favoráveis às ações com enfoque nestas temáticas, apresentam também resistências para a ocorrência das mesmas, como por exemplo na resposta a seguir:

“No mínimo uma conversa/reunião, não incentivando as crianças mudar de sexo, mas para que elas não cresçam querendo agredir o colega por ele ser gay, bi etc...”.

O discente diz ser favorável a uma ação voltada para que não haja agressões, porém considera erroneamente que esta pode incentivar crianças a mudarem de sexo. Ou seja, para este aluno que não compreende as questões de gênero, trabalhá-las seria um perigo para o gênero pré-determinado das crianças. Outra resistência apresentada é a de seleção de público. Nesta resposta o discente aponta que só deve haver ações com a temática LGBT com alunos voluntários a este debate. O aluno diz:

“Sim mas que seja voluntário ou seja quem quiser debater ou interagir seja por conta própria...”.

Dentre estas respostas com resistência também observa-se àquelas em que o aluno

diz que ações sobre esta temática poderiam privilegiar o grupo LGBT, como no exemplo a seguir:

“Eu acho que o LGBT deve ser tratado como qualquer outra pessoa, não é necessário “privilégios” sobre leis para eles... Deve ser feito palestras ou algo assim para as pessoas entenderem que gay não é uma “aberração””.

Outro aluno ressalta, na resposta a seguir, que ao trabalhar estas temáticas não deve-se exaltar as subjetividades da comunidade LGBT:

“deve ser feito palestras sobre respeitar a diferença de cada pessoa mas não a exaltação dessas diferenças...”.

A este modo, estas resistências e normativas que os discentes acreditam ser fundamentais para a realização de atividades em prol da comunidade LGBT e da compreensão de sexualidade, são na verdade, mais um meio que o poder utiliza para regular a própria sexualidade no ambiente escolar. De acordo com Foucault (1999) a atividade sexual da criança é considerada pelas instituições em geral, inclusive a escola, como indevida e traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais, fazendo-se necessário uma demarcação da sexualidade, feita pelos pais, famílias, educadores, médicos e psicólogos. Considera-se que há um “germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo”.

Dessa maneira a sexualidade dos alunos acaba sendo não somente regulada na escola e em todos os ambientes sociais, mas também demonizada e patologizada. Para Silva (2009) é por meio destas regulações, regras, normas e categorizações próprias do ambiente escolar que o currículo oculto ensina. Sendo assim, estas barreiras colocadas pelos alunos, além de normatizar a sexualidade contribuem para a perpetuação do preconceito contra a comunidade LGBT nestes ambientes.

Ademais, há respostas que demonstram ser pró positivas para que ações sobre a temática LGBT aconteçam, porém somente para o respeito ao diferente e combate ao preconceito, como pode ser evidenciado na seguinte resposta:

“Sim! Os alunos tem que aprender a gostar de aceitar pelo menos, mesmo que sejam contra. palestra nas escolas ajudaria muito”.

Há uma abertura para que haja ações. Porém, neste caso, assim como no seguinte, somente para aceitação do indivíduo LGBT:

“nas escolas eles deveriam incentivar o respeito a comunidade LGBT, ensinar que amor é amor pois essa conversa entre pai e filho isso ainda é um tabu”.

Além disso, há também respostas que apontam diretamente para o combate ao preconceito, como a seguinte:

“É necessário uma conscientização, para que não haja preconceito futuramente”.

É nítida a preocupação com a temática. Isto evidencia-se pelo aparecimento das palavras respeito, aceitação, conscientização. No entanto não há aprofundamentos sobre as temáticas de sexualidade, neste caso, sexualidades não heteronormativas. Sendo assim, Foucault (1999), diz que há tecnologias em torno do sexo que faz o corpo social e até os indivíduos colocarem-se em vigilância. E uma dessas tecnologias é a pedagogia em torno da sexualidade da criança. Desta forma, é possível compreender que dentro do ambiente escolar (e não somente nele) é permitido aceitar o sujeito LGBT, mas não é possível debater e nem compreender a totalidade acerca da sexualidade.

Há ainda duas respostas, que embora sejam minoria em número, mostram-se terminantemente negativas à execução de ações voltadas à temática LGBT. Um estudante diz:

“Não. Deve ser dado a educação para todos independente de opção sexual para que possamos todos nos respeitar”.

E outro vai além e dá uma demonstração clara de discriminação ao dizer:

“NÃO, VAMOS EXCLUIR DA SOCIEDADE”.

Nota-se que a resposta não se refere mais às ações em prol da comunidade LGBT, sobre compreensão da sexualidade ou até mesmo sobre o ambiente escolar. É uma manifestação clara de intolerância que defende a exclusão dos sujeitos LGBTs da sociedade.

Contudo, há também alguns poucos estudantes que se manifestaram favoráveis à realização de ações sobre temáticas LGBT na escola. Um dos estudantes disse:

“Sim! Gostaria muito que as escolas tivessem uma atenção maior com isso (...), creio que se a escola mostrasse interesse sobre esse assunto muitos alunos que fazem parte do grupo LGBT não se matavam”.

“Sim, a questão ao respeito e aceitação, e que isso (LGBT) é algo normal... Deve ser comemorado o dia do orgulho LGBT por ser uma data de conquista, assim como consciência negra, dia da mulher, etc.”.

Para além dos alunos que ressaltam somente a necessidade de prezar pelo respeito e aceitação dos indivíduos LGBT, estes discentes demonstram compreender um pouco mais sobre a temática quando frisam que representatividade, suicídio e luta contra o preconceito são temas intrinsecamente ligados às questões LGBT e devem fazer parte das discussões no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados apontam, de modo geral, para um desconhecimento e uma confusão com termos acerca de sexualidade e gênero. Sendo assim, com as respostas da primeira pergunta ficou evidente a dificuldade dos estudantes em falar sobre o conceito de sexualidade já que a maior parte das respostas se baseiam no senso comum de entender a sexualidade como uma escolha ou de confundí-la com o conceito de gênero.

Quanto às outras perguntas, é curioso que muitas de suas respostas apresentaram relativas contradições. Alguns estudantes eram favoráveis à discussão de gênero e sexualidade em sala de aula, mas mostravam-se contrários às ações sobre a temática LGBT e o oposto também foi observado. O que demonstra, dessa maneira, em conjunto com o desconhecimento apontado na primeira pergunta, como este ainda é um assunto delicado, um tabu e que causa apreensão.

Outro ponto crucial para compreender a dificuldade com a qual os discentes tratam este assunto é a quantidade de restrições que se colocam ao tratar sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual. A restrição mais foi a respeito da idade e série que estes assuntos devem ser trabalhados. Há uma aparente aflição sobre trabalhar gênero e sexualidade com adolescentes mais novos, considerando que o público dessa pesquisa sejam adolescentes, só que do Ensino Médio. O que justifica Foucault (1999), ao dizer que as atividades sexuais das crianças são vistas como indevidas e trazem perigos. Outro ponto preocupante é quanto às ações à temática LGBT na escola, há um mínimo de entendimento sobre a aceitação e o respeito ao sujeito LGBT ao passo que há uma repulsa em se compreender um pouco do universo LGBT e a amplitude deste, na escola.

Por fim, ainda que no ambiente escolar haja impasses para a discussão da sexualidade com os estudantes, já que estes apresentam dificuldades desde desconhecimentos dos termos, perpassando as restrições apresentadas, até as manifestações claras de preconceito, é este ambiente que promove a possibilidade do diálogo, da construção de novos conhecimentos e do fortalecimento de resistências à discriminação. De modo a traçar caminhos para a desconstrução do preconceito e à valorização da diversidade sexual, assumindo assim que somos seres sexuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**. vo. 38 n. 1, 2019. p. 185-213. ISSN 1980-5403.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1999.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2003.

MOTT, L. OLIVEIRA de, J. M. *et al.* Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil - 2019: **Relatório do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Wordpress. 2019. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/04/relatc3b3rio-ggb-mortes-violentas-de-lgbt-2019-1.doc>> Acesso em: 11 set. 2020.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade; Uma Introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

TORRADA, L. RIBEIRO, P. R. C. RIZZA, J. L. Estratégias de Resistência Possibilitando o Debate de Gênero e Sexualidade na Escola. **Revista Contexto & Educação**, v. 35, n. 111, p. 46-63. Ijuí: Unijuí. 2020.

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES SOBRE SEXUALIDADE E SUA DISCUSSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Data de aceite: 20/09/2022

Lohan Galvão de Oliveira

Professor de Inglês no Centro Acadêmico Primeiro Mundo - Vila Velha. Mestre em Educação em Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus Vitória. Graduação em Química pela Ohio University e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Graduação em Letras Inglês em andamento pela Faculdade Estácio. É membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Diversidade – Ifes. E-mail: lohan.galvao@hotmail.com.

Edmar Reis Thiengo

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Licenciado em Ciências e Matemática. É líder do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática Inclusiva – Ifes e do Grupo de Pesquisa Educação, História e Diversidades – Ifes. E-mail: thiengo@ifes.com.

RESUMO: Por meio de um questionário aplicado às turmas de segundo e terceiro ano do ensino médio de uma escola do município de Linhares no Espírito Santo, este trabalho buscou compreender as maneiras que os discentes destas turmas entendem a sexualidade e percebem as discussões sobre ela no ambiente escolar. Devido a pandemia de Covid-19 não foi possível que o pesquisador aplicasse o questionário e por isso, sua aplicação foi feita pela professora de

química das turmas. Ao analisar as respostas dos discentes interpolando-as com as ideias de Foucault, Louro e Butler os alunos demonstraram não compreender de maneira geral o que é sexualidade, e que confundem identidade sexual com identidade de gênero. Por fim, apesar de perceberem a expressão da sexualidade no ambiente escolar, os alunos mostraram possuir discursos que acabam reforçando e garantindo a perpetuação da heteronormatividade na escola e na sociedade. Demonstrando assim, que os discursos sobre o sexo difundidos nessa escola sofrem influência direta das normativas sociais impostas ao sexo.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Escola. Gênero. Heteronormatividade.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente a política brasileira vive uma onda crescente de influências provindas de um conservadorismo cristão moralista, que, por sua vez, segundo Almeida (2019) não somente auxiliou na eleição do presidente Bolsonaro, mas também reagiu e reage às pautas progressistas como a de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT), que confrontam às ideias de família e moral pregadas pelas religiões apoiadoras deste movimento conservador e governo. Além disso, para Almeida (2019), após ter ganhado espaço nos últimos 30 anos, o movimento LGBT sofre retaliação e confrontamento dos movimentos religiosos infiltrados na política brasileira,

incentivando assim, a disseminação da LGBTfobia na sociedade.

A este modo, a sociedade brasileira demonstra, segundo Mott et al., (2018), um número crescente de casos de LGBTfobia, que em 2017 atingiu o maior índice já registrado. Foram 445 pessoas LGBTs mortas em 2017 por conta desse preconceito. Além disso, estima-se que no Brasil um LGBT é morto brutalmente ou se suicida por conta da LGBTfobia a cada 19 horas.

Desa maneira, segundo Prado et al., (2013) as relações estabelecidas nas instituições religiosas, políticas e sociais brasileiras, demonstram estar embebidas de uma moralidade heteronormativa que está à serviço do poder, sendo que este, por sua vez, segundo Foucault (1999), utiliza a sexualidade e as próprias instituições para tentar regular os indivíduos de acordo com um padrão heterossexual pré estabelecido como norma. Sendo assim, por ser uma instituição e fazer parte da formação dos indivíduos na nossa sociedade, a escola também se coloca a serviço do poder e por isso é necessário compreender como os discentes presentes neste local compreendem questões ligadas à sexualidade.

Por conseguinte, o presente trabalho teve como objetivo **compreender as maneiras que os discentes do segundo e terceiro ano do ensino médio de uma escola particular do município de Linhares entendem a sexualidade e percebem as discussões sobre ela no ambiente escolar**. Para tanto, utilizou-se como apoio teórico Foucault que diz que historicamente o gênero e a sexualidade passaram por uma explosão discursiva na sociedade e também na escola, na tentativa de regulá-los de acordo com um padrão heteronormativo; e Louro que ressalta a importância de questionar na escola e na sociedade as intolerâncias para construir uma prática desnaturalizada e plural.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente a sexualidade passa por um processo de explosão discursiva. Segundo Foucault (1999), os discursos estabelecidos sobre uma pseudo moralidade agem em função do poder para controlar a sexualidade a partir de um padrão heteronormativo pré-estabelecido. Para a igreja tornou-se pecado e regulamentável, por isso passível de punição quando fugisse a normativa estabelecida. Para as instituições embebidas de poder tornou-se meio de controle de massas, não podendo assim ser mencionada, mas a todo instante utilizada para controlar os modos de vestir, agir, falar e expressar dos indivíduos.

A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se;

o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos (FOUCAULT, 1999, p. 9-10).

Dessa maneira, as sexualidades não normativas passaram a ser consideradas vexaminosas, impuseram-nas caráter pecaminoso e transgressor na sociedade e nas instituições, inclusive na escola. Para Louro (2003), a sexualidade passa a ser utilizada como meio de regulamentação nas instituições escolares, selecionando os padrões a serem seguidos e ensinados, negligenciando assim, as sexualidades diferentes da norma. Dessa maneira os discursos estabelecidos nestes ambientes são produzidos a partir de um padrão heterossexual que regulamento os corpos e que tenta silenciar os discursos, a cultura e a existência dos sujeitos desviantes deste padrão para garantir que a heteronormatividade seja garantida e estabelecida com sucesso.

[...] tão ou mais importante do que *escutar* o que é *dito* sobre os sujeitos, parece ser perceber o *não-dito*, aquilo que é silenciado — os sujeitos que *não são*, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais — e da homossexualidade — pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento — a ausência da fala — aparece como uma espécie de garantia da “norma” (LOURO, 2003, p. 67-68, grifos do autor).

A este modo, garante-se, na escola, que a heterossexualidade será mantida como padrão de sexualidade a ser seguido, estabelecendo assim, por meio deste, as formas de vestuário, comunicação, interação e comportamento que devem ser seguidos na escola e na própria sociedade. Segundo Louro (2000), ao fazer distinções entre os sujeitos, a sociedade segrega-os de maneira violenta e discriminatória. Sendo assim, “ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas violentas, também distingue e discrimina” (LOURO, 2000, p. 9).

Dessa maneira, para Foucault (1999), ao manter uma normativa heterossexual, a instituição pedagógica produziu e produz discursos que utilizam o sexo como meio de segregação e para selecionar sujeitos, discursos e conteúdos que podem compor o ambiente escolar. Sendo assim, para Louro (2003) ao imporem um padrão de sexualidade, segregam todo o resto das identidades sexuais não normativas, fazendo assim da escola, um local de perpetuação de preconceitos.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu

também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 2003, p. 57).

Portanto, a escola tornou-se lugar de produção e reprodução de desigualdades, segregando sujeitos por classe social, cor, gênero e sexualidade. Além disso, por meio de múltiplos mecanismos, ela hierarquiza e classifica os sujeitos, os conteúdos e as relações sociais estabelecidas no ambiente escolar.

Para Louro (2003), precisamos ter os sentidos apurados, perceber que o espaço escolar não é utilizado da mesma maneira por pessoas de sexualidades e gêneros diferentes, para assim questionar as imposições do poder, desconfiarmos do que é tomado como natural e ter como alvo destes questionamentos às práticas rotineiras e as palavras banalizadas.

Segundo Butler (2018), as percepções de um gênero e uma sexualidade natural e por vezes, determinadas vertentes que os compreendem como construídos, pressupõem que as identidades sexuais e de gênero sejam fixas, imutáveis e invariáveis, o que, por sua vez, leva a processos de desigualdades nas relações estabelecidas em sociedade.

Por conta disso, Butler (2018), aponta que é necessário considerar que tanto o gênero quanto a sexualidade são construções sociais que variam de acordo com os movimentos culturais, temporais, históricos de uma sociedade, e que para subverter os processos de desigualdades e de fixação do gênero e da sexualidade é necessário considerar estas interações culturais, sociais e históricas no processo de construção destas identidades. Dessa maneira, “O corpo culturalmente construído será então libertado, não para o seu passado “natural”, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais” (BUTLER, 2018, p. 164).

Neste sentido, é extremamente importante que o professor esteja atento não somente às maneiras pelas quais a sexualidade está sendo tratado no ambiente escolar, mas também que trabalhe em função de tentar garantir que estas identidades possam ser experienciadas na escola a partir de uma cultura e de experiências que possibilitem aos discentes vivências múltiplas acerca do gênero e da sexualidade.

3 | METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa escolheu-se uma escola particular de Ensino Médio do município de Linhares no Espírito Santo. Os alunos que participaram deste trabalho, eram discentes das turmas de segundo e terceiro ano da escola em questão. Além disso, estas turmas foram escolhidas com o intuito de compreender como estes alunos que

estão nos últimos anos de sua formação básica compreendem questões relacionadas à sexualidade.

Para tanto, foi utilizada uma hora de aula para que estes discentes pudessem responder um questionário com questões relacionadas à sexualidade. As perguntas apresentadas foram as seguintes:

- O que você entende por sexualidade?
- Na sua opinião, existe sexualidade certa e sexualidade errada? Porquê?
- A sexualidade, na sua opinião, está expressa na escola? Porquê?
- Na sua opinião a sexualidade é um tema que deve ser discutido na escola? Porquê?
- Se deve ser discutida, como você acredita que essa discussão deve ocorrer?

Com o intuito de proteger a privacidade e integridade dos participantes da pesquisa, os alunos foram informados, ao receberem o questionário, de que respondê-lo não era obrigatório e que os discentes não precisavam se identificar. Além disso, quando as respostas dos estudantes forem citadas, utilizar-se-ão pseudônimos para identificar a qual aluno a resposta pertence.

A turma de Segundo ano participante conta com 31 discentes e a de Terceiro ano conta com 21 alunos, estabelecendo um total de 52 estudantes participantes da pesquisa. Antes da aplicação do questionário foi avisado aos discentes que o mesmo não era obrigatório, que eles não precisariam se identificar e que poderiam parar de respondê-lo a qualquer momento se não se sentissem mais aptos.

Para mais, os dados coletados foram analisados a partir do entrelaçamento destes com o referencial teórico da pesquisa. Vale ressaltar que devido a pandemia de Covid-19, o pesquisador não pode participar presencialmente da aplicação do questionário, sendo que este foi aplicado pela professora de química das turmas. Dessa maneira, as percepções do pesquisador sobre a turma ficam restritas somente às respostas dos discentes e ao que foi expresso pela professora que aplicou o questionário.

4 | ALGUMAS DISCUSSÕES

Dessa maneira, dos 52 estudantes presentes, somente 14 responderam as perguntas, sendo que 10 alunos eram do segundo ano do Ensino Médio e 4 discentes eram no Terceiro ano do Ensino Médio. Destes, 2 disseram ter 16 anos, 7 disseram ter 17 anos, 4 falaram que tinham 18 anos e 1 respondeu com seu nome onde perguntava-se sobre a idade. Além disso, parte dos 38 não respondentes expressaram verbalmente não se sentirem confortáveis em falar sobre ou responder questões que envolvam sexualidade.

Segundo Foucault (1999), os discursos sobre o sexo foram moldados a partir de uma

normativa heterossexual. Tudo aquilo que era dito ou expresso em torno do sexo deveria seguir um padrão heteronormativo estabelecido na sociedade. A este modo, normas foram impostas a fim de moldar os sujeitos, os corpos, os modos, as vestimentas e o que poderia ou não ser falado sobre o sexo para atender ao padrão considerado adequado. Dessa maneira, apesar do discurso ser de restrição e de silenciamento às expressões livres do sexo, houve uma explosão discursivas em torno dele e sobre ele, para que pudessem tentar controlá-lo.

[...] em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva. É preciso ficar claro. Talvez tenha havido uma depuração - e bastante rigorosa - do vocabulário autorizado. Pode ser que se tenha codificado toda uma retórica da alusão e da metáfora. Novas regras de decência, sem dúvida alguma, filtraram as palavras: polícia dos enunciados. Controle também das enunciações: definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição: entre pais e filhos, por exemplo, os educadores e alunos, padrões serviçais. É quase certo ter havido aí toda uma economia restritiva. Ela se integra nessa política da língua e da palavra - espontânea por um lado e deliberada por outro - que acompanhou as redistribuições sociais da época clássica. Em compensação no nível dos discursos e de seus domínios, o fenômeno é quase inverso. Sobre o sexo, os discursos - discursos específicos, diferentes tanto pela forma como pelo objeto - não cessaram de proliferar: uma fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVIII (FOUCAULT, 1999, p. 20-21).

É possível, então, que o alto índice de alunos não respondentes mesmo que presentes em sala de aula e as expressões verbais de desconforto em responder sobre a temática de sexualidade sejam por conta das regulamentações dos discursos e das normas sobre o sexo que já constituem a sociedade e que de certa maneira influenciam os discentes naquilo que eles acreditam que podem ou não expressar sobre o sexo.

Entretanto, para aqueles que se propuseram a responder o questionário, a primeira pergunta visou compreender de maneira geral o que os estudantes entendem por sexualidade. Vale ressaltar que as respostas dos discentes estão dispostas fora dos padrões da norma culta para indicar e destacar com veemência as opiniões dos sujeitos da pesquisa. A este modo, a maior parte das respostas relacionavam sexualidade com o desejo sexual, atração, como pode ser visto a seguir:

Conjunto de comportamentos que causam satisfação da necessidade e desejo sexual.

André

É um conjunto de coisas que envolvem nosso corpo, sentimentos, atrações e etc...

Tereza

É uma forma que as pessoas expressam seu amor, seja pelo mesmo sexo ou não

João

Além disso, alguns discentes tentaram relacionar sexualidade com gênero, ou até mesmo dizer que os dois são a mesma coisa. Enquanto as respostas de outros ou tentavam naturalizar a sexualidade, ou não condiziam com a pergunta que lhes foi feita:

Sua opção sexual, gostar de homem ou mulher, se sentir melhor vestida como homem ou mulher independente do seu sexo.

Thiago

Opção do sexo da pessoa

Guilherme

Gêneros.

Fernanda

Que é a maneira que nos lidamos com os nosso instintos no dia a dia

Rafael

Algo característico de alguém, no qual você nasce gostando de algo.

Julia

Segundo Louro (2003), a identidade sexual se constitui a partir das maneiras que os sujeitos vivem a sua sexualidade, da forma como se relacionam entre si e dos significados que atribuem a ela neste processo. Além disso, a identidade sexual e de gênero, apesar de estarem interligadas, não são a mesma coisa, então, não devem ser confundidas. É importante ressaltar também, que tanto a sexualidade quanto os gêneros são construídos a partir das formas como interagimos uns com os outros, com o ambiente e com a sociedade, por exemplo. Por conta disso, não se deve atribuir um momento da vida dos sujeitos ao qual a sexualidade tenha sido lhe dada, ou que tenham optado por ela.

Suas identidades sexuais se constituíram, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais,

bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 2003, p. 26-27).

A este modo, as respostas fornecidas, demonstram de maneira geral que os discentes não compreendem o processo de construção das sexualidades nem do gênero apontados por Louro. Dessa maneira, os alunos confundem-se entre os significados de gênero e sexualidade já que, segundo Louro (2003), apesar de interligados os sujeitos podem ser masculinos, femininos e ao mesmo tempo homossexuais, bissexuais, heterossexuais, por exemplo.

Além disso, alguns dos discentes tentam naturalizar a sexualidade ao dizerem que ela é inerente ao nascimento ou a instintos biológicos inconscientes. Entretanto, para Foucault (1999), já que a sexualidade é produzida a partir do discurso, a tentativa de naturalizá-la funciona como um mecanismo do poder num processo de tentativa de padronização dos corpos, das identidades, dos modos dos sujeitos a partir da heteronormatividade. Dessa maneira, ao tentarem naturalizar a sexualidade, os discentes estão contribuindo, mesmo que inconscientemente, com a perpetuação da norma heterossexual estabelecida na sociedade.

Em sequência, perguntou-se aos estudantes se na opinião deles existe sexualidade certa ou errada e porquê. Treze dos 14 alunos responderam que não existe sexualidade certa ou errada e um se absteve de responder. É possível ver algumas das respostas abaixo:

Não, qualquer um pode gostar do que quiser, pode ser livre para qualquer decisão.

André

Na minha opinião não existe, na opinião dos outro pode até existir, mas na verdade verdadeira, na realidade do mundo, NÃO EXISTE! Não existe pelo simples fato que isso não cabe a ninguém, além do próprio indivíduo para decidir sua sexualidade. É como falar que minha preferência a açai do que à sorvete está errado, entende? Não tem lógica, nem cabimento alguém falar que a sexualidade de um está certo e a de outro está errada. E nem vou falar sobre questão religiosa, porque meu tempo é precioso.

Beatriz

Não, cada um deve ser livre pra escolher o que quiser independente do que seja.

Rafael

Não, pois cada um deve ter o direito de escolher o que quiser

Pedro

Em sua maioria os discentes defendem que a sexualidade é inerente ao sujeito e somente a ele. Sendo assim, para os alunos, não cabe a outros julgá-la independente de qual identidade ela assuma. Entretanto, os estudantes entram em contradição e reforçam a norma ao reafirmarem majoritariamente que a sexualidade é uma escolha, já que isto pressupõe que os sujeitos têm possibilidades de escolher dentre diferentes “tipos” de sexualidade; e já que segundo Louro (2003), as identidades sexuais são construídas ao longo da vida e não optadas.

Além disso, segundo Louro (2000), a norma estabelecida em nossa sociedade para a sexualidade, é a heteronormatividade. Por conta disso, os sujeitos que serão marcados como desviantes e que passarão por um processo violento de segregação e normatização, são aqueles que não assumem este padrão.

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2000 p. 9).

A este modo, segundo Louro (2000), quem sofre os processos violentos de demarcação desta norma, são os sujeitos desviantes da mesma. Sendo assim, buscou-se compreender se os estudantes percebem estas relações envolvendo a sexualidade dentro da escola. A este modo, eles foram questionados se e por que na opinião deles a sexualidade está expressa na escola.

Nove dos 14 discentes responderam que a sexualidade está expressa na escola, enquanto o restante dos alunos acreditam que a sexualidade não compõe e nem deveria compor o ambiente escolar. Abaixo é possível ver exemplos de respostas de alunos que acreditam que a sexualidade compõe os sujeitos nestes ambientes:

Sim, faz parte do cotidiano do adolescente, é evidenciado nas conversas entre alunos e alunas.

André

Sexualidade está em todo lugar, não? Porque se tem um segredo de deixar em casa antes de sair por favor me avise kkkk brincadeira (que tem verdades). Mas é sério, aonde tem pessoas, há sexualidade, e não enxergo outra explicação, as pessoas sempre iriam se sentir atraídas por outras, aí entra o que elas fazem a respeito disso né.

Beatriz

Não só na escola, mas em qualquer outro ambiente de vivência, visto que pessoas pode possuir gostos diferentes.

Rafael

Sim, pois existem pessoas diferentes em todos os lugares

Julia

Sim, pois tem pessoas.

Guilherme

Neste momento é interessante estabelecer uma comparação entre as respostas fornecidas para as perguntas anteriores com as respostas da pergunta atual. As respostas utilizadas como exemplo para a comparação serão as de Guilherme e Julia para a primeira pergunta, as de André, Beatriz e Rafael para a segunda pergunta com as falas destes mesmos discentes na terceira pergunta.

Nos dois primeiros questionamentos os discentes tinham demonstrado, de maneira geral, discursos sobre sexualidade que reforçavam a norma e que apontavam a sexualidade como algo que pudesse ser escolhido ou que fosse inerente ao nascimento/biologia. No entanto, na terceira pergunta, sobre a expressão da sexualidade na escola, os alunos, de modo geral, entram em contradição. Isto se dá porque os discentes que anteriormente apontavam a sexualidade como escolha ou intrinsecamente ligada a biologia, expressam neste momento, que a sexualidade é inerente ao sujeito e que sua expressão está diretamente relacionada com as vivências do mesmo.

Segundo Louro (2000), as identidades sexuais, inclusive as normativas, não são fixas, mas estão em constante transformação e são construídas a partir de como vivenciamos a sexualidade e enquanto estabelecemos relações em sociedade e no ambiente ao qual estamos inseridos. Além disso, para Foucault (1999), a sexualidade também é moldada a partir dos discursos sobre o sexo estabelecidos na sociedade que, por sua vez, utilizam a norma heterossexual neste processo de padronização dos sujeitos.

A este modo, a construção da sexualidade destes discentes se dá a partir da forma como eles experienciam sua sexualidade mesmo que os discursos expressos inicialmente por eles reforcem a norma, já que estes alunos podem estar vivenciando uma sexualidade

normativa. Sendo assim, para aqueles sujeitos que experienciam uma sexualidade normativa e que constroem identidades sexuais normativas, o discurso heteronormativo padrão biologizante contempla suas sexualidades porque elas se enquadram na norma, o que, por sua vez, pode explicar a contradição nas falas dos sujeitos.

Neste sentido, as vivências destes sujeitos estão de certa forma submetidas ao discurso normativo. Sendo assim, enquanto a sexualidade passa por um processo de construção a partir das vivências e experiências destes alunos, o discurso é regulatório para que esta construção seja feita aos moldes do padrão heterossexual.

Entretanto, para os sujeitos que subvertem a norma e que experienciam uma sexualidade diferente da normativa, o discurso, segundo Louro (2000), é de regulação fazendo com que os sujeitos e as vivências que não se enquadram nestes padrões sofram um processo violento de segregação e de normatização. Dessa maneira, segundo Foucault (1999), a sexualidade, ao longo dos séculos, é obrigada a viver uma existência discursiva que tenta a todo custo submetê-la ao exercício do poder e torná-la meio de exercício do poder.

Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva. Do singular imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente, aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a prolixidade que nossa civilização exigiu e organizou (FOUCAULT, 1999, p. 34).

A este modo, ao longo dos séculos, tanto na sociedade como na escola a sexualidade se torna meio de exercício desse poder. Os discursos ao funcionarem como mecanismos de poder, submetem-na a regulações e normas que padronizam-na a partir de um modelo heteronormativo considerado socialmente aceitável. Para mais, segundo Foucault (1999), os silêncios e as censuras que são impostos nestes ambientes também funcionam como mecanismos de poder para garantir a norma. A exemplo disso, pode-se observar as respostas dos discentes que não acreditam que a sexualidade está expressa no ambiente escolar.

Não, porque é bem difícil das escolas falarem sobre esse assunto e se falam os pais e até mesmo os alunos conservadores atacam essas escolas, infelizmente.

Thiago

Na maioria não, por que não falam muito sobre isso.

Ana

Não, escola é local de aprendizado.

Pedro

Na opinião destes discentes a sexualidade não está expressa na escola porque, para eles, não existem propostas de discussão deste tema no ambiente escolar ou porque estas instituições não são locais apropriados para trabalhar com a sexualidade. A partir destas respostas, pode-se fazer dois apontamentos.

Primeiramente que é necessário atentar-se aos silêncios que são impostos sobre a sexualidade nos ambientes escolares. Segundo Louro (2003), mais importante do que atentar-se ao que é dito sobre a sexualidade, é atentar-se ao que não é dito. O silêncio aparece nestes locais como meio de garantia da norma, para assim, talvez, assegurar, que as sexualidades e os sujeitos dissidentes do padrão sejam eliminados destes ambientes.

O segundo apontamento é que ao considerarem a escola imprópria para trabalhar este tema e por consequência censurarem a sexualidade, a instituição está se pondo a serviço do poder e reproduzindo padrões normativos que estão dispostos na sociedade. Dessa maneira, segundo Louro (2003) a escola, embora preocupada com a sexualidade, não aborda este tema de maneira aberta e, por conta disso, produz e reproduz desigualdades, preconceitos e estabelece a partir do padrão os sujeitos que são apropriados para comporem este ambiente. Portanto, ao tentarem censurar a sexualidade, a escola tem a falsa ideia de que problemas e questões relacionadas a esta temática estarão de fora deste ambiente.

É importante notar no entanto que, embora presente em todos os dispositivos de escolarização, a preocupação com a sexualidade geralmente não é apresentada de forma aberta. Indagados/as sobre essa questão, é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo: «em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nessa área», ou então, “nós acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos”. De algum modo, parece que se deixarem de tratar desses “problemas” a sexualidade ficará fora da escola (LOURO, 2003, p. 80-81, grifos do autor).

Sabendo disso, perguntou-se aos discentes por que e se na opinião deles sexualidade deveria ser um tema discutido na escola. Somente dois alunos responderam que sexualidade não deveria ser um tema debatido na escola, suas respostas foram simples, sem explicação dos motivos pelos quais eles acreditam que não deve ser debatida. O estudante Átila disse não saber opinar. Os outros 11 alunos disseram que a sexualidade precisa ser trabalhada na escola por diferentes motivos como pode ser visto nos exemplos abaixo:

Claro que deveria. Muitos não sabem nem responder o que é sexualidade, e esse tema por mais natural que seja, ainda é polêmica, e tabu na sociedade. Há pessoas, muitas pessoas que sentem inibidas por gostar de gêneros que sabem que a sociedade vai reprimir. Então penso que se esse assunto vier para escola no intuito de informar os adolescentes e jovens que tudo bem não se sentir atraído sexualmente por nenhum gênero, ou pelo todos, ou por um, oposto ou não, e tudo bem, sem preconceito consigo mesmo, e além disso, estaria evitando a formação de pessoas preconceituosas quando o assunto for esse.

Beatriz

Sim, porque as pessoas têm que saber que não é errado amar uma pessoa do mesmo sexo, que não é errado amar mais de uma pessoa, que não é errado não querer ter relações sexuais a cada 2 horas. Eles também tem que conhecer a nossa história, o quanto lutamos para conseguir os direitos que temos hoje em dia.

Thiago

Sim, por ser algo que até hoje é visto com muita ignorância. Isso sendo discutido na escola pode aumentar a inclusão de pessoas que possuem uma orientação sexual diferente da determinada como "a correta e comum" pela sociedade.

Tereza

Sim, por ser uma forma de realizar o ato de forma segura, caso seja mais jovem, assim evitando a gravidez ou até doenças

Rafael

Sim; Porque muitas pessoas negligenciam este tema.

Guilherme

A partir das respostas é interessante ressaltar outros dois pontos. Primeiramente que alguns dos alunos, assim como o Rafael, defendem que a sexualidade na escola deva ser tratada a partir de uma premissa pedagógica/biológica/médica. No entanto, Foucault (1999) ressalta que ao longo dos séculos estas instituições da medicina e da pedagogia, por exemplo, trabalham em função do poder num processo de manutenção da heteronormatividade. Conselhos, livros, regras, currículos, por exemplo, são criados e levados pra escola na tentativa de regular a sexualidade nestes ambientes.

[...] o sexo do colegial passa a ser, no decorrer do século XVIII – e mais particularmente do que o dos adolescentes – um problema público. Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselhos às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo [...] (FOUCAULT, 1999, p. 30).

Por conta disso, toda uma literatura passa a ser designada como regra na escola para controlar e falar sobre o sexo a partir da norma. Em sequência, é importante apontar que mesmo que os discentes ressaltem que é preciso debater sexualidade na escola, já que, segundo eles, as instituições escolares são compostas por diferentes sujeitos com diferentes sexualidades, seus discursos ainda são baseados na norma.

Dessa maneira, em suas respostas os estudantes apontam que é preciso normalizar e respeitar as sexualidades dissidentes. Entretanto, segundo Louro (2000) a ideia de respeito, por exemplo, já subentende que existe desigualdade e superioridade de uma identidade, a norma heterossexual, para com as outras. Por conta disso, segundo Louro (2003), é preciso ficar atento às nuances das ações dos mecanismos de poder no ambiente escolar, já que existe toda uma organização na escola para que o padrão heterossexual seja garantido e perpetuado.

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão (LOURO, 2003, p. 64, grifos do autor).

Por existir, então, toda uma organização estruturada para perpetuar a norma na escola, segundo Louro (2003), é preciso colocar em questão todas as dimensões que compõem o ambiente escolar. Para tanto, é preciso questionar essas estruturas e falar sobre sexualidade nestes ambientes. Sendo assim, perguntou-se aos discentes de que maneiras, na opinião deles, estas discussões devem ocorrer.

Dois dos alunos se abstiveram de responder, enquanto um disse que deveria ser a partir de uma perspectiva médica/biológica/natural e outro defende que seja um assunto abordado somente pela família. Vale lembrar que, segundo Foucault (1999), ao longo dos séculos as instituições como a família e a medicina trabalham em função do poder e, por conta disso, ao restringir que os discursos válidos sobre a sexualidade sejam realizados apenas por estas instituições, é provável que o discurso reforce a norma. Para mais, dez dos alunos responderam que a temática de sexualidade precisa ser abordada a partir de diálogos, debates, palestras que ocorram na escola e que os sujeitos possam compartilhar

suas experiências, como pode ser visto nos exemplos abaixo:

De forma que o professor faça uma conversa, deixando os alunos falarem as coisas que eles pensam.

André

O professor ou o direto deveria conversar com pessoas que conhecem o assunto, ou seja, pessoas LGBTQIA+ e contar a suas histórias, como é o dia dia de uma pessoa LGBT.

Beatriz

Por meio de debates entre professores e alunos.

Ana

Em palestras, debates, conversas particulares.

Pedro

A este modo, os alunos, de maneira geral, defendem que temas relacionados à sexualidade precisam ser abordados na escola a partir de trocas de experiências entre os sujeitos que compõem este ambiente. Para Louro (2000), a sexualidade realmente precisa ser trabalhada a partir de maneiras que possibilitem a troca de experiências e convivência entre os sujeitos que compõem o ambiente escolar. Entretanto, é preciso atentar-se aos discursos e as maneiras que a sexualidade será abordada na escola.

Segundo Louro (2003), é preciso ficar atento aos discursos que são feitos sobre a sexualidade na escola e as nuances de ação dos mecanismos do poder neste ambiente que, por sua vez, está inserido num contexto social regulado a partir de um padrão heterossexual e que, por conta disso, utiliza materiais, propostas, currículos, discursos organizados e difundidos a partir da norma.

Sem dúvida, na quase totalidade dos livros, quando a dimensão do prazer está presente (como no exemplo acima), ela tem como pressuposto exclusivo o desejo heterossexual, ou seja, é negada a possibilidade de que os sujeitos possam ter como objeto amoroso e de desejo alguém de seu próprio sexo. Além desses materiais, muitas das propostas e projetos de ensino silenciam sobre a relação afetiva e sexual homossexual. Para a escola ela supostamente não existe (LOURO, 2003, p. 135).

Dessa maneira, ao trabalhar sexualidade é preciso garantir que isto seja feito de maneiras que não reforce a norma estabelecida socialmente. Segundo Louro (2003), para que isto possa acontecer, é preciso questionar tudo que é considerado natural e normal, colocando inclusive nós mesmos enquanto sujeitos em questionamento.

Trata-se de assumir que todos os sujeitos são constituídos socialmente, que a diferença (seja ela qual for) é uma construção feita — sempre — a partir de um dado lugar (que se toma como norma ou como centro). É preciso, pois, pôr a norma em questão, discutir o centro, duvidar do natural... Mas, não há como negar que a disposição de questionar nosso próprio comportamento e nossas próprias convicções é sempre muito mobilizadora: para que resulte em alguma transformação, tal disposição precisará ser acompanhada da decisão de buscar informações, de discutir e trocar ideias, de ouvir aqueles e aquelas que, histórica e socialmente, foram instituídos como “outros” (LOURO, 2003, p. 141, grifos do autor).

É necessário, então, assumir que a sexualidade e as identidades de modo geral são construídas a partir das interações sociais e vivências dos sujeitos em sociedade. Além disso, desconfiar do que é considerado natural, normal e, dessa maneira, por a norma em questão. Devemos questionar nosso próprio comportamento, ações e discursos para que as trocas de experiências na sociedade, no ambiente escolar e as construções das identidades possam acontecer de maneira múltipla, mutável e variável.

Butler (2018), aponta ainda que é necessário considerar os aspectos construídos do gênero e da sexualidade, bem como a multiplicidade cultural na qual o gênero e a sexualidade são construídos. Para a autora, é necessário compreender que estas identidades não são fixas, permanentes, naturais e intrínsecas ao corpo, mas sim construções sociais que variam de acordo com as variações dos aspectos culturais, sociais, históricos e temporais da sociedade.

Neste sentido, ao considerar estes aspectos, segundo Butler (2018), é possível subverter as leis culturais que tentam normatizar e naturalizar a heterossexualidade, já que considerar essa multiplicidade de gênero e sexualidade, pode implicar numa compreensão do corpo que permite experienciar múltiplas possibilidades culturais de gênero e sexualidade, alternando entre elas sem estarem demarcadas.

Segundo Louro (2003), é neste ponto que a escola pode agir, provocando ações, construindo currículos, utilizando materiais didáticos, incentivando práticas docentes e provocando mudanças no espaço escolar que permitam que os sujeitos inseridos neste ambiente possam experienciar uma sexualidade e um gênero que não estejam demarcados, mas que possibilitem questionar as normativas estabelecidas em sociedade e vivenciar as múltiplas possibilidades culturais destas identidades.

Neste momento, antes de continuar a análise, é importante retomar alguns aspectos já apresentados neste trabalho. Até aqui, os alunos já demonstraram, de modo geral, que mesmo que defendam que as temáticas relacionadas à sexualidade estão presentes na escola e que devem fazer parte dos debates nesse ambiente, seus discursos ainda estão alinhados com a reprodução de um discurso normativo, que não só reforça os padrões heterossexuais, mas também, se coloca a serviço da multiplicação do próprio poder, já que, segundo Foucault (1999), este discurso é produzido aonde o poder se exerce.

Entretanto, é possível que seja nos relatos destes mesmos discentes que possam ser encontrados caminhos que facilitem o processo de subversão destas normativas. Alguns dos alunos apontaram que as temáticas relacionadas à sexualidade devem ser abordadas na escola por meio de debates, conversas e através de interações entre os próprios estudantes e pessoas LGBT que já fazem parte daquela comunidade escolar ou não, como citado por Beatriz.

Nesse sentido, ao considerar os relatos destes alunos, bem como os apontamentos de Butler (2018), que diz que para subverter estes processos de fixação e normatização das identidades, precisa-se não somente se aproveitar das brechas existentes na lei cultural normativa, mas também promover que o gênero e a sexualidade sejam experienciados de maneira múltipla e variável, a escola pode ser, além de um local que promova as interações culturais, os debates e materiais que possibilitem estas vivências, uma instituição que incentive os próprios discentes a questionarem os padrões estabelecidos em sociedade.

Por meio desta perspectiva, é na escola que os estudantes tem a possibilidade de interagir com aspectos sociais, sujeitos e culturas que mesmo que não estejam inseridas neste ambiente, possam ser experienciadas, como apontou Beatriz, por intermédio da própria escola, ao buscar nas culturas e nas interações sociais, meios para que as vivências, neste local, possibilitem que os estudantes experienciem a multiplicidade, a variabilidade, a instabilidade e a maleabilidade cultural tanto do gênero, quanto da sexualidade.

5 | CONCLUSÃO

Se assim como Louro (2003), consideramos que as identidades, inclusive a identidade sexual, são frutos de um processo de construção social que acontece por meio das interações que vivenciamos e experienciamos em sociedade, pode-se afirmar que os discentes participantes dessa pesquisa, a partir de análise de suas respostas ao questionário, não compreendem de maneira geral o que é sexualidade. Além disso, os estudantes demonstram confundir identidade sexual com identidade de gênero e apesar de, segundo Louro (2003), estas identidades estarem intrinsecamente ligadas, elas não são a mesma coisa e não devem ser confundidas.

Para mais, por estarem inseridos numa sociedade que segundo Foucault (1999), está organizada a partir de discursos que impoem ao sexo uma norma heterossexual e tenta padronizar os sujeitos, seus modos e seus discursos a partir dessa norma, é possível afirmar que os discentes participantes da pesquisa possuem discursos que acabam reforçando e garantindo a perpetuação dessa heteronormatividade na escola e na sociedade.

Dessa maneira, apesar dos discentes de modo geral perceberem a expressão da pluralidade de identidades sexuais no ambiente escolar e defenderem a necessidade de debater sobre sexualidade na escola, seus discursos e modos ainda estão à serviço do

poder, ao passo que ao falarem sobre estas temáticas reforçam e reafirmam mesmo que inconscientemente a norma estabelecida na sociedade.

Por conta disso, é possível considerar que os discentes não compreendem o processo de construção da sexualidade e que seus discursos ainda estão, de certa forma, reforçando a heteronormatividade. Entretanto, em seus próprios relatos, os discentes apontam sobre a escola ter a possibilidade de promover um ambiente e uma educação que contemple a multiplicidade cultural em torno da sexualidade.

Por fim, ao considerar estes apontamentos e os de Butler (2018), sobre a possibilidade de subverter os processos de fixação das identidades ao experienciar o gênero e a sexualidade de maneira múltipla, variável e inacabada, é possível, que a escola, ao oportunizar experiências, interações e um ambiente que permita vivências sexuais e de gênero culturalmente múltiplas e mutáveis, viabilize não somente que os alunos questionem as normativas sociais quanto a estas questões, mas também que construam conhecimentos sobre gênero e sexualidade que contemplem o caráter construído das identidades, bem como sua variabilidade de acordo com a cultura, o tempo, a história, a sociedade e suas interações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**. vo. 38 n. 1. p. 185-213. 2019. ISSN 1980-5403.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da Sexualidade, 07-34. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 2000. ISBN: 85-86583-33-2.

MOTT, Luiz. et al. Mortes Violentas de LGBT no Brasil: Relatório 2017. **Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Wordpress. 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>> Acesso em: 5 Abr. 2021.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Et al. Escola e Política do Armário na Produção e Reprodução das Hierarquias Sexuais no Brasil, 23-46. In: RODRIGUES, Alexsandro. BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. (Orgs.). **Currículos, Gêneros e Sexualidades: Experiências Misturadas e Compartilhadas**. Vitória: Edufes. 2013. ISBN: 978-85-7772-154-2.

SEXUALIDADES EXPRESSAS NOS ESPAÇOS ESCOLARES: UM DEBATE URGENTE

Data de aceite: 20/09/2022

Jésus Gomes de Souza

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo. E-mail: gesusjj@hotmail.com.

Kátia Gonçalves Castor

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo. E-mail: katia.castor@ifes.edu.br.

Edmar Reis Thiengo

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática Inclusiva – Ifes e do Grupo de Pesquisa Educação, História e Diversidades – Ifes. E-mail: thiengo@ifes.edu.br.

RESUMO: As sexualidades têm sido marcadas por estereótipos e denominações, impostos pela sociedade por meio das relações de poder que se estabelecem nos diversos espaços, incluindo os escolares. Considerando que não se dissocia a pessoa de sua sexualidade, sua presença nos espaços escolares tem evidenciado a necessidade urgente de debates. Assim, este artigo busca apresentar algumas proposições com objetivo desenvolver um processo formativo que problematize a temática de sexualidade no espaço escolar, capacitando professores para o debate sobre a temática em suas práticas educativa. Trata-se de uma investigação que

encontra sustentação teórica a partir de reflexões dos fundamentos acerca da sexualidade e da educação e no conceito de relação de poder e sexualidade. Nesse sentido, busca-se através das reflexões aqui expostas, colaborar com os debates e as práticas educativas abordem as questões sobre a sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; Educação; Desigualdade; Relações de Poder.

INTRODUÇÃO

O tema sexualidade está presente em diversos espaços, ultrapassa fronteiras disciplinares, permeia as conversas e brincadeiras entre os estudantes, está presente nos filmes, livros, músicas, assim como nas danças que eles participam ou assistem. Falar sobre sexualidade, ainda nos dias de hoje, é considerado um tabu na nossa sociedade. A vergonha e o medo de abordar este assunto em casa faz com que muitas famílias não conversem sobre o tema, outra questão é achar que falar sobre isso vai estimular os filhos a iniciarem a vida sexual precocemente. Porém, em oposição a esse pensamento e diferente do que se acreditava, percebe-se que muitos pais, atualmente, reivindicam que as escolas aborde esse tema, pois encontram dificuldade de falar abertamente sobre o assunto em casa, reconhecendo, portanto, a importância dessa abordagem nas escolas. As abordagens feitas pelos professores e professoras nas

escolas sobre o tema sexualidade, na maioria das vezes, não contempla as ansiedades e curiosidades das crianças e adolescentes, pois não inclui a dimensão mais ampla da sexualidade (BRASIL, 1997). Visto que focam em assuntos como anatomia e fisiologia do corpo humano, e assuntos como aparelho reprodutivo, doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. As questões de relevância social em relação à sexualidade, como o respeito ao corpo, respeito ao outro e envolvimento em relacionamentos acaba sendo não tratado.

O desconhecimento sobre a sexualidade bem como a falta de debates sobre o tema, em relação ao seu aspecto social, tem gerado violência e colocam o Brasil no patamar de alto número de assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e intersexuais (LGBTQIA+). Segundo dados publicados no relatório de 2021, que monitora dados globalmente levantados por instituições trans e LGBTQIA+, pela Organização não Governamental *Transgender Europe* (TGEU)¹, pelo 13º ano, o Brasil continua sendo o país onde mais se mata essa população, seguido pelo México e os Estados Unidos, de acordo com a ONG *Transgender Europe* que reportou 375 assassinatos em todo o mundo no ano passado.

Os últimos dados dos relatórios do Grupo Gay da Bahia (GGB)² do ano de 2021, revelam que 300 LGBTQIA+ sofreram morte violenta no Brasil, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). Segundo a organização, a cada 29 horas um LGBTQIA+ morre de forma violenta vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais.

A postura da sociedade conservadora em relação à temática também é outro desafio que estudiosos enfrentam, pois tentam impor suas ideias conservadoras e unilaterais sobre sexualidade, propondo projetos de lei que enfatizam, por exemplo, o ideal da família composto por um homem e uma mulher e filhos, não dando visibilidade à outras diversas formas de expressão da família e de expressões da sexualidade que podem ser diferentes do conceito binário.

É importante ressaltar que a temática da sexualidade ainda é rodeada de tabus, preconceitos, vergonha e culpa, mas também repleta de dúvidas, mitos, curiosidades e, consequentemente, manifestações por parte de muitas pessoas. Sendo assim, muitos são os desafios para se trabalhar a temática no espaço escolar. Segundo Louro (2010), em diferentes espaços, sejam eles públicos ou privados, pela afirmação ou pelo silenciamento, é exercida pela escola uma pedagogia da sexualidade que legitima algumas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Mas essa pedagogia também é praticada por demais instituições, como a mídia, a igreja, a justiça etc. seja produzindo

1. Disponível em: <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring/tmm-resources/>. Acesso em 29 de março de 2022.

2. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>. Acesso em 29 de março de 2022.

discursos contraditórios ou legitimando ou coincidindo na legitimação ou negação de diferentes identidades sexuais. Louro (1992) evidencia que as escolas buscam regular e normalizar a sexualidade a partir dos processos de identificação biológica estipulada pelos corpos sexuados.

Todavia, enfatizar e problematizar a temática se torna fundamental para que as questões referentes à sexualidade possam ser respeitadas em suas diversas formas de expressão e representação, proporcionado, dessa forma, a apropriação de novos conhecimentos e a construção de relações democráticas, libertárias e multiculturais.

Uma pesquisa realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), entre o final do ano letivo de 2015 e concluída no início de 2016, composta por 1016 estudantes do ensino fundamental e médio, que tinham entre 13 a 21 anos. Os estudantes participantes da pesquisa eram oriundos de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal com exceção do Estado de Tocantins.

A pesquisa teve como objetivo mapear as experiências de estudantes LGBTQIA+ nas instituições educacionais e abordou questões como a ocorrência de comentários LGBTfóbicos e sexistas; segurança, agressão e violência; políticas/disposições do regulamento escolar contra agressão e violência; sentimentos dos/das estudantes LGBTQIA+ em relação à instituição educacional e em relação a si mesmos/as no ano letivo de 2015. Nesse sentido, buscou avançar na elaboração de instrumentos que propiciem construir instituições educacionais constituídas de ambientes seguros e acolhedores para com estudantes LGBTQIA+. Para tal, inspiraram-se nas Leis nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying), e no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13005/2014), que tem entre suas diretrizes a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, bem como a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade.

Essa pesquisa foi feita para aos estudantes no formato de questionário online, onde os mesmos respondiam sobre suas experiências na escola no ano letivo de 2015. Os questionários abordavam as seguintes temáticas: comentários preconceituosos, sentir-se (in)seguro/a, ser agredido/a e se sentir bem na escola. Também foram perguntados/as sobre suas experiências acadêmicas, atitudes em relação à escola e a disponibilidade de acolhimento de estudantes LGBTQIA+ na escola. Os resultados dessa pesquisa apontaram que 60% dos alunos se sentiam inseguros na escola por causa de sua orientação sexual; 48% ouviam com frequência comentários LGBTfóbicos feitos por seus pares; 73% disseram que foram agredidos verbalmente por causa de sua orientação sexual e 27% dos estudantes LGBT foram agredidos fisicamente por causa de sua orientação sexual.

Embora haja grande evolução em relação às discussões referente à temática e o posicionamento de subversão de grande parcela da sociedade, ainda encontramos dados de violência contra pessoas LGBTQIA+ que ocorrem com frequência como vimos na pesquisa exposta anteriormente. Todavia, vale salientar que a escola precisa desenvolver um trabalho que possa promover debates e discussão sobre as diferenças. Não é raro ver nos telejornais e nos noticiários em geral o índice de assassinato de pessoas LGBTQIA+.

Diante da realidade que a pesquisa se coloca, é preciso repensar as práticas pedagógicas que são desenvolvidas no espaço escolar. De que formas estão sendo, e se estão sendo, abordadas as questões que envolvem as minorias sexuais na escola? De que forma é possível transformar a escola em ambientes mais justos e democráticos no campo da sexualidade? Quais as implicações que a falta de debate e reflexão sobre a diversidade sexual podem causar na sociedade?

É preciso, pois, problematizar tais conteúdos no espaço escolar. Como diz Louro (2008), é necessário “estranhar o currículo”, nos questionar sobre os binarismos e a construção das verdades que são produzidas por uma política identitária, que impede construção das identidades de gênero e de sexualidade. Portanto, é necessário pensar e promover ações que construa uma educação para a diversidade com o intuito de colaborar para a formação de uma sociedade justa, onde possa ser extinta a violência, o preconceito, a discriminação e o medo de ser e expressar o lado saudável e natural de ser diferente e diverso.

QUAL A IMPORTÂNCIA DA TEMÁTICA NO ESPAÇO ESCOLAR?

A escola tem papel relevante na promoção da socialização e na formação da pessoa. Contudo, as diferentes áreas de conhecimento não conseguem, por si só, abarcar temas transversais que deveriam fazer parte desse espaço democrático e de direito. Nessa perspectiva, César (2009) aponta ser importante a inserção de estudos e debates sobre sexualidade como importantes caminhos para as mais diversas reflexões.

Apesar dos esforços contínuos nessa linha de ação, muitas vezes sem sucesso, a escola acaba por reproduzir formas instituídas de organização social como, por exemplo, a expressão da visão heteronormativa. O espaço escolar é um espaço de humanização, que acontece a partir das relações humanas, na forma de ser e conviver. Essa formação se dá pela ação dos professores, assim como pela transmissão e apropriação de conhecimentos que possibilitam a transformação da realidade. Morin (2000, p. 11) ressalta que “Uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um dos seus componentes”. O espaço escolar tem a força de promover mudanças culturais significativas (LOURO, 1996).

Nesse escopo, Louro (1996) apresenta dicas como, por exemplo, estar atento às linguagens utilizadas a respeito da sexualidade, linguagens essas externadas em salas de aula e em outros espaços formais e não formais, acabam sendo tomadas como universais, e que acabam legitimando o que é instituído socialmente na visão heteronormativa. Como consequência, os que não se adequam a um padrão social heteronormativo podem tornar-se sem referências e “invisíveis” nesses espaços.

Em busca da promoção de mudanças culturais em relação à sexualidade, compreende-se ser necessário que os debates, no espaço escolar, dêem voz e visibilidade a todos os que sofrem desigualdades impostas por complexas redes de relações de poder existentes, construindo e desconstruindo discursos e olhares voltados para as práticas cotidianas que envolvam esses sujeitos. Sendo assim, pensando na escola como promotora de diferentes relações e que abriga variadas culturas e ideias, Bortolini (2011) aponta para a necessidade de se pensar práticas pedagógicas que possam debater questões que envolvem a sexualidade, em busca de fomentar reflexões e mudanças em prol da construção de um ambiente escolar justo e democrático, dotados de respeito e compreensão e que, a partir dessas ações, surja uma sociedade livre e humana voltada para a diversidade.

Assim, considerando a importância dos debates e estudos sobre as problemáticas que envolvem as questões da sexualidade, o papel que a Educação tem com a formação humana e social do indivíduo, a existente preocupação das interferências ideológicas como, por exemplo, os apontados por Cunha (2011), quando refere-se aos projetos ou indicações de lei, apresentados por deputados e senadores, que se exerce a pressão ideológica dos mercados sobre os currículos escolares, especialmente nas redes públicas de educação. Nesse sentido, Louro (2010) aponta a relevância de se discutir, debater e refletir sobre a sexualidade no ambiente escolar devido a sua importância na construção das identidades e reiteração ou desconstrução de normas e padrões sociais. Essas reflexões são tarefas urgentes e contínuas que corroboram com o processo educativo para a vivência da sexualidade em sua plenitude. A escola, nesse sentido, deve ser, como aponta Louro (1997, p. 57) “[...] um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permite um olhar mais crítico e reflexivo,” pois, muitas vezes, ela se torna “um lugar de práticas de desigualdades e de produção de preconceitos e discriminações”.

Percebe-se, a partir dos estudos de Louro (1996, 1997, 2010), Cunha (2011), César (2009) e Bertolini (2011), que há evidência e narrativas que envolvem a temática da sexualidade no espaço escolar, pois elas estão presentes nas mais variadas formas, algumas vezes mais expostas, outras mais tímida como, por exemplo, nas músicas, nos desenhos, textos e, principalmente, nas expressões, palavras e gestos de estudantes e professores.

Para Louro (1997), a escola, muitas vezes, delimita espaços, servindo de símbolos e códigos para afirmar o que cada um pode ou não fazer. Ao mesmo tempo em que agrega, ela também separa e institui padrões, valores e crenças. Desta forma, a escola, quase sempre, reproduz o modelo definido pela sociedade buscando instituir gestos, condutas e posturas apropriadas em busca da normatização dos corpos. Apesar de ser considerado um tema contemporâneo socialmente, ainda existe uma carência em políticas educacionais que deem a devida atenção às questões relativas à sexualidade, pois as abordagens por parte dos professores sobre a temática são, muitas vezes, feitas em uma perspectiva simplória através da disciplina de ciência, quando se estuda o corpo humano, limitando as reflexões sociais que a temática poderia alcançar. Silva e Megid Neto (2006, p. 192) apontam que isso ocorre devido que o tema sexualidade ainda gera “[...] medo, sentimentos de despreparo, vergonha, insegurança e falta de confiança”.

Apesar de a temática sexualidade ser contemporânea, ela abarca questões sociais importantes. No entanto na nova Base Nacional Comum Curricular, no nosso entendimento, ela aborda a temática de forma generalista, pois apresenta instrução insuficiente sobre a forma com que o tema será inserido nas aulas, também não apresenta de que forma será a formação dos professores para trabalhar tais conteúdos, apresentando o seguinte texto:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (BRASIL, 2017, p.327).

Nesse sentido, entendemos que existe a necessidade de produzir debates e reflexões sobre a temática em sala de aula, produzindo materiais e atividades em conjunto para ser desenvolvidos nos diferentes espaços escolares, que visem à promoção da equidade, na sua forma de multiplicidade das diferenças, a partir de uma educação para a diversidade, percorrendo, assim, um caminho de criação de uma escola democrática que trabalhe e lide com as diferenças sejam elas quaisquer quais forem.

Temos entendido que a ação pedagógica precisa desenvolver nos alunos um exercício reflexivo, proporcionando a análise e os questionamentos sobre sua ação diante dos acontecimentos e de sua forma de agir no meio escolar. As abordagens sobre a temática sexualidade no espaço escolar e na formação dos professores e professoras são de grande importância para evidenciar, problematizar e promover reflexão sobre a forma com que a sexualidade se manifesta e as relações de poder que permeiam todo campo social e que buscam disciplinar os corpos, mas que encontram também pontos de resistência. Para abordar a temática, é preciso que os professores e professoras estejam embasados teoricamente e preparados para abordar e discutir o tema. A partir do fazer pedagógico no espaço escolar, devem cumprir seu papel, dentro da visão histórica crítica,

e terem como objetivo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, formando sujeitos capazes de compreender que somos constituídos na existência das diferenças, de maneira a respeitá-las.

Durante muito tempo, a escola tem evitado abordar a temática sexualidade de forma contextualizada, fundamentada no conhecimento científico, devido às dificuldades encontradas por professores, seja por falta de formação, preparo e, até mesmo, tabus para tratar o assunto e as barreiras encontradas para se debater a temática como, por exemplo, as questões religiosas que acabam por interferir no debate. No entanto, verifica-se a necessidade de se inserir a temática sexualidade nas propostas pedagógicas.

Louro (2011) afirma que a instituição escolar é responsável pela fabricação de sujeitos. Significa, portanto, que a escola de forma sutil e permanente age para que corpos e mentes sejam disciplinados e atuem conforme o esperado. Dessa forma, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e em especial, de desconfiança, principalmente por parte dos docentes. “A tarefa mais urgente seja exatamente esta: desconfiar do que é tomado natural” (LOURO, 2011, p. 67).

Desse modo, a escola tem responsabilidade de tratar o tema em uma perspectiva interdisciplinar, de forma com que sexualidade seja vista em diferentes momentos e perante diversas concepções, abordando todos os seus aspectos. Diferente do que muitos pensam, à escola é um espaço onde há grande expressão da sexualidade e manifestação. Foucault (2014) entende a sexualidade como construção social, histórica e política relacionada ao poder e à regulação, com formas e variações impossíveis de serem explanadas sem examinar e explicar seu contexto formativo. Sendo assim, é necessário promover um trabalho investigativo que focaliza o docente e sua experiência, acerca da sexualidade, com os alunos e alunas com seu corpo em desenvolvimento, em um contexto pedagógico do espaço escolar, onde a temática sexualidade não foi prescrita e nem pensada, mas se faz presente no dia a dia pelas experiências que os alunos e alunas vivem e manifestam na escola.

Nesse sentido, é preciso repensar e desconfiar das práticas pedagógicas que podem ser limitadoras quando se adota o senso comum, daquilo que se é visto como natural, pois acabam por regular e limitar as escolhas e o aprendizado quanto à construção das identidades. Para Louro (2010), há possibilidades de transformações sociais opressoras quando existem ações intencionais e de iniciativas políticas progressistas, que possam transformar as estruturas de desigualdades e injustiças que parecem organizar o campo sexual.

A escola é um espaço de socialização de crianças, jovens e adultos, de diferentes classes sociais, religiões e etnias, portanto, um espaço onde se vivenciam as diversidades, onde é oportunizado o desenvolvimento das habilidades intelectuais, sociais e psicológicas. Assim, é um importante meio de execução de políticas públicas de maior relevância na

constituição de subjetividades.

A temática sexualidade passou a ter certa evidência dentro da escola ao ser incluída como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Nesse sentido, a escola pode atuar na busca de resistência e mudança, de forma crítica e com consciência política, possibilitando aos estudantes a reflexão sobre as construções históricas que privilegiam uns em relação a outros.

Quando problematizamos as questões referentes à sexualidade acabamos, de certa forma, colocando em evidência os engendramentos dos regimes discursivos em relação às sexualidades. É necessário, portanto, pensarmos em algumas possibilidades para a produção de resistências a dispositivos de controle que refletem processos de assujeitamento dos corpos à matriz heteronormativa.

O QUE SE FALA SOBRE A TEMÁTICA?

A sexualidade faz parte da nossa vida e está além das definições preestabelecidas relacionadas ao ato sexual. Segundo Foucault (1988), a sexualidade é entendida como um dispositivo relacionado ao tempo, à história:

Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder tentar pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Para Foucault (1988), a sexualidade deve ser compreendida como produção histórica, que é concebida a partir das relações sociais e políticas, deixando de ser privada e pessoal em determinado momento da história da humanidade e para a qual confluem relações de poder. O sentido a qual Foucault (1988) atribui à sexualidade faz com que ela deixe de ser vista como simplesmente algo natural e passe a ter uma dimensão mais social e política, além de um caráter construído (LOURO, 2010, p.29).

Louro (2010) aponta que é preciso considerar que a sexualidade está muito além das definições preestabelecidas, abrangendo rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e convenções. Dessa forma, não está relacionada apenas a algo natural, pois são processos culturais e plurais (LOURO, 2010). Sendo assim, a sexualidade precisa ser vista como algo natural aos seres humanos porque está enraizada em nós, pois nascemos seres sexuais, mas, também, precisa ser compreendida a partir da construção de um processo histórico, político e socialmente construída, porque é a partir das relações sociais em que se desenvolve a cultura, com valores regidos por distintas relações de poder.

Para Louro (2011), não existem conceitos fechados e estagnados, esses conceitos estão em constante diálogo com o momento. A sexualidade é construções sociais e históricas, estão relacionadas ao período histórico de uma determinada sociedade,

sofrendo influência da cultura presente. Louro destaca que:

O tema “gênero e sexualidade” geralmente nos fascina, nos provoca curiosidade e está por toda parte. Falar sobre prazer, desejo e amor pode ser ótimo e discutir como se experimentam todas essas coisas quando se é uma mulher ou um homem, quer dizer, discutir se há distinções e aproximações nas experiências ou nas vidas dos sujeitos masculinos e femininos também costuma provocar discussões acaloradas e instigantes; mas, quando temos de encarar esses temas em nossa posição de educadoras e educadores, as coisas parecem se complicar (LOURO, 2011, p. 64).

Esse apontamento deixa claro que a temática desperta o interesse das pessoas em situações diversas, nos jornais, revistas, nos programas de humor, novelas, filmes e outros tantos programas de televisão. Apesar disso, quando é necessária a abordagem da temática no espaço escolar com os docentes, e quando há necessidade de posicionamento dos mesmos em determinada conjuntura, a situação se torna mais complicada.

As construções acerca da sexualidade são vista por Foucault (1988) como algo que vai além das concepções dadas pela construção biológicas e naturais. Para ele, a sexualidade deve ser vista como um produto do encadeamento das relações de poder que buscam estimulação dos corpos, da intensificação dos prazeres, da incitação ao discurso, da formação dos conhecimentos, do reforço dos controles e, conseqüentemente, das resistências (FOUCAULT, 1988, p. 116).

Para Foucault (1988), o poder esta relacionado a:

Multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte, os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esforço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formalização de leis, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 102-103).

Nesse sentido, o autor nos aponta que o poder não se resume em uma única ação ou força, sendo algo complexo que se estabelece nas relações sociais, sendo necessário observá-lo como “uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade” (FOUCAULT, 2004, p. 29).

Foucault (1988), afirma que o poder não é concebido e exercido por uma classe ou grupos exclusivos, que utilizam desse dispositivo a fim de dominar o outro que é visto como proletariado, dominado e subjugado. O poder não é algo que interfere na vida dos indivíduos de cima para baixo, mas sim de forma circular e ascendente. Segundo o autor, para se debater e entender o poder é necessário deixar de lado a soberania do Estado, as instituições e aparelhos que exercem ou isso seria nada mais do que o final do processo “A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado,

a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais” (FOUCAULT, 1988, p. 88).

Nesse sentido, percebemos que o poder está centralizado em diferentes e múltiplos focos, não emanando de apenas um núcleo. O poder, então, é exercido por diferentes autores, que não planejam e articulam para praticá-lo. Dessa forma, o poder não é pré-estabelecido, mas se lança a partir de distintos e múltiplos sentidos. Sendo assim, o poder se fragmenta e se contradiz adquirindo relações em variadas escalas e hierarquizações. Portanto o poder não é algo que adquirimos, mas é inerente, pois, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

O poder é, dessa forma, naturalmente um instrumento de contra-ataque, que se expressa de forma sutil. O poder não pode ser concebido como um objeto, uma coisa que se possa alcançar, pois ele não existe. É uma questão relevante, não sendo possível a sua forma na materialização de um desejo. Foucault (1988) reitera ao afirmar que “o poder não é uma instituição, uma estrutura, uma lei universal: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Servido de ataque e contra-ataque, o poder não favorece apenas a um determinado grupo, ele é a relação de diferentes forças complexas que se chocam em momentos de tensão, não possuindo uma direção, mas se articula de distintos sentidos e lugares. Portanto, o indivíduo é ao mesmo tempo receptor e emissor de poder.

[...] Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação, não haveria de forma alguma relações de poder. [...]. (FOUCAULT, 1984, p. 277).

As relações de poder perpassam e se apresentam em todas as dimensões e classes da nossa sociedade, as relações que permeiam desde as instancias mais simples também as mais complexas, pois esse poder não se estabelece de forma material ou imaterial. Essas relações convocam todos os acusados a se expressar, mostrando que o poder transita em uma dinâmica de movimento em todas as esferas, não havendo um núcleo gerador, atravessando as relações que se conectam em diferentes momentos, não permanecendo paralisado. As relações de poder nunca favorecem apenas um grupo ou classe social, ela perpassa todas as dimensões sociais, acontecendo ao mesmo tempo e se manifestando de forma estratégica um contra-poder que se expressa em um contra-ataque de intensidades diferentes ou não.

Machado (2004) destaca que:

O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma "positividade". E é justamente esse aspecto que explica o fato de ele ter como alvo o corpo humano, não para suscitar-lo, adestrá-lo. Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua força repressiva (MACHADO, 2004, p. 172).

Machado (2004) chama a atenção para os dispositivos de poder que são usados e por quais meios de discurso à sexualidade pode regular o indivíduo. Nesse sentido, o autor reinterpreta o que diz Foucault (2004) quando coloca que o poder não se expressa como algo repressivo ou violento apenas, mas como algo positivo, pois segundo Foucault (2004):

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele "exclui", "reprime", "recalca", "censura", "abstrai", "mascara", "esconde". Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 2004, p. 189)

Para o autor, os termos negativos como silêncio e censura são uma produção discursiva, mas que ao mesmo tempo intensificam a sexualidade. Por meio do discurso a sexualidade é instigada e expressada.

Os estudos de Foucaultianos (1985, 1988, 1998) sobre a sexualidade apontam que nos últimos séculos se tem produzido de forma massiva os discursos sobre o sexo e a sexualidade, ao contrário de uma repressão da sexualidade.

A sexualidade, vista como um dispositivo de controle dos corpos, ela foi analisada e estudada nos mínimos detalhes, em todas as suas vertentes, Segundo Foucault (1988 p. 150), "[...] foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade". Dessa forma, houve grande proliferação de discursos sobre o sexo, se tornando objeto de análise e estudos de diferentes áreas científicas como, por exemplo, da medicina, psiquiatria e da pedagogia. As relações de poder que perpassavam a questão sexual e que tinham foco na aliança matrimonial, nos laços e na oficialização de uma parceria, nos últimos séculos se projetam sobre o corpo, sobre o prazer e suas manifestações.

Discursos sobre o corpo e sobre a afetividade são propagados todo instante, tanto sobre os homens, quanto sobre as mulheres, essas ainda são subjugadas pelo seu papel de mãe. Em relação à sexualidade infantil, ela é vista como precoce, tornando-se alvo de estudos pedagógicos, já o sexo e a reprodução passaram a ser objeto de políticas públicas, de saúde e populacional, e para descrever os comportamentos sexuais a psiquiatria criou uma série de categorias, conceitos e nomenclaturas específicas. Dessa forma, constatamos que a rede de poder que perpassa a sexualidade seria fundamentada, não em um movimento de repressão, silenciamento e invisibilidade. No entanto, a rede de poder faz com que se conduza um fortalecimento e subversão, num processo positivo,

dinâmico que produz discursos comportamentos.

Portanto, ao falarmos das relações de poder e das práticas discursivas que a envolvem, precisamos nos atentar não apenas às relações de dominação, mas das possibilidades de resistência. Bourdieu (2003, p.31) aponta que os sujeitos estão submetidos a “estruturas históricas de ordem masculina”, quando procuram “[...] para pensar a dominação masculina, os modos de pensamento que são eles próprios produtos de dominação”. Entretanto, quando existem reflexões das estruturas discursivas dominantes, essas desenvolvem pontos que propiciam os canais de fuga e de resistência, possibilitando transformações.

A sexualidade está diretamente ligada às identidades. Para Hall (2006), as questões que envolvem a construção das identidades dos sujeitos e sua subjetividade estão diretamente ligadas a sua sexualidade. Muitas atitudes e conflitos vividos no espaço escolar podem ser explicados a partir da análise das identidades. Com base na observação e nos estudos das identidades, podemos esclarecer muitos dos comportamentos, atitudes e conflitos vividos dentro do espaço escolar e também fora dela. Tais situações devem ser entendidas a partir de novos paradigmas das subjetividades de professores e alunos.

Nesse sentido, Hall (2006) revela a importância desse conceito para que compreendamos melhor a relação das identidades e da sexualidade. Segundo ele, as identidades se determinam pela diferença, por meio dos símbolos concretos identificamos os sujeitos nas relações sociais como, por exemplo, reconhecer um homem ou uma mulher por suas características culturais e sociais. Nessa mesma perspectiva, Hall (2007) aponta que só construímos nossa identidade a partir de outras identidades que se diferem da nossa, ou seja, do “outro”. Apesar de muitas vezes quisermos eliminar o “outro”, o mesmo nos ajudam na construção da nossa própria identidade.

Silva (2007) ressalta que a identidade é o resultado de um processo de construção que não realizamos de forma totalmente autônoma, sozinhos. Identidade sempre é relacional, depende do diferente, do outro, da divergência, para que saibamos quem somos. As identidades só podem adquirir sentido através da comunicação que já existia antes de nossa existência.

A diferença está relacionada com o termo identidade, no sentido de que é uma forma de marcar nossa presença e afirmar quem somos. Ao discutir esse conceito, o autor explica que “a diferença é como um produto derivado da identidade. A identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença” (SILVA, 2000, p. 76). Nesse sentido, a identidade é marcada pela diferença do outro e pela singularidade dos iguais. Dessa forma, a identidade é uma construção social e simbólica e os esforços para afirmar uma ou outra identidade ou diferenças resultam em consequências materiais.

A forma como nos identificamos está vinculada às diferentes relações que temos com a cultura, nos identificamos como brasileiros, negros, brancos, mulatos, pardos ou amarelos; se somos altos ou baixos; se torcemos pelo Flamengo ou pelo Corinthians; se sou homem ou mulher; se sou professor ou estudante. Dessa forma, percebemos como a cultura na qual estamos inseridos interfere no jeito de nos identificarmos, ou seja, a construção da nossa identidade é um processo cultural, mas que é construída a partir de processos históricos, políticos e econômicos que forjaram as formas com as quais constituímos as nossas identidades, que são mutáveis a partir de nossas relações. Dessa forma, podemos entender que a identidade não é natural ou determinada por algum componente genético.

Nesse sentido, diferença e identidade são vistas por Silva (2000) como processos mutuamente determinadas. São criados e desenvolvidos pelo ser humano “não podem ser compreendidos fora do sistema de significação nos quais adquirem sentido” (SILVA, 2000, p. 78). Não são a identidade e a diferença processos naturais, mas, sim, desenvolvidos a partir da cultura. Há, portanto, um grande desafio de se viver com o diferente. É necessário que compreendamos que aquele diferente só é diferente porque determinamos, a partir da nossa cultura e formação, essas diferenças.

Dessa forma, essas fragmentações interferem nas identidades que estão no cotidiano escolar. Quando nos referimos às questões que envolvem a sexualidade, devemos compreender que ela está inserida em um universo carregada de significados. Hall (2007) aponta que a identidade não é algo estático, mas se modifica a partir da interação com diversos sujeitos, discursos e práticas a qual somos interpelados a assumir diferentes posições identitárias das quais os espaços sociais nos exigem. Dessa forma, as identidades podem mudar dependendo da posição que assumimos como sujeito, percebendo que essas posições são mutáveis e instáveis. Nesse sentido, Hall (2006) aponta que é preciso relacionar identidades como sendo móveis instáveis e múltiplas, características abordadas nos últimos séculos.

Identificamos a partir dos apontamentos de Hall (2006) e Silva (2000) que há impossibilidade de se estabelecer um único conceito em relação às identidades. Da mesma forma, não acontece posturas neutras dos professores, pois também eles são entrecruzados por essas multifacetárias identidades ao longo de sua existência. Assim sendo, não podemos conceber uma única forma de olhar para as questões que envolvem a sexualidade no espaço escolar, mas devemos considerar as diversas formas de abordagens. É preciso, no entanto, compreendermos que as identidades são de natureza fluida e cultural e historicamente construída, ultrapassa concepções essencialistas, como aponta Louro (2007, p. 12), pois “somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural”.

Assim, as identidades se constroem por meio da diferença e não fora dela, por diferentes práticas discursivas e discursos produzidos e reproduzidos nas mais variadas instâncias de poder, em contextos históricos específicos. Assim, é fundamental que se considere essas relações e as diferentes práticas e estratégias envolvidas, nas quais o “objetivo” é sempre a marcação da diferença. É nessa marcação, como define Hall (2006, p.109), que incide o artifício sucessivo e mutável de construir as identidades dentro da discursividade:

Nesse contexto, não podemos desconsiderar que é no viés cultural e histórico que as identidades sociais se definem, justamente porque elas nos constituem como seres humanos históricos e sociais em uma sociedade em constante transformação. Por essa razão, faz-se necessário considerar a sexualidade como um elemento básico da individualidade que determina no indivíduo um modo particular e individual de ser, de manifestar-se, de comunicar-se, de sentir-se e de expressar-se.

Dessa forma, o conceito de identidade tem uma relação direta com a noção de pessoa, ou seja, nessa noção estão revestidos direitos, religiões, costumes e papéis sociais. Afinal, o que esses referenciais sobre identidade e sua relação com a questão da sexualidade apontam é que, quando nos dispomos a discutir a produção do conceito de sexualidade ou “das sexualidades” não estamos apenas incluindo matéria informativa no currículo escolar, mas como ela está imbricada com a legitimidade de poder. Assim, não é apenas decidir quando e quem deve repassá-la a futuras gerações. Deveríamos pensar que tal ação legitima uns e excluem outros de algum modo, se fizermos uma análise dos processos sociais mais amplos.

Os processos de uma mudança cultural, em relação ao comportamento e à sexualidade, tiveram início na década de 60. Alguns movimentos foram importantes para essa mudança, entre elas as que mais contribuíram para essas foram os movimentos feministas e o movimento gay e lésbico. Esse processo de transformação do comportamento ainda ocorre até os dias atuais e que trazem consigo algumas contradições. No mesmo instante que vemos o fortalecimento da diversidade sexual diversificada e menos rotulada, por outro lado se reforça atitudes preconceituosas, muitas vezes violentas e até discriminatórias, que partem do conservadorismo de alguns grupos e instituições. Toda mudança desperta embates entre o novo e o conservador, o aumento das conquistas dos direitos também provocam a repressão e o preconceito por parte de diferentes esferas da sociedade, em diferentes momentos e lugares.

O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE A TEMÁTICA FAÇA PARTE DO ESPAÇO ESCOLAR?

O papel formativo que a escola desempenha tem uma grande responsabilidade

de superação dos preconceitos e na defesa dos direitos humanos. Segundo Campos (2004), é preciso pensar em um processo de formação de docente em que estes possam contribuir para as reflexões de subsídios que ancoram as políticas educacionais voltadas à sexualidade. É necessário considerar que os debates, as problematizações e reflexões feitas no espaço educacional em relação à sexualidade, implicam em uma redução que envolve os sujeitos na sua individualidade, seus valores e comportamentos, visto que a sexualidade faz parte de um terreno híbrido entre o pessoal e o social, ela está inserida de forma enigmática e emaranhada onde se articulam o ser e o existir individual e o coletivo de cada um de nós, portanto é preciso refletir sobre tais questões e se libertar dos tabus, preconceitos e dogmas, que estão presente nas complexas relações a qual estamos inseridos. Nesse sentido, a forma com que a escola se coloca diante das questões sobre a sexualidade e da diversidade sexual expressada por seus diferentes agente precisam ser formas que promovam o aprendizado, a autonomia e a crítica sobre o mundo, para que ocorra esse processo que as práticas pedagógicas adotadas colaborem para as reflexões críticas do universo que vivemos.

A escola é formada por diferentes autores, os alunos, professores, funcionários, mães e pais, que vivem e expressam sua sexualidade. Entretanto, o espaço escolar muitas vezes não é visto como um lugar onde a sexualidade não deva ser expressa ou discutida. Mesmo não expressando de forma direta, na verdade, ela fala o tempo todo sobre sexualidade. Segundo Foucault (1988), a maneira com que as salas de aula são organizadas, as regras adotadas para a vigilância, os arranjos dos pátios, os esportes nas aulas de Educação Física atribuídos a meninos ou meninas, as filas de meninos e de meninas, são formas de controle de comportamento, como por exemplo, meninos não poderem usar brinco nem cabelo comprido, e a forma com que os professores tratam de forma diferenciada os alunos e alunas, tudo fala silenciosamente da maneira mais prolixa da sexualidade.

Sendo assim, é necessário promover um trabalho investigativo que focaliza o docente e sua experiência, acerca da sexualidade, com os alunos e alunas com seus corpos em desenvolvimento, em um contexto pedagógico do espaço escolar, onde a temática sexualidade não foi prescrita e nem pensada, mas se faz presente no dia a dia pelas experiências que os alunos e alunas vivem e manifestam na escola.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf> acesso em 28/06/2020

BORTOLINI, Alexandre; **Diversidade sexual e gênero na escola. Dossiê: Homofobia, Sexualidade e Direito.** Revista Espaço Acadêmico, n. 123, 08, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, M. E. C. Base nacional comum curricular. Brasília-DF: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAMPOS, Alexandre Cândido de Oliveira. **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos.** Cad. Pesqu. 34(123), 730-734, 2004.

CÉSAR, M. R. de A. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”**, Educar, Ed.UFPR, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. Contribuição para a análise das interferências mercadológicas nos currículos escolares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 16, núm. 48, p. 585-607, set./dez. 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I. A vontade de Saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III. O Cuidado de Si.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão Técnica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber.** Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. (2004). **A ética do cuidado de si como prática da liberdade** [Entrevista a H. Becker, R Former-Betancourt, & A. Gomez-Müller em 20 de janeiro de 1984]. In M. Barros da Mota (Ed.), **Ditos e escritos V** (E. Monteiro & I. A. D. Barbosa, Trans.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1984.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder.** In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Grupo Gay da Bahia, Mortes violentas de LGBT+ no Brasil : relatório 2021 / José Marcelo Domingos de Oliveira, Luiz Mott (organizadores).-- 1. ed. -- Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2022. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>. Acesso em 29 de março de 2022.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Vozes, 2007, p. 103 a 133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós- estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. et al. (orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, vol.19, nº.2, Ago 2008, pp.17-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf> - Acesso em: 7 mai. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educação em revista, número 46, dez 2007, pp.201-218. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46> - Acesso em: 7 mai. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero. Teoria e Educação**, Porto Alegre, n.6, p.53-67, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. **Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade**. Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente. v. 3, n. 2, jan./jul., 2011.

MACHADO, Roberto. **“Introdução: Por uma genealogia do poder”**. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. 20ª ed., Rio de Janeiro: Graal, [1979] 2004, p. VII – XXIII.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo, Cortez, 2000.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos**. In: Maia, A.C.B.; Maia, A.F. (ORG). Sexualidade e Infância. Cadernos CECEMCA (1) (pp.17-32). Bauru, Faculdade de Ciências: Cecemca; Brasília: 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Editora, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da & Megid Neto, Jorge. (2006). Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. *Ciência & Educação*, 12(2), 185-197.

TRANSGENDER EUROPE. Transrespect versus transphobiaworldwide new (TvT). TMM Update – TransDay of Visibility 2021. Disponível em: <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring/tmm-resources/>. Acesso em 29 de março de 2022.

NARRATIVAS ADOLESCENTES: SEXUALIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR

Data de aceite: 20/09/2022

Thiago Fernandes Madeira

Secretaria de Estado da Educação - Sedu

RESUMO: A sexualidade constitui uma questão polêmica no ambiente escolar e familiar, sendo que cada uma dessas instituições sociais têm a responsabilidade de formar, informar e orientar crianças e adolescentes sobre as descobertas e mudanças que ocorrem principalmente na adolescência. Há muitos discursos acerca da sexualidade acerca da sexualidade nessa fase, contudo, são poucos aqueles baseados na percepção dos próprios sujeitos. Assim, pretendeu-se, revelar os sentimentos vivenciados por eles como alunos e como essa vivência se processa. O arcabouço teórico teve como principal fonte de informações a teoria da sexualidade proposta por Sigmund Freud e Michel Foucault, analisada por outros teóricos, com o objetivo de identificar a percepção de alunos adolescentes do ensino médio sobre sexualidade no ambiente escolar, na família e religião. A metodologia utilizada foi um estudo de caso, de abordagem qualitativa, baseado na análise de descrição de dados de 12 alunos matriculados no ensino médio de uma escola da rede estadual no município de Serra, Espírito Santo. Os dados foram coletados em encontros realizados em grupos focais para analisar o grau de conhecimento dos alunos sobre

a temática. E também definir os temas a serem desenvolvidos e discutidos nos grupos focais realizados com os sujeitos da pesquisa. Com temas definidos nos grupos focais, a maioria dos adolescentes mostrou saber sobre a importância de discutir questões a respeito da sexualidade na escola e na família, com opiniões firmes, claras e objetivas, visto que o assunto não é tratado de modo adequado nesses dois espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência. Sexualidade. Percepção. Escola.

INTRODUÇÃO

O acelerado processo de transformações humanas e com possibilidades mais amplas de acesso à informação, a expressiva mudança comportamental exteriorizou a necessidade de discutir um assunto em evidência na atualidade e que diariamente ganha mais relevância, a questão de sexualidade. O debate acerca da sexualidade e adolescência vem se tornando objeto constante na mídia, no meio acadêmico e no contexto escolar, mas ainda é abordado com limites, superficialidades e senso comum em função da resistência política e religiosa. No aspecto educacional, a retirada dos termos sexualidade e identidade de gênero da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) merece uma discussão aprofundada. É importante destacar a consideração de Nunes e Silva (2006, p. 73) de que “a sexualidade transcende à consideração meramente biológica, centrada na reprodução e

nas capacidades instintivas”.

Diante dessa realidade, trazer para o cotidiano das escolas a discussão sobre sexualidade permite dar visibilidade ao tema, propor novas discussões sobre tabus¹ e normas condicionantes, frequentemente, naturalizadas pela sociedade patriarcal³ e heteronormativa. Inclusive, a literatura que discute a sexualidade nas ações da escola vem recebendo novas contribuições que indicam o crescente interesse acadêmico pelo tema. Parte expressiva destes trabalhos, pautando-se nas obras de Freud (1905, 1977 e 2006), Nunes e Silva (2006); Rodrigues, Wechsler (2014); Silva e Brígida (2016) e Zornig (2008) demonstram que a perspectiva dos estudantes sobre o assunto é essencial para analisar as implicações e desdobramentos nas práticas pedagógicas e como essas produzem experiências que impactam diretamente a vida dos adolescentes.

A importância de estratégias e práticas pedagógicas direcionadas a trabalhar com esse assunto é fundamental para problematizá-lo, pois podem determinar a medida de os estudantes aprenderem de modo mais pleno suas ideias e questões, bem como a maneira de dialogar com seu dia a dia. Contudo, uma das características da sociedade brasileira é a desigualdade (IBGE, 2010), particularmente nos processos de escolarização de grupos determinados e diferenciados não só pela classe social, mas pelas assimetrias de sexualidade.

Para Brougère (1995), por exemplo, com o nascimento somos ensinados a sermos meninos ou meninas, conforme as cores das roupas, os brinquedos e as brincadeiras, constituindo, desse modo, modos de pensar e de agir ditos apropriados e inapropriados. Tal processo termina por ser reproduzido e reforçado pelas práticas pedagógicas, no uso no cotidiano escolar de atividades e adjetivos distintos para homens e mulheres, fragmentam os papéis sociais de gênero, e isso influencia enormemente a forma de lidar com a sexualidade.

Além disso, o ser humano passa por etapas durante a sua vida e a adolescência caracteriza-se como uma etapa do seu desenvolvimento peculiar, envolve um processo de maturação biopsicossocial, um elo entre a fase infantil e a fase adulta. Os aspectos psicológicos, biológicos, sociais e culturais do adolescente constituem um conjunto de características que proporcionam unidade ao fenômeno da adolescência. Na adolescência, com base nos ‘Três Ensaio sobre a Sexualidade’, de Freud (1905), não é possível determinar uma absoluta correspondência entre as eventualidades fisiológicas, psicológicas e sociais, pois ocorrem em ritmos diferenciados.

Sexo e sexualidade são assuntos importantes na vida dos adolescentes, indivíduos

1. ²Os tabus, divergem em dois sentidos contrários. Para nós significa, por um lado, ‘sagrado’, ‘consagrado’, e, por outro, ‘misterioso’, ‘perigoso’, ‘proibido’, ‘impuro’ (FREUD, 1976).

³Designação do que vem a ser a origem de duas palavras gregas: pater (pai) e arke (origem e comando), portanto, vindo a significar o patriarcado como: a autoridade do pai. Vista de uma perspectiva de formação social dá-se a compreensão de patriarcado como o poder dos homens, ou mais simplesmente, o poder é dos homens (CISNE, 2003).

em fase de transformação física e psicológica, constituindo assim, uma das questões primordiais nesta faixa etária. Frente a isso, como a literatura discute a questão da sexualidade na escola? Qual a relação efetiva entre teoria e prática pedagógica referente à abordagem da sexualidade no cotidiano da sala de aula? A forma como o professor trabalha a sexualidade na aprendizagem corresponde à percepção dos alunos? Essas questões permitem problematizar as narrativas dos adolescentes da rede pública de ensino, mais especificamente da cidade de Serra, no estado do Espírito Santo, matriculados no Ensino Médio, sobre a sexualidade e adolescência na escola?

Nesse cenário, analisar as narrativas de adolescentes acerca de sexualidade na escola é um dos caminhos para ouvir a voz desses sujeitos, pois as práticas pedagógicas transversais de educação sexual para adolescentes sofrem influência da interação de fatores biológicos, políticos, econômicos, psicológicos, éticos, histórico-cultural, entre outros.

Para compreender melhor e contribuir para possíveis mudanças, o objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar a percepção de estudantes do Ensino Médio sobre sexualidade e adolescência, em uma escola pública do estado do Espírito Santo. Contemplar esses objetivos indicou a necessidade de explorar as principais concepções teóricas sobre os aspectos históricos do conceito de sexualidade e como a cultura concebe essa questão no universo contemporâneo e no ambiente escolar.

Convém ressaltar que a abordagem da sexualidade ainda é um assunto mesclado de tabu para a família e para os professores. Constatou-se, inclusive, ao longo da pesquisa que isto pode ser um aspecto confuso para adolescentes que estão em fase de transição física e intelectual e acabam buscando informações, na maioria das vezes, em redes sociais na internet, sites ou trocando experiências com amigos próximos.

No que se refere às abordagens teóricas, a base foi constituída por alguns estudos, entre eles, os Três Ensaio de Freud (1905), Aberrações sexuais, Sexualidade infantil e Transformações da Puberdade. Com as contribuições teóricas também de Foucault (2014), Louro (2007), Butler (2003) foi possível compreender como a relação sexualidade e adolescência estabelece os pontos polêmicos e as contraposições e/ou como os pensamentos complementares abordam as mesmas questões.

Foucault (2014, p. 244) afirma que a “sexualidade é um dispositivo histórico, uma rede através de alguns discursos/decisões que se concretizam saberes/verdades”. Mas a discussão sexualidade na escola é uma abordagem que, para Louro (2007), é construída pelos indivíduos e perpassada por experiências sociais emocionais e pela singularidade de cada um ao passar por esses processos. Indo por outra linha de análise, mas que integra o debate da sexualidade, Butler (2003, p. 4) trabalha a questão do gênero, cujo conceito considera ter sido “[...] forjado como oposição ao determinismo biológico existente na ideia de sexo, que implica na biologia como um destino: o sujeito”. Buscou-se ainda mostrar

como que a temática sexualidade é abordada por Diehl e Vieira (2013), Freud (1976), Berni e Roso (2014), Ozella, (2013), entre outros, com ênfase em como suas concepções e estudos entrelaçam ideias e pensamentos sobre a sexualidade.

As diferentes concepções teóricas, em alguns pontos são complementares, como por exemplo, a adolescência ser a faixa etária mais conflituosa e sexo e sexualidade devem ser temas tratados de forma aberta no seio familiar e no ambiente escolar. Para Berni e Roso (2014, p. 5), “a duração da adolescência é de dez anos ou mais, e todo o tipo de desenvolvimento é rápido e constante. Previamente à adolescência existe a pré-adolescência, que cobre as idades de oito a 12 anos”.

METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa teve a revisão bibliográfica como base de produção textual, por ser essencial em pesquisas científicas e por facilitar o acesso a conhecimentos teórico-empíricos que fundamentam esta proposta. Há necessidade de o pesquisador aplicar as medidas inerentes à coleta bibliográfica de trabalhos relacionados ao tema investigado, que norteiem a produção do texto e, segundo Silva (2008, p. 3), baseado no “maior número possível de material bibliográfico publicado; manter a atenção em trabalhos associados ao tema, ampliar a pesquisa, usar livros técnico-científicos outras fontes de informação”.

Os procedimentos metodológicos aplicados consistiram em pesquisa bibliográfica, no sentido de buscar informações sobre sexualidade e escola de modo a estimular uma reflexão a partir de diferentes concepções teóricas e pesquisa de campo no sentido de identificar a percepção dos sujeitos de pesquisa sobre adolescência e sexualidade. A pesquisa bibliográfica é a base para a fundamentação teórica, pois de acordo com Gil (2010, p. 48) “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado, livros, revistas, jornais, redes eletrônicas”.

Articulada a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida uma pesquisa de campo envolvendo 12 participantes com idade entre 15 e 18 anos, matriculados na EEEFM “Serra”, e alunos das turmas nas quais lecionei durante o primeiro semestre do ano letivo de 2018. Para constituir os integrantes da pesquisa, inicialmente apresentei às 18 turmas em que era professor da disciplina de Sociologia meu projeto de pesquisa da dissertação e depois de reiteradas conversas com a equipe de professores foram selecionados 12 estudantes que, em um universo de 720 estudantes, mostraram interesse em participar e também se mostraram desprendidos para falar sobre sexualidade, homossexualidade.

Os 708 estudantes que não participaram foram envolvidos na temática nas aulas de sociologia nas quais lecionei. A pesquisa de campo foi realizada na EEEFM “Serra”, localizada na região metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo.

A opção por essa instituição de ensino foi por minha atuação profissional na instituição como professor efetivo da disciplina de sociologia durante o desenvolvimento desta pesquisa, ter bom relacionamento com os alunos e a disponibilidade e flexibilidade da escola e do alunado em participar desta proposta, uma vez que ao trabalhar a temática nas aulas de sociologia, tive bastante questionamentos e envolvimento dos estudantes. Aos sujeitos de investigação foram apresentados esclarecimentos e informações sobre a temática e seus objetivos que despertou o interesse de parte dos estudantes.

Por questões de organização, decidimos selecionar os participantes após conversas com os professores da área de humanas e biologia, que já haviam trabalhado, ainda que minimamente, a temática sexualidade em suas aulas. Para um melhor desenvolvimento da pesquisa, as discussões nos grupos focais foram gravadas em áudio para posterior análise e transcrição. O pesquisador se comprometeu a resguardar a identidade dos sujeitos durante todas as fases da pesquisa e após publicação.

O contato com os alunos foi mantido durante quatro semanas consecutivas, no laboratório de ciências da escola, por um período de 50 a 55 minutos. Nesses encontros foram debatidos os assuntos levantados nos grupos focais, sempre por uma questão disparadora e após algumas respostas, outras questões eram levantadas e debatidas pelos participantes, com pouca interferência do pesquisador.

É relevante esclarecer que a delimitação ocorreu baseada nos objetivos definidos, por entender que a pesquisa não poderia ter apenas um aluno do ensino médio.

Assim, para torná-la mais abrangente, a amostra foi delimitada em 12 sujeitos. Esta delimitação atendeu a critérios de saturação, haja vista que em dados momentos, as informações se tornaram repetitivas, sinalizando para o pesquisador o término do trabalho de campo (MINAYO, 2014). Para a coleta de dados, foi utilizado um roteiro de temas, selecionados pelo pesquisador e sugeridos no decorrer dos encontros para a criação dos debates no grupo focal, com o objetivo de identificar o nível de conhecimento dos participantes ao tema propostos. As discussões tiveram como eixo a temática adolescência; transformações no corpo, órgãos genitais; homossexualidade; religião e sexualidade; conversa em família sobre sexualidade; sexo, sexualidade e sociedade e sexualidade na escola.

Na definição de Gatti (2005, p. 11), o grupo focal:

Permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais e práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, linguagens e simbologias prevaletentes no trato de uma questão, relevantes para ao estudo do problema visado.

Foram realizados quatro encontros de grupos focais na instituição de ensino, nos meses de junho e julho de 2019, com o objetivo de aprofundar e analisar as discussões.

Com a proposta de preservar a identidade, os alunos foram identificados como E1, E2, E3 e assim por diante.

Para otimizar a realização dos encontros, a forma preferencial de dispor os alunos em sala de aula foi em U ou em círculo, de maneira bem despojada, conforme a figura 1.



Figura 1- Registro de grupo focal

Fonte: Acervo do Pesquisador

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica ressaltam a necessidade de trabalhar o tema sexualidade transversalmente à base comum curricular, ou seja, aquilo que emana do interior cultural desses jovens, isto é, próprio de seu tempo e espaço. Pelo exposto, pode-se afirmar que a base nacional comum (BNCC) e a parte diversificada não devem se constituir em dois blocos distintos, com disciplinas específicas para cada uma dessas partes, pelo contrário, devem ser complementares integrando-se no currículo

A pesquisa de campo enfatizou os temas inseridos no aspecto cultural dos estudantes e que estivessem contemplados e refletido em sala de aula. Na busca de conciliação dessas duas condições, o tema emergente foi a questão da sexualidade. Ademais, vivemos sob um advento da diversidade em que as reflexões contemporâneas apontam para o cenário do debate. Tais reflexões emanam de diferentes segmentos, sobretudo, o educacional que,

quando assim age, materializa a problematização e a fuga das ações irrefletidas.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo da pesquisa buscou-se analisar as narrativas de estudantes do Ensino Médio sobre sexualidade e adolescência em uma escola pública do estado do Espírito Santo, para isso 12 alunos do ensino médio, expuseram suas percepções em grupos focais, debatendo acerca de sexualidade, tendo por base diferentes eixos temáticos: adolescência, transformações corporais e nos órgãos genitais, homossexualidade, sexo e sociedade e sexualidade na escola. Com essas discussões em diálogo com as teorias apresentadas, tais como a psicanálise, a sociologia e a filosofia, buscou-se interpretar as percepções dos adolescentes estudantes como um reflexo da vida em sociedade, uma vez que a cultura em que vivemos pouco permite questionar padrões e imposições produzidas pelo sistema social, as quais interferem nas relações e na convivência de seus membros, ou seja, dos cidadãos. Por isso, é papel fundamental para a escola problematizar, tais questões em sala de aula e em todos os espaços educativos do ambiente escolar.

Por meio das narrativas dos alunos foram identificados discursos que complementem ou corroboram práticas de discriminação e preconceito na sociedade, muitos discursos foram repetidas reproduções da vida em sociedade, pois ainda estão em construção de uma consciência individual e coletiva. Durante a discussão dos temas apontados nos grupos focais, não demonstraram ser capazes de eleger significados para o que realmente os torna sujeitos. Essa indefinição pode ser explicada pela perspectiva de Freud (1905), quando destaca que a repressão da sexualidade na infância, adolescência e a vida adulta tornam os indivíduos neuróticos e reprimidos, dificultando a liberdade de suas sexualidades.

O estudo evidenciou, porém, que os alunos do ensino médio possuem conhecimento e informações abrangentes sobre os temas discutidos, argumentam e defendem com firmeza seus pontos de vista, apontando exemplos, contrapondo opiniões, divergindo e/ou concordando com a opinião de outros colegas de sala de aula e dos professores.

Contudo, a fundamentação ainda é baseada no senso comum e relatos de experiência individuais. Desse modo, as instituições de ensino precisam se preparar melhor para lidar com a sexualidade no espaço escolar, visto que ainda abordam essa questão de uma forma superficial e não utilizam a interdisciplinaridade, o que poderia ampliar ainda mais a visão dos alunos. É através da sexualidade que se busca a realização pessoal e sexual, e esta realização deve ser completa, sem tabus e preconceitos, deve ser encarada naturalmente como parte que integrante da vida.

Referente à discussão da sexualidade no espaço escolar, essa questão não foi bem respondida pelos alunos, os resultados não evidenciaram claramente se os mesmos percebem a escola como espaço de debate sobre sexualidade, não foi possível descrever

o entendimento deles de como se processa e/ou deveria se trabalhar a sexualidade na escola.

As opiniões revelaram que os adolescentes se sentem pressionados a participar de atividades escolares, estar matriculados e apontam para o desrespeito a alguns direitos dos cidadãos, questões sociais, entre outras. Diante disso, pode-se afirmar que é complicado e complexo compreender a interação dos participantes com sua própria sexualidade no contexto social em que vivem.

Ademais, a construção das narrativas dos estudantes implicados nesta pesquisa pautou-se também na história da sexualidade humana, em que a escola, a família, a religião, isto é, os aparelhos ideológicos sociais, agem contínua e sistematicamente no comportamento dos sujeitos com a finalidade de, tornar os sujeitos reprimidos nas suas relações sociais, interpessoais e sexuais.

No entanto para Foucault (2014), não é possível estar “fora do poder”. É necessário permear as relações de poder para criar resistências, neste sentido, para tornarmos a escola um local que impulse esses sujeitos. Nós, enquanto professores, devemos ser os primeiros a nos colocar no fronte da resistência, educando e ensinando de maneira a tornar a sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- BERNI, V. L.; ROSO A. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. **Psicologia & Sociedade**, 26(1), 126-136, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/14.pdf>. Acesso em 5 mar. 2019.
- BUTLER, J. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural orientação sexual, v. 10. Secretaria de Educação Fundamental, 2. Edição, Brasília, Editora, DP & D, Ministério da educação, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação **Orientação Sexual**. Brasília, 1997.
- BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.
- CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo, 2014.
- DIEHLA; VIERA, D. L. **Sexualidade**: do prazer ao sofrer. São Paulo: Roca Ltda, 2013.
- FREUD, S. **Três Ensaios sobre a Sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud (v. VII). Rio de Janeiro: Imago, 1905. Análise disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/14199.pdf>. Acesso 10 set. 2019.

FREUD, S. **Obras completas**. Rio Janeiro: Imago. 1977.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. ESB, v. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte III) 1915-1916**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XVI. Rio de Janeiro: Imago Editora. 2006.

FREUD, S. **Totem e Tabu**. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 13). Rio de Janeiro: Imago 1976. (Obra original publicada em 1913).

FREUD, S. O interesse científico da psicanálise. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1989g. v. 13. (Originalmente publicado em 1913).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NUNES, C; SILVA, E. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/673.pdf>. Acesso em 10 jul. 2019.

OZELLA, S. **Adolescência: uma perspectiva crítica**. 2013.

RIOS, R. R. **A homossexualidade no direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Esmafe, 2001.

RODRIGUES, P. C.; WECHSLER, M. A. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro -SP, 1 (1): 89-104, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br>. Acesso em ago. 2019.

SILVA JÚNIOR, E.D. 2 ed. **A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais**. Curitiba: Juruá, 2007.

SILVA, M. O. da S. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática. IN: BRANDÃO, C.R. STRECK, D.R. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida, SP: Ideias Et Letras, 2006.

ZORNIG, S. Abu-Jamra. As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 73-77, jan./mar. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a08.pdf>. Acesso em 5 mar. 2019.

II VEREDA - GÊNERO, CORPO E DISSIDÊNCIAS

CORPOS-TERRITÓRIOS-LGBT+ NA DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA BAHIA: IMAGENS, NARRATIVAS E (RE)EXISTÊNCIAS

Data de aceite: 20/09/2022

Janivaldo Pacheco Cordeiro

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Trabalho inicialmente apresentado no V Seminário Internacional Desfazendo Gênero

RESUMO: A discussão apresentada é parte de uma pesquisa doutoral em andamento sobre os corpos LGBT+ na docência da educação básica da Bahia. Partimos da ideia de que as experiências que atravessam a identidade pessoal de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT+) durante o desenvolver de sua vida-formação dificultam para o reconhecimento de si como corpo-território e reverberam na identidade profissional desses/as sujeitos/as, provocando a (auto) vigilância do seu corpo, adequação de práticas pedagógicas, apagamentos de si como forma de sobrevivência, preconceitos e discriminações. De natureza qualitativa e pós-estruturalista, este trabalho procura desvendar por meio da entrevista narrativa as formas de (re)existências desses/as professores/as em confronto com a heterossexualidade como norma e os conflitos gerados em razão do gênero e da sexualidade dissidentes. Percebidos/as como professores/as

transviados/as, os corpos-territórios-LGBT+ na docência revelam por meio de suas imagens e narrativas as itinerâncias de suas vidas-formação-profissão na ocupação dos espaços públicos e, em especial, em suas atuações docentes apontando as (re)invenções de si como formas de existência e (re)existência nas instituições escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo-território-LGBT+, Professores/as transviados/as, (Re)existências, Imagens e Narrativas.

CORPO-TERRITÓRIO COMO POSSIBILIDADE DE ANUNCIAÇÃO

A fuga das normas de gênero e sexualidade tem se constituído como uma forma de transgressão aos padrões de vida considerados naturais. Ser reconhecido como lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti (LGBT+), muitas vezes, surge como uma ofensa à dignidade da pessoa e, ser apontado dessa forma é ter atrelado ao seu corpo imagens e narrativas de abjeção e vergonha, entre outros pejorativos que fazem desses/as sujeitos/as enxergarem-se e serem enxergados/as pela perspectiva da inferioridade. Cada um de nós já pôde observar o efeito das palavras *viado*, *sapatão*, *travesti* quando usadas como formas de xingamentos, demonstrando o claro intuito de inferiorizar essas existências. Para muitos/as é necessário um longo caminho até que esses pejorativos e outros possam ter a percepção de outros significados e se tornem melhorativos.

Ser *denunciado/a*, ainda na infância, como um dos tantos termos que (des) caracterizam o corpo-transviado-LGBT+, a princípio, é acompanhado como reação à negação dessa possibilidade. A sensação é parecida ao anúncio de um crime que requer, de imediato, sua defesa e o se livrar de um estigma que torna essas identidades tão marginalizadas. O uso comum da resposta *eu não sou isso* revela uma das primeiras tentativas desses/as sujeitos/as de se posicionarem dentro da norma e, ao mesmo tempo, evidencia a escassez de diálogos que possibilitem o entendimento e o respeito às inventivas formas de viver o gênero e a sexualidade, perante a acusação do/a outro/a. Soma-se a isso os reiterados clamores ao divino para que tais sentimentos sejam banidos da própria existência, possíveis resultados dos investimentos continuados da norma em suas políticas do medo, normatização, normalização e naturalização de comportamentos legitimados por ela e praticáveis aos corpos, visto que “[...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2013, p. 132).

Nesse sentido, a classificação dos/as sujeitos/as pelas normativas da heterossexualidade produziram corpos transviados ao que foi socialmente e culturalmente construído como natural e, por essa lógica da naturalidade: reconhecíveis, autorizados e legitimados. Cabe aos outros corpos, produzidos na e pela diferença, a clandestinidade, o forjar de identidades cis(hetero)normatizadas, a sua docilização, domesticação, controle, julgamento e governo, e que as suas existências não sejam viáveis ou visibilizadas, e dessa forma não reconhecidas, não autorizadas e não legitimadas pela norma, cujas *limitações*, *proibições* ou *obrigações* como nos apontou Foucault (2013), estendem, principalmente, aos modos *dissidentes* de viver gênero e sexualidade.

Assim, desde a infância a constituição da identidade sexual e de gênero vem imposta pela heterossexualidade prescrita que age como regime político sobre os corpos (CURIEL, 2013), apontando em sua construção comportamentos, jeitos, gestos, cores, interesses e desejos aos corpos sexuais, materializados pela presença – ou ausência – do pênis. Transviar-se, nesse contexto, é estar em contradição à tríade sexo-gênero-desejo cancelada pelo que Foucault (2019, p. 364-365) chamou de dispositivo da sexualidade, cujos escapes a esse dispositivo caracterizam os transvios, situados entre o que pode ser “dito e não dito”, visibilizado e invisibilizado, por *justificativas* e *mascaramentos* (nem sempre) tacitamente impostos, utilizados para “controle-dominação”. Em complementariedade, o corpo é percebido como transviado, também pelos comportamentos performativos do gênero fixados na morfologia dos corpos e que estão em *discordância* com o sexo biológico, somando-se a isso, entre outras possibilidades, vestes, práticas sexuais e profissões.

Fugir ao dispositivo, nesse bojo, é atrelar-se às imagens e narrativas que rondam o corpo transviado remetendo à condição de anormalidade e, conseqüentemente, ao caráter de subumanidade, o que parece, de alguma forma, criar condições de insultos a essas

identidades. *Viado, bicha, boiola, traveco, mulher de penca, sapatão, fancha, caminhoneira* são as formas mais comuns com que esses corpos são (mal) tratados.

Numa tentativa de ressignificar esses termos, ao mesmo tempo que tenta capturar esses insultos, Bento (2017, p. 249) em sua obra *Transviad@s* aponta quem pode ser considerado/a transviado/a no Brasil: “uma bicha louca”, “um viado”, “um travesti”, “um traveco”, “um sapatão”¹. O medo de se reconhecer dessas formas demarca os efeitos da ação do biopoder e da necropolítica sobre esses/as sujeitos/as, agindo como possibilidades de vidas inviáveis, menos importantes, descartáveis, matáveis, ignorados pela ilegitimidade de suas existências e como nos aponta Scott (1988), pela invisibilidade de suas experiências, materializadas pelas mortes violentas em razão dos seus modos de vida, ao atravessamento de crenças religiosas que consideram as práticas alheias ao dispositivo como pecaminosas, vergonhas e proibidas.

O que a norma aponta como transgressão, desvios ou transvios, entendemos como possibilidades legítimas de viver gênero e sexualidade, (des)classificados/as pela mesma norma que se estabeleceu como identidade de referência, diferenciando aqueles/as que se distanciam dela. Nesse contexto, os/as sujeitos/as transviados/as são corpos-territórios- LGBTQ+ de anunciação e vivências singulares que escapolem do regime da heterossexualidade como norma e do dispositivo da sexualidade como regra. Esses corpos são os que enunciam e desconstroem a ideia de naturalidade imposta pela cis(hetero)normatividade, ao mesmo tempo que se constituem - na maioria dos casos - pela clandestinidade, pelo sentimento de diferença inferiorizada e pela ilegitimidade de suas existências.

Segundo Miranda (2020, p. 25) corpo-território “é um texto vivo, um texto-corpo que narra as histórias e as experiências que o atravessa” e nesse sentido, o corpo-território- LGBTQ+ historiciza suas imagens e narrativas, principalmente pelo corpo que é lido como um erro, um engano da natureza por suas práticas consideradas antinaturais, cujas leituras realizadas pela norma, revelam as rasuras e ranhuras de uma existência não passível de reconhecimento, invisibilizando as suas práticas, representações, representatividades, conquistas e afetos. Nesse cenário, os corpos-territórios-LGBTQ+ “também precisam ser problematizados, inseridos ou não no processo de autoafirmação, se fortalecer, ocupar os espaços, resistir e promover a libertação dos outros sujeitos que por diversas situações são ceifados dos seus direitos humanos” (ib, p. 33), com o fito de desfazer as imagens e narrativas criadas pela norma para esses corpos, não para satisfazê-la, mas em defesa da própria *naturalidade* com que essas identidades devam ser constituídas.

Frisamos que a pesquisa da qual esse recorte é oriundo, foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) sob o número 4.565.257,

1. No capítulo “Queer o quê? Ativismos e estudos transviados” a autora relata os seus encontros, desencontros e dilemas com a tradução do queer em contextos brasileiros.

CAAE 41214020.6.0000.0057. Dessa forma, procuramos questionar, neste artigo, o que podem narrar os corpos-territórios-LGBT+ de professores/as transviados/as redigidos por regras que não são suas e lhes foram impostas? O objetivo desse texto é refletir acerca das imagens e narrativas de (re)existência de corpos-territórios-LGBT+ na Educação Básica do Estado da Bahia e é parte das reflexões e indicativos parciais da pesquisa de doutorado em andamento. As reflexões são embasadas em conversas informais e na entrevista narrativa realizada com Rosa², 40 anos, professora trans e Antúrio, 36 anos, professor gay, sondados/as como possíveis colaboradores/as da pesquisa citada e busca por meio das imagens e narrativas inseridas nessas corporalidades compreender “a experiência vivida, [...] as vidas e como elas são vividas” (CLANDININ e CONNELLY, 2015, p.23) imbricadas nessas experiências *dissidentes* e a profissão docente. Para esses/as autores/as (ib., p. 152-153) “conversas implicam o ouvir. A resposta do ouvinte pode constituir uma sondagem da experiência que tem a representação da experiência muito além do que é possível em uma entrevista”. Assim, “[...] entendemos que a experiência toma centralidade no processo de narrar a vida-profissão a partir de territórios das existencialidades docentes” (RIOS, 2020, p. 17).

CORPOREIDADES: IMAGENS, NARRATIVAS E (RE)EXISTÊNCIAS

Existir. Resistir. (Re)existir em espaços onde a norma é a regra. Onde só o normal representa as *verdades* e as condições de existência. Homens e mulheres, meninas e meninos com seus modos comportados, seus desejos naturalizados, seus gêneros e heterossexualidades imperceptíveis e invisíveis. A escola homogeneiza os corpos e por essa ação é uma das instituições que mais produzem e reproduzem as discriminações e preconceitos contra a diferença. Nas palavras de Louro (2014, p. 61) a escola produz “diferenças, distinções, desigualdades...” Os/As *normais*, nesse sentido, passam despercebidos/as, pois são os/as referenciais que precisam ser seguidos/as; falar sobre sexo e sexualidade parece, nesse contexto, desnecessário. As suas imagens e narrativas não completam a paisagem, elas são a própria paisagem.

O desconforto começa quando os corpos empurrados para a margem, os/as outros/as que foram produzidos na diferença adentram os espaços públicos como, por exemplo, a escola, desestabilizando a uniformidade e tendo que disputar por espaços que, teoricamente, já seriam seus. A atenção e o incômodo se voltam para o/a estranho, o/a exótico/a, o/a esquisito/a, o/a anormal, o/a transviado/a que se deslocou da margem para o centro. Esse corpo carrega consigo as imagens e narrativas que o constituem como o desigual. As imagens, nesse sentido, produzem as narrativas e ao se fazer enunciar, suas narrativas produzem suas imagens. Ao corpo LGBT+ é preciso que suas imagens

2. Os nomes dos/as colaboradores/as são fictícios para preservar as suas identidades.

digam um pouco (ou um tanto) mais que suas narrativas ou que suas narrativas (des) construam outras imagens, no entanto estão sempre vinculadas umas às outras, às vezes como marcas das identidades, outras como nós essenciais, e de um outro ponto, como (re)existências. Imagens e narrativas, narrativas e imagens, juntas, unidas, confundem, anunciam, provocam a norma, ao mesmo tempo em que esta tenta capturar, invisibilizar, neutralizar os seus efeitos. As imagens e narrativas se materializam nas formas com que os corpos-territórios-LGBT+ se produzem, se enfeitam, gesticulam, falam, calam, subalternizam, se empoderam, geram conhecimentos e “[...] ocupam um lugar de ruptura e insurgência no campo educacional por representarem territórios de disputas por outras políticas de conhecimento” (RIOS, 2020, p. 17-18). Suas narrativas, assim, se constituem pela (re)existência de suas imagens e estas (re)existem a partir das (re) invenções de suas narrativas. Para esses corpos considerados insurgentes, narrar o vivido, relatar as experiências atravessadas pela sexualidade e pelo gênero, resistir às pressões institucionais, fazer-se presente nestes espaços (de)marcam os lugares e os não- lugares para as suas existências onde a diferença tenta ser silenciada e invisibilizada, ainda que, como nos apontou Miranda (2020) não estejam *inseridos em processo de autoafirmação* e se configuram a partir dessas narrativas de (re)existências.

É a partir dos modos de viver, posicionar-se e interpretar as narrativas institucionais que as narrativas de (re)existências se instauram. Estas narrativas são forjadas no cotidiano da profissão a partir das zonas de invisibilidade que atravessam o trabalho docente. As narrativas docentes interpelam as narrativas institucionais em relação ao não-lugar dos/as professores/as nas discussões e decisões sobre a reconfiguração da escola (RIOS, 2020, p. 22).

No desenrolar da pesquisa, as entrevistas narrativas com esses/as professores/as transviados/as, revelam seus pontos de aproximação e singularidades dos quais seus corpos-territórios-LGBT+ foram atravessados, quando trabalhavam em uma mesma escola, de uma mesma cidade em anos distintos. Entre elas, trazemos à cena trechos da narrativa de Rosa. Ao falar de sua imagem, ela explica que a primeira decisão que toma ao assumir uma sala de aula é falar aos seus/suas alunos/as sobre sua vida como mulher trans, pois reconhece que as narrativas que chegam sobre o seu corpo na escola – antes mesmo de sua imagem - giram em torno dos pronomes masculinos e dos pejorativos como *bicha* e *viado*, atribuídos comumente aos corpos de homens gays. Ela comenta que por diversas vezes teve de corrigir *lapsos* dos/as colegas de trabalho em relação ao seu nome e sua identidade de gênero e, em uma ocasião extrema teve que mover uma ação judicial contra um gestor de uma escola que insistentemente não respeitava sua imagem de mulher, trazendo narrativas masculinizadas ao seu corpo-território. No geral, as mudanças em sua docência são anunciadas desde o início do ano letivo pois sente a necessidade de que os/as alunos/as a percebam e a respeitem como mulher, não admitindo outras formas de ser reconhecida. Rosa explica que ao fazer isso, as temáticas do gênero e

da sexualidade são recorrentes em suas aulas e as curiosidades dos/as estudantes são sanadas sempre que julga viável e respeitoso. Em relação aos atravessamentos ao seu corpo-território, Rosa lamenta que tenha sido advertida pela vice-diretora da escola sobre suas vestes, recomendando a ela o uso de roupas e acessórios mais discretos, o que de certa forma coibiu o início do seu processo de transição, além da perversidade de ter sido avisada – em tom de coação - que outro professor homossexual atuante naquela escola tinha uma pasta com várias ocorrências por ter *cantado*³ seus alunos: *“olha, o professor Fulano de Tal ele canta os alunos viu? Já existe na pasta dele várias ocorrências! Olha sua conduta!”* A recepção dada a Rosa é relatada com decepção e descontentamento. *“Eu me sentia coagida, vigiada!”* A sua imagem estava atrelada às condutas de um outro corpo, às experiências das quais não coadunavam com a sua prática, como marcas e nódoas essencializadas. A sensação e o medo de que pudesse ser demitida provocava em si a autovigilância e o cuidado nos tratamentos e olhares para os/as alunos/as, em especial aos do sexo masculino. A sua narrativa demonstra os indícios da (re)existência naquela instituição em que precisou trabalhar por *pesados* oito anos. A questão da necessidade de subsistência e as possibilidades de se reafirmar como profissional competente forçaram a reinvenção e (re)existência de Rosa que se obrigou a invisibilizar as perseguições advindas em razão de sua *dissidência* de gênero. As imagens atribuídas ao seu corpo produziram afastamentos de outros/as professores/as, piadinhas, e falta de apoio até mesmo de docentes reconhecidamente lésbicas e gays na escola, o que provocou em si um não pertencimento às causas ligadas ao movimento LGBTQ+. Ainda que as constantes disputas pelo espaço tenham sido atravessadas por preconceitos e discriminações diversas, Rosa entende a importância de sua representatividade na comunidade escolar, no entanto, ultimamente tem evitado fomentar discussões acerca do tema gênero e sexualidade nas instituições em que trabalha, devido à crescente onda conservadora que se alavancou nos últimos anos. Assim, utiliza suas estratégias de sobrevivência, de (re)existência e da liberdade vigiada, talvez por entender que “[...] se é livre para viver a própria vida somente quando se é livre para morrer a própria morte” (MBEMBE, 2020, p. 66). *“Então assim, por chegar aos 40 anos, uma mulher trans, sadia, nessa posição hoje de estar à frente de uma gestão na escola, eu me sinto uma grande vitoriosa, entende?”* Com razão, Rosa comemora o fato de ser uma mulher trans, em posição de destaque, ocupando cargos não perspectivados para essas existências e, acima de tudo, por ultrapassar a expectativa de vida de 35 anos para pessoas trans, conforme estudos apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018).

Um outro docente que nos relata as travessias no corpo-território que habitam a escola foi Antúrio, professor gay do Ensino Fundamental, cujos atravessamentos nos colocam a refletir acerca das relações de poder que a norma exerce sobre o corpo-

3. No sentido empregado a palavra cantar é entendida pelo ato de demonstrar verbalmente interesse afetivo por outro/a.

transviado e os meios de (re)existência encontrados por esses corpos. Antúrio se lembra das recomendações iniciais proferidas pela vice-diretora na mesma escola em que Rosa trabalhou, na ocasião em que foi designado para sua primeira experiência como professor em sala de aula: *“Ao chegar à sala de aula fale com a voz firme, evite falar fino, pois nossos alunos não estão acostumados com professor gay”*, mesmo sem nunca ter assumido sua orientação sexual para ela, a sua imagem e sua performance traduziam em narrativas de homem gay. Ao ser julgado dessa forma, Antúrio se viu desrespeitado por condições sobre as quais não tem controle. Sua capacidade de *se dar o respeito* deveria, por esta lógica, estar na voz, no *jeito de homem* e na (re)produção de uma masculinidade hegemônica socialmente construída e legitimada. Ao revelar a falta de costume dos/as alunos/as com a homossexualidade representada em situação de autoridade, a escola - ou aquela que ocupa a posição de representante do Estado - entrega a sua incapacidade de lidar, respeitar, acolher as diferenças e, propositalmente, reafirma o caráter político de torná-la invisível ao mesmo tempo em que admite os estereótipos da heterossexualidade como regime político de sobrevivência e constituição de sujeito reconhecível. Os lamentos de Antúrio não se remetem apenas a sua atuação como docente. Fica evidente em seu relato a existência de um *não lugar* na masculinidade quando expõe suas dificuldades enquanto aluno de se aproximar dos outros garotos da classe: *“eu tinha medo de me relacionar com os colegas de sala de aula, principalmente meninos. Por causa dos meus trejeitos eles ficavam debochando, reproduzindo apelidos desagradáveis como bichinha, viadinho e baitola”*. O desconforto e a estranheza, nesse sentido, são constantemente reiterados na constituição do seu corpo-território e parecem naturalizar que existências como a sua tenham que passar por esses constrangimentos e situações de discriminações e preconceitos como atravessamentos fundantes dessas identidades, como se fizessem parte do próprio reconhecimento de si como sujeito. Outras situações referentes à masculinidade do professor Antúrio, confirmam o sentimento de *naturalização* das reiteradas formas de agressão ao seu corpo. A violência se torna a norma, a regra; já se espera que os preconceitos e as discriminações ganhem os contornos das *brincadeiras* em torno dos gêneros e das sexualidades *dissidentes* e também, como já esperado, *nunca possuam a intenção de ofender ou inferiorizar os corpos-transviados*. A falta de acolhimento nesta escola em que se apresentou para o trabalho foi completada em tons de deboche e (in) diferença por outros professores: *“me olharam com desprezo e depois conduziram piadas desrespeitosas dizendo que não faço parte do clube de machos”*.

Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe (FOUCAULT, 2013, p. 133).

As tentativas de convencimento em desqualificar os corpos-transviados nas escolas

contribuem para o não reconhecimento de si como corpo-território e a produção de um/a sujeito/a à parte dos moldes autorizados da heterossexualidade e, simultaneamente, manter o/a outro/a da diferença nos lugares de marginalização, indesejável e inferiorizado/a socialmente. O (des)esquadrinhamento, a (des)articulação e (des) recomposição dessas corporalidades constituem suas estratégias de (re)existência visibilizadas por essas narrativas e imagens que (re)existem nesses processos.

Ao se adaptar à recomendação da dirigente, o corpo-território-LGBT+ sobrevive nas instituições escolares às custas de sua anulação e apagamento como sujeito (FOUCAULT, 1988), podendo ser analisada como um meio de sobressair, permanecer visível e representado em meio às violências sofridas e (re)existência quando - a duras penas - procura visibilizar o profissionalismo desvinculado ao corpo sexuado no ambiente da escola. É perceptível que as solicitações aos corpos-territórios-LGBT+ criam uma espécie de permissão para o devir-mulher e uma proibição para a visibilidade de uma masculinidade outra, re-posicionando os/as sujeitos/as de forma a dificultar as suas representações e representatividades. “Daí, percebe-se a produção de um Outro que não sou o “eu”. É esse outro, produzido e forjado na diferença que o “eu” tenta apontar como inumano. É esse outro que aponta quem pode e quem não pode ocupar determinados espaços (CORDEIRO; RIOS, 2021, p. 364). E nessa mesma lógica, é nesse/a outro/a que a norma se autoriza a produzir os seus insultos, a desqualificar suas existências e a re-posicionar as corporalidades consideradas outras.

Como sinaliza Bento (2017, p. 59) os/as transviados/as “continuarão a ser aceitos, desde que não poluam os espaços públicos com demonstração de amor e desejo, por um lado, e que se mantenham no seu gênero, por outro”. Nesse sentido, as formas de representação de Rosa e Antúrio ficariam limitadas às regras estipuladas para demonstrações que são percebidas como normais e naturais a corporalidades sexuadas. As suas representações não condizentes à tríade gênero-sexo-desejo ficam à mercê do julgamento entre o permitido e o proibido, entre o dito e o não-dito, às (i)legitimidades de suas imagens e narrativas e aos seus comportamentos transviados, aos estereótipos do gênero e da sexualidade e aos desvios às performances reiteradas, sempre vinculadas à anatomia de corpos contaminantes. O corpo-transviado, nesses sentidos e nesses espaços, vigia e é vigiado pelos próprios sentidos: controlam (se) os seus olhares, governam (se) os seus toques, moldam (se) as suas falas, filtram (se) a sua escuta de forma que suas imagens e narrativas não poluam, não contaminem, não causem prejuízos a si mesmos e, entre outros dizeres, não produzam provas que confirmem as imagens e narrativas que a norma concretiza sobre as suas corporalidades e identidades *essencializadas*.

O corpo da norma é, nesse contexto, autorreferente e se autoriza no direito de autorizar (ou não) as imagens, narrativas e as subjetividades dos corpos-transviados, produzindo movimentos de anulação e o não reconhecimento de si no/a outro/a ou, ainda

na própria reafirmação do corpo-território. “Nestas microrrelações, podemos notar que o Estado não está em um lugar distante, povoado de gente desconhecida, mas, aqui, nas interações banais do cotidiano” (BENTO, 2021, p.88), e se manifesta, nos casos relatados, nas advertências registradas, nas tentativas de anulação do/a outro/a (im)postas na autoridade em que se investe a vice-diretora, dos/as gestores/as e dos/as outros/as colegas de trabalho que se posicionam como julgadores/as de outras subjetividades. Considerando a escola como um espaço onde as subjetividades emergem e onde a diferença pulsa, as políticas de entendimento e respeito à diversidade deveriam ser promovidas por todos/as, especialmente por aqueles/as que supostamente representam e têm o dever de valorizar essa pluralidade. Rios (2008, p. 20) revela que “as identidades sociais construídas na escola podem desempenhar um papel relevante na vida dos indivíduos quando estes se depararem com outras práticas discursivas nas quais suas identidades são re-experimentadas ou são re-posicionadas”. A partir desse pensamento, refletimos que as tentativas de privação e silenciamento das suas mais *puras* expressões das identidades sexuais e/ou de gênero, performatividades e comportamentos dos professores LGBT+ impedem ou prejudicam o re-experimentar dessas vivências em outros corpos-territórios, além de embarçar o reconhecimento de si mesmo/a como possibilidade de representação, e simultaneamente, as tentativas de re-posicionamento dessas corporalidades em armários cisheteronormativos. Outrossim, são permitidos/as e motivados/as os re-posicionamentos e a re-experimentações que favoreçam sempre a norma.

Para Scott (1998, p. 319-320) “sujeitos são constituídos discursivamente, mas há conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, significados múltiplos possíveis para os conceitos que eles utilizam”. Assim, as práticas discursivas fabricam sujeitos/as discursivos/as, reposicionam, forjam pertencimentos e criam nas instituições escolares as identidades escolarizadas. Produzem assim, aqueles/as que reproduzirão o que aprenderam na escola, atravessados/as pelas questões morais, religiosas e pessoais de quem os/as ensinaram, e de quem utiliza a norma como regime político e a cristaliza como natural, re-posicionando os corpos-transviados em lugares outros da não normalidade e da abjeção. “Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*” (LOURO, 2014, p. 65, grifos da autora) e, em contextos onde a discriminação se constrói, como é o caso das instituições escolares, as preferências habitam corpos não *esquadrinhados* pela norma, onde as imagens e narrativas passam despercebidas.

Nesse sistema discursivo as contradições, os significados múltiplos, os conceitos utilizados, as preferências são direcionados/as para gêneros e sexualidades de acordo com o sexo atribuído no nascimento, fazendo-se acreditar que existe uma relação de causa e efeito entre esses elementos. No mesmo ritmo, as religiões, os costumes, as culturas caminham em contratos uns/umas com os/as outros/as retroalimentados/as, fortalecidos/

as pelos preceitos da norma. Em conformidade, Curiel (2013, p. 83, tradução nossa) adverte que “[...] o grupo dominante geralmente organiza a vida dos grupos subordinados não por coerção, mas por persuasão⁴”. Assim, essas instituições organizadas se aparelham no sentido de tentar convencer e induzir o/a outro/a a se comportar de acordo as atitudes da norma, nem que para isso se utilizem de argumentos que provoquem nesses/as outros/as o sentimento de existências inferiorizadas e o não- reconhecimento de si como verdade e como corpo-território.

CORPO EM TRANSFORMAÇÃO: IMAGENS E NARRATIVAS (IN)CONCLUSIVAS

“Na perspectiva pós-estruturalista a diferença pode ser definida como a identidade que os outros portam, e na relação com a qual temos que definir os *contornos* da nossa” (SEFFNER, 2016, p.121, grifos nossos). Nessa perspectiva, identidade e diferença são atravessadas e, principalmente, constituídas por relações de poder que (de)marcam, controlam e (com)*tornam* os/as sujeitos/as de acordo os marcadores sociais da diferença atribuídos aos seus corpos. Assim, o corpo-território-LGBT+ ao assumir ou ser apontado pela condição de professor/a transviado/a herda os contornos pelos quais sua diferença e sua identidade é assumida, como o corpo que precisa ser silenciado, vigiado e adaptado às normas que não lhe asseguram o seu direito de ser. Por essa lógica, a norma - o/a que se perspectiva pela normalidade - dita quais contornos são possíveis de serem visibilizados, assumindo para si o controle e o governo das corporalidades que se constituem na diferença. “Sua mera sobrevivência depende de condições e instituições sociais, o que significa que, para ‘ser’ no sentido de ‘sobreviver’, o corpo tem de contar com o que está fora dele” (BUTLER, 2018, p. 57-58, grifos da autora).

Nesse sentido, o que está por fora dita os comportamentos permissíveis e quais devam ser ignorados aos corpos-territórios-LGBT+, moldando e tentando produzir identidades forjadas para *satisfazer* as fragilidades da (hetero)normalidade. As tentativas de controle aos corpos-transviados colocam a norma em um lugar outro, de onde sua autorreferência utilizada como régua se autoriza a inferiorizar e julgar os corpos que considera subalternos. Com efeito, “a desumanização, imposta pela sociedade, estabelece e condiciona a negação de corpos *dissidentes* em função do modelo binário e cisgenerificado (ODARA, 2020, p. 81, grifos nossos).

Os resultados iniciais do estudo apontam que as imagens e narrativas dos corpos-territórios-LGBT+ ainda são perspectivados por uma noção de verdade fabricada pelos discursos homogeneizantes, aos quais os corpos transviados, muitas vezes, precisam se assujeitar pela questão da sobrevivência. E, nesse movimento, as narrativas de (re)

4. [...] el grupo dominante generalmente organiza la vida de los grupos subordinados no desde la coerción, sino desde la persuasión. (CURIEL, 2013, P. 83)

existências são construídas como formas de lutas que materializam as disputas de pertencimentos e existencialidades que os corpos transviados desvelam no espaço da escola, da sala de aula.

REFERÊNCIAS

ANTRA. **10 piores estados para ser trans no Brasil**. Brasil, 21 set. 2018. Disponível em: <https://antrabrazil.org/2018/09/21/10-piores-estados-para-ser-trans-no-brasil/>. Acesso em: 24 de nov. 2021.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.

BENTO, Berenice. **Brasil, ano zero: estado, gênero, violência**. Salvador: Edufba, 2021.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CORDEIRO, Janivaldo Pacheco. RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. **Corpos transviados na docência: imagens e narrativas de professores/as LGBT na educação básica**. In: MENEZES, Graziela Ninck Dias; NUNEZ, Joana Maria Leôncio (Orgs.). *Coletânea Profissão Docente na Educação Básica: docência em contextos de diversidade*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. E-book, vol. 2 p. 362-378. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NbC3Rzu3s1MveSuiUOr45-zYqdgDQR71/view>. Acesso em 04 nov. 2021.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**; tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. - 2ª edição rev. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterossexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación**. 1ª ed. Bogotá, D.C. Colombia, 2013. Disponível em: *La nacion heterossexual*. Ochy Curiel.pdf. Acesso em 15 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 41ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território e educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência**. - Salvador : EDUFBA, 2020. Disponível em: *corpo-territorio-educacao-decolonial-repositorio (1).pdf*. Acesso em: 12 mar. 2021.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência: travestilizando a educação**. Salvador/BA: Editora Devires, 2020.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. **Narrativas de Experiências Pedagógicas:** territórios de (re)existências na formação docente. *Rutas de formación: prácticas y experiencias*, 11, 15-24. Disponível em: <http://revistas.sena.edu.co/index.php/rform/article/view/3809/4353>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. **Entre a roça e a cidade:** identidades, discursos e saberes na roça. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2008.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da Masculinidade:** Representação, Identidade e Diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

AGONÍSTICA E GÊNERO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: DOS LIVROS ÀS REDES SOCIAIS

Data de aceite: 20/09/2022

Pablo Ornelas Rosa
UVV/UNIVC/UFES

Aknaton Toczec Souza
UNISECAL/UFPR

Jésio Zamboni
UFES

APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A SUBJETIVAÇÃO DIGITAL E OS ESTUDOS DE GÊNERO

A intensificação do uso da internet pela população planetária, sobretudo após o surgimento da chamada Web 2.0, também conhecida como internet de plataforma, promoveu uma alteração nas formas de interação, comunicação e acesso à informação no século XXI, incidindo em novos modos de subjetivação, inclusive no que se refere a questões que envolvem relações de gênero e sexualidade. Agora qualquer um(a) pode criar, publicar, compartilhar e curtir conteúdos sonoros, textuais, imagéticos e audiovisuais nas plataformas digitais, disputando a atenção com outros e outras, porém mediados por dispositivos sócio-técnicos que incidem diretamente em nossas escolhas através do uso da inteligência artificial e dos algoritmos que são instrumentalizados por

empresas, visando auferir ganhos em decorrência de sua capacidade de engajamento da atenção de seus usuários (Zuboff, 2020; Srnicek, 2018; Dijck; Poell; Waal, 2018; Sadín, 2018).

Diante disso, é imprescindível considerar as mudanças ocorridas na virada do século XXI acerca da alteração nas formas de interação face a face, que passaram a acontecer também por intermédio das plataformas digitais, de modo que empresas como o Google, Facebook, Instagram, Youtube, WhatsApp, dentre outras, passaram a operar a partir da apropriação dos dados de seus usuários que são comercializadas ou mesmo utilizadas na modulação de seus comportamentos em decorrência de sua capacidade preditiva (Zuboff, 2020). Portanto, estamos diante de um novo modo de subjetivação digital que perpassa o uso cada vez mais frequente e intenso da internet sob uma forma plataformizada (Dijck; Poell; Waal, 2018) ou mesmo plataformentalizada (Rosa; Amaral; Nemer, 2021).

A produção de um diagrama sobre o mundo digital hodierno se faz necessário na compreensão dos processos de circulação de informações na internet e sua suscetibilidade em relação a questões que envolvem o campo político e científico, tendo em vista que os estudos de gênero e sexualidade, passaram a sofrer ataques nestes espaços por parte de pessoas e grupos que se reconhecem como conservadores e cristãos. Estes buscam constituir um novo

regime de verdade sustentado na universalização de um modelo de família que, tomando a heterossexualidade compulsória como regra, busca combater veementemente movimentos sociais que defendem os direitos LGBTQIA+. Assim, estes grupos passam a estabelecer relações persecutórias contra aqueles que escapam a certo modelo de família tradicional e de heterossexualidade.

Através desta pesquisa etnográfica realizada com grupos conservadores que atuam nas plataformas digitais foi possível compreender que boa parte dos conteúdos e argumentos que circulam tanto nos grupos de WhatsApp deste segmento político quanto no perfil do Instagram daqueles operadores do direito que se reconhecem bolsonaristas, objetos da investigação proposta, encontram lastros em livros – tratados como *armas híbridas* diante desta suposta *guerra cultural* - que passaram pela curadoria de Olavo de Carvalho, conforme foi constatado em pesquisas precedentes (Rosa, 2019). Isso se torna evidente quando registramos que em investigações passadas vislumbramos em diversos momentos menções ao livro *best-seller*¹ *Feminismo: perversão e subversão* (Campagnolo, 2019), escrito pela deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PSL/SC).

Contudo, também é importante destacar que um dos livros mais citados pela deputada em sua publicação (Campagnolo, 2019) é justamente o manuscrito *Gender, quem és tu?*, escrito pelo sacerdote da arquidiocese de Malines-Bruxelas, na Bélgica, Olivier Bonnewijn (2015), que apresenta uma leitura enviesada sobre as pretensas ondas feministas e suas reivindicações, procurando associar os estudos de gênero e sexualidade ao comunismo, globalismo e Nova Ordem Mundial, através da justificativa de que a ONU e demais organizações internacionais acolheram em suas resoluções tais noções, o que supostamente evidenciaria a existência de uma conspiração. Todavia, um dado que merece ser evidenciado, diz respeito ao fato de que estes dois escritos citados acima foram publicados respectivamente pelas editoras Vide Editorial e Ecclesiae, que fazem parte da rede CEDET² e que não somente contou com a curadoria de Olavo de Carvalho, como parte de seus livros foi publicado por uma destas editoras que compõe esse grupo empresarial.

Além disso, também é importante destacar que esta rede de editoras passou a utilizar como estratégia não apenas para auferir ganhos, mas principalmente para difundir este tipo de conteúdo produzido pela extrema direita brasileira, o fomento a que influenciadores digitais com milhares e até mesmo milhões de seguidores criassem suas próprias livrarias virtuais administradas em parceria com o grupo CEDET³, atijando um verdadeiro mercado de desinformação amparado em textos negacionistas e conspiratórios que passaram pela curadoria de Olavo de Carvalho, fazendo funcionar um verdadeiro ecossistema de desinformação que se capilariza por diferentes plataformas digitais,

1. Isso fica evidente na pesquisa que realizamos no dia 16 de novembro de 2021, em que o livro *Feminismo: perversão e subversão* (Campagnolo, 2019) era o 695 livro mais vendido na Amazon em termos gerais.

2. <https://www.cedet.com.br/editoras-parceiras.php> Acesso no dia 18/11/2021.

3. <https://www.cedet.com.br/livrarias-virtuais.php> Acesso no dia 18/11/2021.

intensificando hostilidades contra sujeitos e grupos dissidentes que não compartilham com suas visões de mundo.

A pesquisa apresentada partiu de uma investigação que contou com duas dimensões analíticas: uma teórica e a outra empírica. Porém, neste texto destacaremos algumas ponderações sobre os aspectos teóricos que são utilizados para conferir certa legitimidade aos argumentos apresentados por sujeitos que se reconhecem como conservadores e cristãos influenciados por Olavo de Carvalho, tomando exemplos empíricos em nossa análise. Isso ocorre porque a investigação proposta se fundamentou em certo esforço em realizar uma espécie de genealogia dos dispositivos de gênero e sexualidade em sua relação com a ética da existência, evidenciando quais são as forças presentes neste campo agonístico que estão em disputa nas plataformas digitais e quais são os principais argumentos utilizados por aqueles que se reconhecem como adeptos deste conservadorismo cristão frente à produção científica nesta área.

Ao lado dos conservadores é possível encontrar certa presunção acerca da existência de uma suposta natureza humana que condicionaria determinados comportamentos inatos atribuídos biologicamente à homens e mulheres e que só puderam ser perpetuados ao longo dos séculos em decorrência da reiteração e permanência de valores conduzidos pelo cristianismo e em especial pela tradição judaico-cristã (Carvalho, 2014; 2016; 2018; Costa, 2015). Do ponto de vista acadêmico, esse argumento se mostra frágil e insatisfatório, não apenas por seu viés etnocêntrico, mas porque entende a cultura em uma dimensão estática, ao contrário do que os mais diversos estudos no campo da antropologia social têm nos mostrado desde início do século XX (McKinnon, 2021).

Portanto, diante das pretensões universalistas e generalizantes encontradas neste tipo de conservadorismo que presume a existência de uma suposta natureza humana essencializada que muitas vezes foi utilizada para legitimar perspectivas etnocêtricas e até mesmo racistas, machistas e LGBTQIA+fóbicas, etc.; temos uma abordagem científica que se fundamenta no reconhecimento da pluralidade de modos de vida, maneiras de ser e existir, que escapam às cosmovisões eurocêntrica responsáveis pela colonização e hostilização daquelas sociedades que não se adequaram ao padrão civilizacional imposto pelos colonizadores (Quijano, 2019).

GÊNERO NO DEBATE PÚBLICO: AGONÍSTICA ENTRE CONSERVADORISMO E CIÊNCIAS HUMANAS

Quando ouvimos contemporaneamente a utilização da categoria gênero no debate público, duas palavras recorrentemente surgem antes mesmo desta noção ser mencionada. Se quem as profere se reconhece como pertencente ao polo da direita no espectro político brasileiro, provavelmente chamará de ideologia de gênero; já se o sujeito em questão se

assume como tributário de movimentos à esquerda ou se atua no campo acadêmico, tratará em termos de estudos ou relações de gênero, concordando, portanto, que essa categoria estaria associada à pesquisas transdisciplinares que admitem o domínio do patriarcado sob os mais variados perfis de mulheres no decorrer da história, o que fica bastante evidente nos escritos publicados por feministas das mais variadas matizes teóricas.

No entanto, apesar das diferentes críticas e disputas internas sobre as relações de força subjetivadas pela tecnologia de gênero (Lauretis, 1987; Preciado, 2018), não há consenso acerca da existência do patriarcado de forma universal ao longo da história, conforme podemos encontrar em escritos advindos dos *estudos queer* (Preciado, 2019), bem como em certos feminismos decoloniais e negros Oyewùmí, 2021). O que podemos afirmar é que o patriarcado tem sido uma força presente em grande parte das sociedades conhecidas, mas não em todas, conforme nos mostrou Oyèrónké Oyewùmí (2021) ao relatar as relações de poder nas sociedades nigerianas lorubá.

Em suas aulas proferidas no *Côllege de France* na segunda metade da década de 1970, Michel Foucault se dedicou ao que chamou de biopolítica, compreendendo-a como uma tecnologia de poder que – articulada com o poder disciplinar e sua anátomo-política do corpo, com o poder soberano e sua governamentalização do Estado, assim como com o poder pastoral e o seu governo das almas – operaria sobre grandes populações a partir do dispositivo da sexualidade, o primeiro a ser localizado neste contexto caracterizado pelo biopoder (Foucault, 2010).

Segundo o autor, foi somente a partir do momento em que os dispositivos de produção da sexualidade passaram a incidir nas sociedades modernas como saberes legítimos que se pôde verificar que o sexo e a vida se tornaram alvos privilegiados da atuação do poder disciplinar individualizado, que não pretendia mais estabelecer regras de comportamentos individuais ou individualizados, mas visava normalizar a própria conduta da espécie humana, assim como buscava reger, manipular, incentivar e observar certos fenômenos em nível macro por meio do controle biopolítico das taxas de natalidade e mortalidade.

Desse modo, foi somente no século XIX que o disciplinamento se coadunou com um gerenciamento planejado da vida das populações, em que o sexo passou não apenas a ser alvo de uma disputa política, mas também o foco de um controle disciplinar sobre o corpo individual, ao mesmo tempo em que passou a se articular com os fenômenos regulatórios. Todavia, foi por meio do entendimento da sexualidade constituída através de uma rede de saberes e poderes que agem sobre o corpo individual e sobre o corpo social - isto é, o sexo enquanto produto do dispositivo da sexualidade -, que a pesquisa proposta foi desenvolvida tanto do ponto de vista teórico quanto epistemológico, porém considerando as particularidades que a interação mediada por plataformas digitais implica.

Para tratar da influência de Michel Foucault (2010) nos estudos sobre gênero,

a partir do que chamou de dispositivo da sexualidade, é importante destacar que foi somente através de seu questionamento acerca da existência de uma natureza humana universal, fundamentada no masculino e feminino como condição inata existente em quaisquer sociedades humanas, que muitos autores e autoras de tradições feministas da segunda metade do século XX, a exemplo de Teresa de Lauretis (1987), Joan Scott (1986), Paul Preciado (2018) e Oyèrónké Oyewùmí (2021), encontraram um ponto de partida fundamental: a ideia de que os seres humanos são produzidos e se produzem distintamente a depender das circunstâncias históricas possíveis e que isso pode muito bem ser constatado nos diversos modos de ser e de existir encontrados nas mais distintas civilizações, sobretudo, se considerarmos a noção de gênero como chave analítica.

Em seu livro intitulado *Tecnologia de gênero*, Teresa de Lauretis (1987) constatou que o sistema sexo-gênero seria tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico. A autora partiu da tese foucaultiana baseada na ideia de que a sexualidade, recorrentemente associada a uma questão natural, particular e íntima, seria de fato produzida na cultura de acordo com os interesses dos grupos políticos dominantes. Segundo ela, as proibições e regulamentações dos comportamentos sexuais ditados por autoridades religiosas, judiciais ou médicas, muito longe de constranger ou reprimir a sexualidade, seriam responsáveis pela sua produção enquanto forma de subjetivação e, conseqüentemente, modos de conduzir condutas.

Não obstante, um aspecto extremamente importante para a pesquisa proposta diz respeito ao conceito de tecnologia sexual encontrado nas análises foucaultianas, entendido como um conjunto de técnicas utilizadas para maximizar a vida, tendo sido criada e desenvolvida pela burguesia no final do século XVIII com o objetivo de assegurar sua sobrevivência e perpetuação da hegemonia de seus valores morais. Assim, para Foucault (2010), a tecnologia sexual envolve a elaboração de discursos voltados para a classificação, mensuração, avaliação etc., sobre quatro objetos privilegiados do conhecimento: a sexualização das crianças, a sexualização do corpo feminino, o controle da procriação e a psiquiatrização do comportamento sexual.

Segundo o autor, os discursos que envolvem as tecnologias sexuais passaram a ser implementados através de saberes como a pedagogia, medicina, demografia e economia, ancorando-se em instituições estatais e consolidando-se em certo modelo de família e condutas sexuais supostamente adequadas. Com o objetivo de questionar a fusão de gênero e mulher, Teresa de Lauretis apresenta a noção de “tecnologias de gênero”. Segundo a autora, os dispositivos de filmagem – modos específicos de gravação, projeção, montagem, significação e decodificação – servem como um paradigma para conceber a produção de gênero e de subjetividade sexual. Equivale a dizer que aquilo que Preciado (2018) chamou de sistema farmacopornográfico funciona como uma máquina de representação somática onde texto, imagem e corporalidade espalham-se no interior de

um circuito cibernético expansivo. Na interpretação semiótica-política de Lauretis, o gênero é efeito de um sistema de significação que inclui modos de produção e decodificação de signos visuais e textuais politicamente regulados. (Preciado, 2018, p. 118)

Contudo, embora Foucault (2010) e Lauretis (1987) tenham desenvolvido suas análises no século XX, ou seja, em um contexto caracterizado pelo domínio dos meios de comunicação corporativos como jornal, rádio, cinema e televisão, se faz importante destacar que os modos de subjetivação que emergem com a sociedade em rede, conforme destacou Manuel Castells (1999), a partir da segunda metade da década de 1990 e se desenvolvem por todo o século XXI com a internet de plataforma, ocorreram de maneira completamente distinta, uma vez que a inteligência artificial e os algoritmos passaram a atuar nestes espaços através de certa disposição sócio-técnica, principalmente em decorrência da colonização de informações promovida pelas plataformas digitais na aurora do século XXI.

DADOS PRELIMINARES DE UMA PESQUISA DE CAMPO COM LIVROS E PLATAFORMAS DIGITAIS

A dimensão empírica proposta nesta investigação se fundamentou em uma pesquisa sobre a atuação de representantes da extrema direita brasileira manifestadas de forma pública, através da análise de conteúdos que são produzidos e divulgados nos perfis de contas do Instagram administradas por profissionais do direito que se reconhecem como conservadores e cristãos associados ao bolsonarismo e à Olavo de Carvalho. Além disso, também foram analisadas preliminarmente as publicações privadas que são difundidas em grupos de WhatsApp bolsonaristas e conservadores que versam sobre as relações de gênero e sexualidade através da coleta diária de dados disponibilizados nestas duas plataformas digitais.

A pesquisa também verificou a incidência do pensamento de Olavo de Carvalho e suas perspectivas sobre gênero e sexualidade a partir de sua influência no mercado editorial brasileiro, tendo em vista que este escritor que se apresenta como filósofo passou a fazer uma espécie de curadoria para algumas editoras e até mesmo rede de editoras, que contribuíram para a emergência da extrema direita brasileira articulada com movimentos semelhantes em outros países (Rosa, 2019; Da Empoli, 2019; Lazzarato, 2019; Chamayou, 2020; Fassin, 2019; Bruzzone, 2021), conforme mostramos em entrevista concedida ao jornal *The Intercept Brasil*⁴ publicada no dia 28 de agosto de 2021, em fala proferida no dia 20 de outubro de 2021 no Colóquio de homenagem aos 70 anos da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS⁵, bem como no Seminário de Estudos Empíricos em Direito por nós organizado,

4. <https://theintercept.com/2021/08/28/cedet-vendas-sites-olavo-de-carvalho-extrema-direita/> Acesso no dia 16/11/2021.

5. https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1051 Acesso no dia 16/11/2021.

que ocorreu no dia 22 de outubro de 2021⁶.

Além disso, é importante destacar que esta proposta de pesquisa se coaduna com outra investigação que temos desenvolvido desde 2018⁷, que consiste no acompanhamento e extração diária de vídeos, memes, textos e conversas de grupos de WhatsApp que se reconhecem como conservadores e bolsonaristas, com o propósito de classificá-los e encaminhá-los para pastas com temas previamente definidos, sendo ao todo trinta e cinco assuntos⁸.

Um dado de extrema relevância que deve ser destacado, consiste em reconhecer que boa parte dos conteúdos e argumentos que circulam tanto nestes grupos de WhatsApp quanto no perfil do Instagram daqueles operadores do direito que também se reconhecem como conservadores e bolsonaristas encontram lastros em livros que passaram pela curadoria de Olavo de Carvalho, abarcando distintos assuntos, dentre eles, a chamada “ideologia de gênero”. Isso se torna evidente quando registramos que em diversos momentos de nossa investigação aparecia tanto nestes grupos de WhatsApp quando nas publicações destes operadores do direito conservadores que atuam no Instagram menções ao livro *best-seller*⁹ *Feminismo: perversão e subversão* (Campagnolo, 2019), escrito pela deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PSL/SC) ou compartilhavam suas palestras e outros vídeos nos quais ela era citada recorrentemente.

Não obstante, também é importante destacar que um dos livros mais citados pela deputada em sua publicação (Campagnolo, 2019) é o manuscrito intitulado *Gender, quem és tu?*, escrito pelo sacerdote belga, Olivier Bonnewijn (2015). Neste texto, o autor apresenta uma leitura insatisfatória do ponto de vista historiográfico e epistemológico sobre as supostas ondas feministas e suas reivindicações, destacando uma eventual relação entre os estudos de gênero e sexualidade, os supostos globalistas e os defensores de uma Nova Ordem Mundial que visaria impor um Estado global. Tudo isso justificado por meio do acolhimento da ONU e demais organizações internacionais acerca da utilização da categoria gênero, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras noções em suas resoluções mais recentes.

6. <https://www.youtube.com/watch?v=kaiKVJLtcMM&t=389s> Acesso no dia 16/11/2021.

7. Parte desta investigação foi publicada no livro *Fascismo tropical: Uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*, que resultou de uma pesquisa de pós-doutorado por mim realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional - PPGPSI da Universidade Federal do Espírito Santo -UFES, sob a supervisão da professora Ana Heckert.

8. Os dados coletados diariamente nos grupos de WhatsApp são direcionados para 35 pastas com os seguintes títulos: 7 de setembro; antifas; armas; ativismo judicial; ativismo neoliberal; Bannon; corrupção; Covid 19 e quarentena; den;unia; direito; ditadura militar; documentos Olavo; drogas; ecologismo; eleições; escola sem partido; eventos; gênero; guerra cultural; herói; indicação de referências; indígenas; inimigos; instituições; Instituto Burke; MBL; mentalidade bolsonarista; modulação comportamental; nacionalismo; Olavo Denis Burguerman; produtos; raça; religião; ucranização; Ustra; verdade; violência.

9. Isso fica evidente na pesquisa que realizamos no dia 16 de novembro de 2021, em que o livro *Feminismo: perversão e subversão* (Campagnolo, 2019) era o 695º livro mais vendido na Amazon em termos gerais, o 20º livro de história mais vendido e o 8º escrito mais vendido sobre movimentos políticos e ciências sociais por essa mesma empresa.

Um problema de caráter epistemológico mencionado por Campagnolo (2019) diz respeito a sua abordagem amparada em certa tradição escolástica que visa legitimar tanto um lugar determinado para as mulheres a partir do reconhecimento da existência de certa natureza humana universal pretensamente fundamentada no cristianismo, quanto a redução da complexidade das lutas das mulheres, nos mais diversos momentos históricos e lugares do planeta, à meras “ondas feministas”.

Essa leitura sobre os feminismos tratados em termos de ondas, expressas de forma tão simplista, evidencia um olhar eurocêntrico e colonialista que parece não acompanhar os debates acadêmicos hodiernos, uma vez que legitima modos de subjetivação que desprezam o reconhecimento de outras variáveis presentes nas lutas sociais à época que escapam as relações de gênero, a exemplo das questões raciais. Portanto, esse tipo de análise apresentada por Campagnolo (2019) acerca das ondas feministas parece reduzir as pluralidades de forças distintas que se encontravam em disputas constantes nos mais diferentes lugares em que o poder patriarcal se fazia presente, a mero discurso esquerdista que visaria vitimizar as mulheres. Assim, o que ela deixa escapar em sua análise é que, mesmo no contexto desta suposta primeira onda sufragista, existia a força latente das mulheres negras que também reivindicavam por seus direitos questionando as mulheres brancas por apenas exigir sua participação nas eleições, esquecendo-se delas.

Isso ocorre porque a forma com a qual Campagnolo (2019) apresenta a suposta primeira onda feminista, considerando exclusivamente o movimento das sufragistas, parece não conseguir alcançar certa sensibilidade para reconhecer que naquele contexto estadunidense no qual as mulheres brancas demandavam pelo direito ao voto, havia mulheres negras escravas que reivindicavam não apenas por este direito, mas também buscavam o fim da escravidão e seus efeitos, a exemplo do episódio relatado por bell Hooks (2021) acerca do discurso proferido por Sojourner Truth na Segunda Conferência Anual do Movimento do Direto de Mulheres na cidade de Akron, Ohio, em 1852:

Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens e levadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares... e não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manda direita da camisa) ... Eu lavrei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravidão e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher? (Hooks, 2021, p. 253)

Todavia, um dado que merece ser evidenciado, tendo em vista a sua relevância na articulação da extrema direita brasileira, diz respeito ao fato de que tanto o livro de Campagnolo (2019) quanto de Bonnewijn (2015) foram publicados respectivamente pelas

editoras Vide Editorial e Ecclesiae, que fazem parte da rede CEDET¹⁰ e que não somente contou com a curadoria de Olavo de Carvalho, como parte de seus livros tem sido publicado por uma destas editoras que compõe esse grupo empresarial¹¹.

Esta rede de editoras utiliza como estratégia não apenas para auferir ganhos, mas principalmente para difundir este tipo de conteúdo que passou a ser apropriado pela extrema direita brasileira no intuito de conferir certa legitimidade argumentativa em seus discursos, o fomento a que influenciadores digitais com milhares e até mesmo milhões de seguidores nas plataformas digitais criem suas próprias livrarias virtuais administradas em parceria com o grupo CEDET¹², atijando um verdadeiro mercado de desinformação amparado em textos revisionistas, negacionistas e conspiratórios que passaram pela curadoria de Olavo de Carvalho, fazendo funcionar um ecossistema que se capilariza por diferentes plataformas digitais, intensificando hostilidades contra aqueles que escapam ao padrão comportamental estabelecido a partir de certo entendimento acerca dos valores da cultura judaico-cristã.

Essa hostilização e até mesmo perseguição dos dissidentes políticos, associando-os ao mal, evidencia a instrumentalização política do medo como forma de conduzir condutas. Um conceito sociológico que define muito bem este tipo de comportamento encontrado nos discursos proferidos por representantes da extrema direita brasileira tanto no WhatsApp quanto no Instagram é o chamado por Stanley Cohen (2011) de pânico moral que, segundo o autor, seria o processo social pelo qual desperta um tipo de medo coletivo contra certos grupos aos quais se atribui práticas, condutas e comportamentos supostamente inadequados e que ameaçariam a ordem instituída.

Para Cohen (2011), o pânico moral seria uma ferramenta política operada pelo sensacionalismo através da manipulação do medo coletivo com o propósito de se estabelecer um alvo, definindo, portanto, quem são os inimigos sociais a quem se deve perseguir e atacar, justamente porque a vida destes ou as condutas que a envolvem estariam fortemente contaminadas por práticas que deveriam ser eliminadas - a exemplo do que encontramos nos grupos de WhatsApp e Instagram de representantes da extrema direita, sobretudo, no que se refere aos discursos sobre os comunistas, globalistas, esquerdistas, abortistas, maconheiristas, assim como os gayzistas e feministas, etc. Assim, segundo Cohen (2011), o pânico moral produz uma histeria coletiva de modo que acaba utilizando inimigos inexistentes com o objetivo de produzir uma guerra imaginária sob determinados grupos.

Não obstante, outra categoria que pode muito bem ser mencionada para tratar desta hostilização e até mesmo perseguição dos dissidentes políticos diz respeito ao que Foucault

10. <https://www.cedet.com.br/editoras-parceiras.php> Acesso no dia 18/11/2021.

11. <https://www.cedet.com.br/> Acesso no dia 18/11/2021.

12. <https://www.cedet.com.br/livrarias-virtuais.php> Acesso no dia 18/11/2021.

(2005) tratou como racismo de Estado que, segundo ele, implicaria em certa associação a chamada Teoria da degenerescência, uma vez que é a partir dela que será possível constatar a emergência da normalidade em oposição à anormalidade e suas consequentes ameaças biológicas que implicam na suposta inferioridade de certos perfis populacionais, a exemplo de negros e gays.

Contudo, dentre o perfil de livros publicados por essa rede de editoras que fomenta este pânico moral, é possível citar: *A mente esquerdista: As causas psicológicas da loucura política*, escrito pelo psiquiatra Lyle Rossiter (2016, p. 16) que argumenta que o paradigma socialista dominante, o estatismo do bem-estar e o relativismo moral da agenda esquerdista contemporânea seriam sintomas de uma patologia acerca dos instintos sociais normais; *A mente criminosa*, escrito pelo psicólogo neolombrosiano Stanton Samenow (2020, p. 125), que afirma de forma generalizante e descontextualizada que “o criminoso é assim desde a infância e, quando adulto, acredita que tem direito a tudo que deseja. Para ele, o mundo é um tabuleiro de xadrez com outras pessoas servindo-o como seus peões”; o livro *Introdução à Nova Ordem Mundial*, escrito por Alexandre Costa (2015, p. 92), que diz que “os seguidores de Jesus Cristo enraizaram na sociedade seus princípios e sua moral, que moldaram não apenas a sociedade, mas também a alma das pessoas. Filosofia grega, direito romano, moral cristã. Estes são os alvos dos tiranos”; dentre vários outros exemplos de manuscritos que tratam de temas como conservadorismo, cristianismo, comunismo, marxismo cultural, Escola de Frankfurt, ambientalismo, feminismo, gayzismo, abortismo, globalismo, guerra cultural, Nova Ordem Mundial etc.

Diante dos dados apresentados é possível constatar não apenas a presença do discurso de ódio por parte desta literatura mobilizada pela extrema direita para conferir certa legitimidade aos seus preceitos, como também pode ser verificável certa *ação que o discurso performatiza*, conforme constatou Butler (2021, p. 124). Segundo a autora, “*Quem enuncia o discurso de ódio exerce um performativo por meio do qual a subordinação é efetuada, por mais ‘mascarado’ que esse performativo possa ser. Enquanto performativo, o discurso de ódio também priva aquele a quem é dirigido precisamente desse poder performativo que alguns veem como uma condição linguística de cidadania*” (Butler, 2021, p. 139).

Nesse sentido, Butler (2021, p. 140) ainda afirma que “*Representar discurso de ódio como exercício de poder soberano performatiza implicitamente uma catacrese por meio da qual aquele que é acusado de violar a lei (aquele que enuncia discursos de ódio) é, apesar de tudo, investido do poder soberano da lei*”. Talvez por isso, que os Projetos de Lei 5358/2016 e 4425/2020 que visam criminalizar a apologia ao comunismo, ambos propostos pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL/SP) - que não apenas é filho do presidente Jair Bolsonaro como também é aluno de Olavo de Carvalho - vise. Ou seja, construir um discurso de ódio acerca dos dissidentes políticos e convertê-lo em lei voltada

não apenas para estigmatizar essas supostas ameaças e hostilizá-los publicamente, mas principalmente criminalizá-los, o que possibilitaria concomitantemente sua eliminação física e simbólica.

GÊNERO EM PERSPECTIVA AGONÍSTICA

Do ponto de vista teórico, a pesquisa propôs um exercício agonístico, buscando realizar uma espécie de genealogia dos dispositivos gênero e sexualidade em sua relação com a ética da existência, evidenciando quais são as forças que estão em disputa no sentido de afirmá-los ou mesmo de negá-los e de que forma elas são mobilizadas nas plataformas digitais por quem se reconhece como tributário do conservadorismo cristão. É certo que as bases teóricas e epistemológicas que visam conferir certa legitimidade a estes dois discursos antagônicos – estudos de gênero e abordagem conservadora - se encontram amparadas em perspectivas completamente distintas.

Ao lado daqueles que se reconhecem como conservadores cristãos há certa presunção acerca da existência de uma suposta natureza humana que condicionaria certos comportamentos inatos atribuídos biologicamente à homens e mulheres e que só puderam ser perpetuados ao longo dos séculos em decorrência da reiteração e permanência de valores conduzidos pelo cristianismo e, em especial, pela tradição judaico-cristã (Carvalho, 2014; 2016; 2018; Costa, 2015), como se a cultura que constitui este discurso operasse exclusivamente a partir de uma dimensão estática, diferentemente do que os diversos estudos no campo da antropologia social têm nos mostrado desde os primórdios do século XX (McKinnon, 2021).

Ao contrário desta força que se reconhece como conservadora e cristã encontrada nos discursos extremistas proferidos Olavo de Carvalho (2014; 2016; 2018) e seus seguidores, a exemplo de Ana Paula Campagmoló (20019) e Alexandre Costa (2015), inclusive presente nas falas manifestadas publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro¹³, temos um diagnóstico um tanto quando diferente e que foi construído pelo campo acadêmico através de décadas de diálogos incessantes entre pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento que, diante das pretensões universalistas e generalizantes acerca da existência de uma suposta natureza humana essencializada que muitas vezes condicionava a perspectivas etnocêntricas e até mesmo racistas, machistas e LGBTQIA+fóbicas, passaram a questioná-la justamente por reconhecer a pluralidade de modos de vida, maneiras de ser e existir, que escapam à cosmovisão eurocêntrica, que historicamente colonizou e hostilizou aquelas sociedades que não se adequavam ao padrão civilizacional imposto pelos colonizadores aos povos colonizados (Quijano, 2019).

Apesar das diferentes críticas e disputas internas sobre as relações de força

13. https://www.youtube.com/watch?v=deSUhcOC_CE Acesso no dia 18/11/2021.

condicionadas pela tecnologia de gênero (Preciado, 2018), não há nenhum consenso acerca da existência do patriarcado, conforme podemos encontrar em escritos advindos dos estudos *queer* ou mesmo dos chamados movimentos pós feministas (Preciado, 2019, p. 428), bem como em certo feminismo negro (Hooks, 2014). Isso ocorre justamente porque, segundo Preciado (2019, p.423), *“o conceito de gênero é, antes de tudo, uma noção sexopolítica, mesmo antes de se tornar uma ferramenta teórica do feminismo americano”*. Desse modo, para o autor, a sexopolítica seria uma das formas da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo que faz com que o sexo, ou seja, os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais, os códigos de masculinidade e feminilidade, assim como as identidades sexuais supostamente normais e desviantes ingressem neste cálculo de poder, fazendo com que os discursos sobre sexo e as tecnologias de normalização das identidades sexuais passem a operar como agentes de controle e regulação da vida e do desejo (Preciado, 2019, p. 421).

Nesse sentido, os movimentos feministas reconhecem que houve certo condicionamento ou mesmo imposição para que o lugar das mulheres nas estruturas sociais ao longo da história das diferentes sociedades, inclusive na modernidade, fosse estabelecido a partir de certa subserviência aos homens, sob justificativas orientadas por perspectivas religiosas e, portanto, cristãs, cuja crítica pode ser localizada nos escritos de Jorge Scala (2015) e Olivier Bonnewijn (2015), ou mesmo em bases pretensamente científicas, como é o caso da psicologia evolucionista, a partir de exemplos encontrados nos textos de Jordan Peterson (2018) e Steven Pinker (2004). Contudo, para Preciado (2018, p. 127), o estabelecimento do lugar das mulheres e dos homens nas sociedades contemporâneas só foi possível em decorrência do que chamou de “programação de gênero”. Segundo ele,

Podemos chamar de “programação de gênero” um modelo neoliberal psicopolítico da subjetividade que potencializa a produção de sujeitos que pensam em si mesmo e agem como corpos individuais, que se autocompreendem como espaços e propriedades biológicas privadas com uma identidade de gênero e uma sexualidade fixas. A programação predominante de gênero opera com a seguinte premissa: um indivíduo = um corpo saudável = um sexo = um gênero = uma sexualidade = uma propriedade privada. Mas construir gênero, como argumentou Butler, sempre equivale a correr o risco de desmantelá-lo. Produzir gênero implica um conjunto de estratégias de naturalização/desnaturalização e identificação/desidentificação. O dispositivo *drag king* e a autoexperimentação hormonal são apenas duas destas estratégias de descarrilamento. No regime farmacopornográfico, o gênero se contrói nessas redes de materialização biopolítica; ele se reproduz e se consolida socialmente ao transformar-se em espetáculo, em imagem em movimento, em dados digitais, em moléculas farmacológicas, em cibercódigos. (Preciado, 2018, p. 127-128).

Assim, o campo moral orientado por certo viés religioso de cunho cristão parece se

coadunar com uma pretensa psicologia evolucionista no que se refere aos condicionamentos universalistas e generalizantes acerca dos distintos comportamentos inatos atribuídos a homens e mulheres, sendo a força mais veemente no que se refere ao lugar essencializado dos sujeitos na sociedade, segundo os defensores do conservadorismo cristão. Para eles, o debate acadêmico padeceria de uma autocrítica justamente por ter sido afetada - ou contaminada, se preferir - por um viés ideológico que estabelece intencionalmente uma perspectiva conflituosa para tratar das relações sociais, colocando negros contra brancos, mulheres contra homens, gays contra heterossexuais, etc., conforme destacou Olavo de Carvalho (2014) ao tratar do marxismo cultural, associando-o às universidades, meios de comunicação corporativos e organizações internacionais tratadas em termos de globalismo e Nova Ordem Mundial.

Em seu livro intitulado *Ideologia de gênero*, Jorge Scala (2015) apresenta o que entende como sendo os principais postulados dessa suposta ideologia. Segundo o autor, a ideologia de gênero seria uma ideologia feminista que visaria impor uma reengenharia social planetária, amparando-se no que chamou de pseudoantropologia feminista. Nesse sentido, ele argumenta que a negação da natureza humana acabou gerando não apenas uma desessencialização da ideia de mulher e homem, como deixou de reconhecer a suposta natureza de ambos: *“Depreciando a natureza humana, destrói-se a antropologia que, com suas nuances, luzes e sombras, era comumente aceita no Ocidente desde a antiguidade greco-romana e, mais intensamente, com o cristianismo”* (Scala, 2015, p. 53).

Outro postulado trazido por Scala (2015, p. 53) refere-se a ideia de que *“uma vez negada a natureza humana, as feministas de gênero conseguiram realizar a afirmação inicial: nós, homens e mulheres, podemos e devemos ser absolutamente idênticos”*. Contudo, para ele, o postulado ideológico inicial apresentado por estas feministas se fundamentaria na ideia de que *“o gênero seria o sexo construído socialmente”* (Scala, 2015, p. 57). Assim, ao considerar que as chamadas por ele de feministas de gênero partem de uma dupla negação de preceitos constituídos pela civilização Ocidental - a ideia de que não haveria uma natureza humana, tampouco existiria condicionamentos biológicos relativos à sexualidade (Scala, 2015, p. 59) –, o autor afirma que o objetivo final que elas buscam se fundamentaria na completa eliminação das diferenças sexuais entre os seres humanos como pressuposto para um mundo novo (Scala, 2015, p. 61) a partir da luta contra o patriarcado (Scala, 2015, p. 63).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito do debate decorrente da constatação destas diferentes perspectivas acerca do entendimento sobre gênero e sexualidade encontradas tanto nos discursos proferidos pela extrema direita que se reconhece como conservadora cristã quanto pelos pesquisadores que atuam nas mais distintas universidades do planeta, mesmo sob

hostilizações e ataques veementes, a exemplo do caso de violência contra Judith Butler no Brasil ¹⁴ em 2017, temos ainda pontos de partida que evidenciam certa divergência acerca do entendimento sobre o nascimento destas categorias em análise.

Assim, enquanto a extrema direita associa a criação da categoria gênero ao psicólogo estadunidense John Money e o seu fracasso em relação a experiência dos gêmeos Bruce e Brian Reimer (Bonnewijn, 2015; Scala, 2015; Campagnolo, 2019), objetivando desqualificar a possibilidade de redesignação sexual a partir exclusivamente deste acontecimento malogrado; a maior parte das feministas situam a elaboração desta categoria de forma mais sistematizada, não apenas a ele, mas também a partir do livro de Robert Stoller (1968) intitulado *Sexo e gênero*, porém alegando que logo na primeira metade do século XX, a antropóloga Margaret Mead (1949) já havia afirmado que cada sociedade humana estabelece formas de diferenciação sexual como argumento atribuído na constituição dos papéis sociais, conforme destacou Joana Maria Pedro (2005).

Não obstante, serão as pesquisadoras e pesquisadores dos estudos *queer*, a exemplo de Paul Preciado (2018, p. 113), que irão muito além deste debate inócuo acerca do nascimento da categoria gênero a partir das perspectivas de John Money e Robert Stoller, chamando a atenção para as consequências da crise epistêmica no discurso médico do pós-guerra acerca do aparecimento e desenvolvimento da tecnologia gênero.

Contudo, Preciado (2018) ainda argumenta que foram autoras como Suzanne Kessler e Wendy McKenna que, ao afirmarem que os corpos humanos à época eram “diagnosticados” como masculinos e femininos sendo “potenciais portadores de espermatozoides e óvulos”, passaram a reconhecer um novo agenciamento político sobre seu poder reprodutivo. Nesse sentido, ambas as autoras destacam que as “técnicas desenvolvidas nos anos 1950 para a leitura de diferenças genéticas e cromossômicas e para a mediação dos níveis endocrinológicos introduziram variáveis que não podiam ser reduzidas ao quadro epistemológico do dimorfismo sexual (Preciado, 2018, p. 114). Nesse sentido, os discursos médicos biológico e políticos foram confrontados, resultando na não inclusão do imperativo disciplinar da reprodução heterossexual.

Com este texto, esperamos ter contribuído com os debates acerca das relações de gênero e sexualidade em sua intersecção com os estudos que envolvem as subjetivações digitais e a extrema direita brasileira. A nossa proposta foi apresentar algumas reflexões sobre a pesquisa de campo com grupos de WhatsApp bolsonaristas bem como com

14. Um dado que merece nota, trata-se do fato de que Bernardo Pires Küster, autor do prefácio do livro *Feminismo: Perversão e subversão* escrito por Ana Paula Campagnolo (2019) e publicado pela Vide Editorial pertencente a rede de editoras CEDET, foi um dos incentivadores ao ataque à Judith Butler que aconteceu no aeroporto de Congonhas (<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/filosofa-judith-butler-e-alvo-de-ofensas-em-aeroporto-de-sp-e-mulher-e-agredida-ao-defende-la.ghtml>). Em vídeo publicado no Youtube dedicado a atacar Butler, ele afirma que “se nós não combatemos verdadeiramente as pessoas que propagam as ideias, as ideias continuarão aí. Não adianta combater apenas as ideias. Nós temos que combater agentes históricos reais que as promove”. (https://www.youtube.com/watch?v=7l-348rF17_o&t=235s) Acesso no dia 18/11/2021.

influenciadores digitais da área jurídica que se reconhecem como conservadores e que atuam veementemente nas plataformas digitais. Além disso, também realizamos uma breve análise sobre os argumentos utilizados por Ana Campagnolo (2019) que é tida por estes grupos conservadores como uma das maiores referências sobre feminismo no país, contrapondo os seus argumentos com os estudos feministas mais contemporâneos, sobretudo de tradição pós-estruturalista, decolonial e queer.

REFERÊNCIAS

BONNEWIJN, Olivier. *Gender, quem és tu?* Campinas: Ecclesiae, 2015.

BRUZZONE, Andrés. *Ciberpopulismo*. São Paulo: Contexto, 2021.

BUTLER, Judith. *Discurso de ódio*. São Paulo: UNESP, 2021.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Feminismo*. Campinas: Vide Editorial, 2019. CARVALHO, Olavo de. *A nova era e a revolução cultural*. Campinas: Vide Editorial, 2014.

CARVALHO, Olavo de. *O dever de insultar*. Campinas: Vide Editorial, 2016. CARVALHO, Olavo de. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAMAYOU, Grégoire. *A sociedade ingovernável*. São Paulo: Ubu, 2020.

COSTA, Alexandre. *Introdução à Nova Ordem Mundial*. Campinas: Vide Editorial, 2015.

DA EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Vol. 1. São Paulo: 34, 2011.

DIJCK, José V.; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

FASSIN, Eric. *Populismo e ressentimento em tempos neoliberais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2019.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: A vontade de saber*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Participação e democracia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2019.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje: Sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2020.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of gender*. Indiana: Indiana University Press, 1987.

LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução?* São Paulo: N-1, 2019.

MARCHESI, Valéria B. S.; ROSA, Pablo O.; RESENDE, Paulo E. R. Conjugalidade e racionalidade neoliberal na Igreja Universal: A conversão do homo oeconomicus em família empresa e a submissão da mulher. In *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, Vol. 41, n. 1, p. 101-124, 2021. <https://www.scielo.br/j/rs/a/qSygHgVdcY3gh74BDgvjHGw/>

MCKINNON, Susan. *Genética neoliberal*. São Paulo: Ubu, 2021.

MEAD, Margaret. *Male and female: A study of the sexes in a changing world*. New York: Ed. Morrow, 1949.

MISKOLCI, Richard. *Batalhas morais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2021.

OYEWÚMÌ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: O uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In *Debates Historiográficos*. Vol. 24, n. 01, p. 77-98, 2005.

<https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?format=pdf&lang=pt>
PETERSON, Jordan. *Mapas do significado*. São Paulo: É Realizações, 2018.

PINKER, Steven. *Tábula rasa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PRECIADO, Paul B. *Texto Junkie*. São Paulo: N-1, 2018.

QUIJANO, Aníbal. *Ensayos em torno de la colonialidad del poder*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2019.

ROSA, Pablo O. *Fascismo Tropical*. Vitória: Ed. Milfontes, 2019. <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/497>

ROSA, Pablo O.; AMARAL, Augusto J. do; NEMER, David. Plataformentalização e a virada digital. In *GT 40: Teoria Social: diagnósticos e prognósticos do tempo presente*. 45 Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2021.

https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNjoiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUio3M6MzoiMjU5ljt9ljtzOjE6ImgiO3M6MzI6IjBiZjViNGQ2MzYwODA2NjA2MDhkNDhhOTQwODZmODIzljt9&ID_ATIVIDADE=259

ROSA, Pablo O.; ÂNGELO, Vitor A.; BRAGA, Tatiane. Novíssimas direitas e a política na era da pós-verdade: Uma análise da guerra cultural. In *Simbiótica*, V. 08, n. 02, p. 187- 216, mai-ago, 2021. <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/36384>

ROSSITER, Lyle. *A mente esquerdista*. Campinas: Vide Editorial, 2016.

SADÍN, Eric. *La Humanidad Aumentada: La administración digital del mundo*. Buenos Aires: Ed. Caja Negra, 2018.

SAMENOW, Stanton. *A mente criminosa*. Campinas: Vide Editorial, 2020.

SCALA, Jorge. *Ideologia de Gênero*. São Paulo: Ed. Katechesis, 2015.

SCOTT, Joan W. Gender: A useful category of history analysis. In *The American Historical Review*, Vol. 91, n.05, p. 1053-1075, dec. 1986.

SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Mateus Mazzilli. Moviments e contramovimentos sociais: O caráter relacional da conflitualidade social. In *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol. 08, n. 20, p. 26-49, set-dez, 2020.

<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.647> SRNICEK, Nick. *Capitalismo de plataforma*. Buenos Aires: Ed. Caja Negra, 2018.

STOLLER, Robert J. *Sex and gender*. New York: Ed. Science House, 1968.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: Luta por futuro humano na nova fronteira de poder*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2020.

CORPOS QUE IMPORTAM: O PROCESSO DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL NA VIDA DE UMA MULHER *TRANS*

Data de aceite: 20/09/2022

Marcelo Chaves Soares

Bianca Santos da Silva

Edmar Reis Thiengo

Texto apresentado inicialmente no VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas

RESUMO: O presente artigo pretende refletir os impactos do processo de redesignação sexual na vida de uma mulher *trans*¹. Nesse sentido, pretende-se descrever a construção do conceito de gênero enquanto categoria de análise; avaliar os dados relativos ao número de cirurgias de redesignação sexual realizadas no estado do Espírito Santo; discutir as narrativas da mulher em questão, da sua tomada de decisão até o pós-cirúrgico. A pesquisa ampara-se no pensamento de Judith Butler sobre construção da subjetividade, a atuação da lei simbólica sobre o sexo e o gênero e a materialização da performatividade de gênero e de sexo, demonstrando o poder dos discursos na constituição do corpo do sujeito como um ser social. A mulher *trans* em questão,

constitui-se como autora do trabalho, relatando sua experiência e vivência a partir do novo corpo que se constituiu antes e depois da cirurgia, sendo esta, portanto, uma pesquisa narrativa, de natureza qualitativa. Assim considerando, a mulher *trans* se coloca como pessoa em constante *transformação*, assim como seu corpo.

PALAVRAS-CHAVE: Redesignação sexual; gênero; materialização.

INTRODUÇÃO

Os estudos dos gêneros e das sexualidades visam lançar nova luz sob as nuances da sexualidade humana, bem como a suas representações das identidades de gêneros, que são plurais e configuram-se como construtos sociais. No entanto, historicamente falando, nem sempre foi assim, visto que, durante muito tempo, esses estudos ficaram a cargo das ciências médicas, que construíram discursos acerca da sexualidade e do gênero (FOUCAULT, 2019), criando-se binarismos como macho/fêmea, homem/mulher, onde esses não poderiam ser pensados sob outra perspectiva; assim, os sujeitos que não se adequassem a esse discurso, eram considerados anormais, segregados, excluídos e tidos como abjetos (BUTLER, 2019a). Neste trabalho, estudamos os impactos do processo de redesignação sexual na vida de uma mulher *trans*, perfazendo

1. O termo *trans* aparecerá no texto em destaque e o mesmo é proposital. Da mesma forma, o prefixo *trans*. Objetivamos destacar a potência da *transformação* nos sujeitos de uma forma geral

todo o trajeto vivenciado por ela, que também se constitui como sujeito da pesquisa. Sendo assim, descrevemos a construção do conceito de gênero enquanto categoria de análise dentro das Humanidades; avaliamos os dados relativos às cirurgias de redesignação sexual no estado do Espírito Santo, além de discutir as narrativas da mulher *trans*, desde a sua tomada de decisão até o pós-cirúrgico.

Para tanto, utilizamos a teoria de Judith Butler (2019a) sobre o processo de sujeição dos indivíduos, até tornarem-se sujeitos; a atuação da lei simbólica sobre o sexo e o gênero e a materialização da performatividade de gênero e de sexo, esclarecendo como os discursos amparados pelo poder contribuem para a constituição dos corpos de indivíduos sociais.

A metodologia dá ao trabalho identidade qualitativa, sendo assim, de primeiro momento é realizado uma revisão bibliográfica sobre o tema a fim de compreender o surgimento da categoria gênero no campo de análise científica das Ciências Humanas, em seguida é feito um levantamento dos dados de cirurgias de redesignação sexual no estado do Espírito Santo e, por fim, a análise da narrativa da mulher *trans*.

Todo o trabalho enaltece a narrativa da mulher *trans* em questão, deixando evidente que ela é um indivíduo em constante *transformação*, bem como o seu corpo. Nessa direção, fica clara a atuação da lei simbólica na materialização da performatividade de gênero da mulher em questão.

GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE E A VISÃO DE JUDITH BUTLER

O gênero como uma categoria de análise social tem sua concepção nos estudos feministas, que buscaram desassociar sexo e gênero. Atribuindo ao gênero uma construção social e ao sexo um caráter biológico. Em meio a essa emergência enquanto categoria de análise social, diversas estudiosas e estudiosos buscaram empreender pesquisas que dessem conta do conceito de gênero assim como se dá a sua construção, ou seja, os elementos e condicionantes que circundam esse dispositivo.

O conceito de gênero emergiu na chamada segunda onda do feminismo e ganha um lugar de destaque no movimento, uma vez que o conceito carrega forte apelo político. E em meio a efervescência dos acontecimentos que circundavam o nascimento do conceito e o “[...] debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero (LOURO, 2018, p. 19).” Seguindo tal rota, a palavra “gênero” ganhou destaque no campo acadêmico e começou a fazer história, pois, de acordo com Scott, “[...] as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (SCOTT, 1995, p. 71).

É notório que os estudos feministas distinguiram gênero e sexo, trazendo a discussão para dentro do campo da linguagem também e, sendo assim,

Como construção social do sexo, gênero foi (e continua sendo) usado, então por algumas estudiosas, como um conceito que se opunha a – ou complementava – noção de sexo e pretendia referir-se a comportamentos, atitudes ou traços de personalidade que a cultura inscrevia sobre o corpo sexuado (MEYER, 2019, p. 17).

Judith Butler (2019a; 2019b; 2019c), filósofa estadunidense, é reconhecida como uma das principais autoras da teoria *queer*, teoria essa que discute a construção social do gênero e das sexualidades. Ela trabalha ainda com a ideia de sujeição, explicando como o sujeito passa pelo processo de sujeição. Assim, Butler (2019c) descreve que o sujeito se constitui pela exclusão e pela abjeção e, segundo a filósofa,

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2019c, p. 197).

Entendemos, portanto, que abjeto, concepção da autora, se trata do que não se encaixa no padrão heterossexual. Além disso, Butler (2019c) descreve que, da constituição do sujeito, espera-se uma identificação com as normas do sexo, essa identificação vai passar pelo repúdio, esse repúdio produz um domínio daquilo que se considera abjeto, onde o sujeito vai emergir (BUTLER, 2019c). Desta forma, o sujeito só se torna sujeito quando assume um sexo permeado pelos discursos da matriz heterossexual. Denotando, que qualquer indivíduo que não assuma essa matriz excludente, não é considerado sujeito e, por fim, é posicionado no campo do abjeto.

As questões de formação do sujeito e materialização dos corpos estão imbricadas, nessa lógica, Butler (2019a) vai abordar a materialização dos corpos a partir da atuação da lei simbólica, bem como a atuação na materialização da performatividade do gênero e de sexo. Consequentemente, a autora, afirma que a construção do gênero passa pela performatividade, que é a prática reiterada de ações, discursos e normas (BUTLER, 2019b). Para tanto, a performatividade do gênero exerce influência sobre o sexo e, desta forma, “[...] como efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritualizada, o sexo adquire seu efeito naturalizado” (BUTLER, 2019a, p. 29).

Butler (2018) elucida que a performatividade está ligada ao campo da linguagem e, dessa maneira, através de enunciados ela traz um fenômeno ou algo à existência. Sendo assim, a linguagem age como uma forma de poder. Esses enunciados permitem que se construam uma performatividade acerca do gênero, identificando-o como legítimo.

Ainda assim, sabendo que há uma abjeção de determinados corpos, de acordo com Butler (2018) “[...] o gênero é induzido por normas obrigatórias que exigem que nos tornemos

um gênero ou outro (geralmente dentro de um enquadramento estritamente binário)” (BUTLER, 2018, p. 39).” Portanto, percebe-se que a construção de uma performatividade de gênero passa por uma aprovação daquele tipo de gênero que é passável ou aceito pelo grupo social. Ainda nessa toada, a autora vai conceber o que chama de “ética da coabitação”, onde são aceitos apenas corpos ou gêneros que se enquadram nos padrões performativos que a sociedade criou através dos enunciados (BUTLER, 2018).

A autora afirma, ainda, que a produção da categoria gênero está perpassada por outras categorias, “[...] porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2019b, p. 21). Sugestionados por essas afirmações, apreendemos do pensamento de Butler (2019c) a noção de materialização dos corpos que, para a autora, se contrapõe à noção de construção. Diz a autora, que esse “[...] processo de materialização [...] se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de fronteira, de fixidez e de superfície – daquilo que nós chamamos matéria” (BUTLER, 2019c, p. 208). Butler (2019a) vai esclarecer, também, que a materialidade do sexo é determinada no discurso, onde poderia produzir “sexos” excluídos e deslegitimados. Esse discurso atua sob influência de uma lei simbólica, que Butler (2019a) chama de “lei do sexo”. Tal lei tem um caráter heterossexual e heteronormativo, onde vai atuar na materialização dos corpos, sendo assim, os corpos daqueles que são sujeitos devem obedecer a essa lei simbólica para ganhar *status* de importância e passabilidade na sociedade (BUTLER, 2019a).

CIRURGIAS DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O corpo não é mais uma peça estática e imutável como se pensou durante muito tempo. O ser humano encontrou formas de muda-lo, adapta-lo a uma nova realidade ou, de acordo com a sua vontade; a biologia deixou de ser um determinante. Embora tenha reflexos negativos, a cirurgia de redesignação sexual provoca impactos muito positivos na vida de mulheres *trans*. Uma vez que a mudança na morfologia do corpo é algo que significa uma forma de adequação do pensamento ao físico. Assim, o número de cirurgias de redesignação no Brasil tem crescido bastante nos últimos anos.

O Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde definem alguns critérios para a realização desse procedimento, como o acompanhamento por uma equipe composta por psiquiatra, médico cirurgião, psicólogo, endocrinologista e assistente social. Além disso, na Resolução CFM nº 1.955/2010 define:

Art. 3º Que a definição de *transsexualismo* obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

- 1) Desconforto com o sexo anatômico natural;

- 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- 4) Ausência de outros *transtornos* mentais (Grifos nossos).

Recentemente, no estado do Espírito Santo, mais precisamente em 2013, foi desenvolvida pela Universidade Federal do Espírito Santo, no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM) – hospital referência no estado para esse tipo de procedimento –, uma técnica inovadora nesse processo, que também é chamado de cirurgia de mudança de sexo. Essa técnica recebeu o nome de Cirurgia de *Transgenitalização* do Masculino para o Feminino com Preservação dos Corpos Cavernosos, pela equipe do professor de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo, Jhonson Joaquim Gouvêa.

Segundo Gouvêa, que também é coordenador do Programa de *Transgenitalização* no Espírito Santo, “os pacientes passam por avaliação endocrinológica, ginecológica, psiquiátrica e social por, no mínimo, dois anos, até serem liberados para o procedimento cirúrgico. Como é um processo irreversível, ele deve ser muito bem acompanhado e avaliado” (MARCHIORI, 2013).

De acordo com Prest (2018), a primeira cirurgia de redesignação sexual realizada no Espírito Santo foi em 1998, pelo cirurgião Ariosto Santos e de lá para cá, até o ano de 2018, foram realizadas cerca de 60 cirurgias de redesignação sexual no estado, desse total, mais de 70% foram realizadas pelo Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM), tendo em vista que no estado do Espírito Santo esse tipo de procedimento é realizado apenas pelo Vitória Apart Hospital, na Serra, e pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no HUCAM.

Em 2019, no último Contrato de Convênio do HUCAM com o Governo do Espírito Santo, estimava-se que seriam realizadas, pelo menos, uma cirurgia desse tipo por mês. Para esse tipo de cirurgia, era investido o valor de R\$ 14.229,30.

Dessa maneira, é possível perceber que o Sistema Único de Saúde exerce um papel fundamental para o desenvolvimento das cirurgias de redesignação sexual, fazendo com que o Estado cumpra seu papel em garantir o bem-estar da população. E, como garantir o bem-estar da população se lhes são negados direitos mínimos como o de adaptar o seu corpo à mente?

“O DOCE AMARGO DE SER”

Análises de narrativas como uma estratégia metodológica assume um lugar importante para o desenvolvimento de pesquisas científicas. Assim, Larrosa (2004), atesta que a experiência está imbricada à narrativa e, ao narrar sua história, cada indivíduo expõe

sua experiência. Portanto, entendemos a análise de narrativa como um campo fértil à produção teórica. Com base nisso, Bianca narrou sua história de forma escrita e, dessa maneira, foi feito o estudo.

A frase que intitula esse capítulo diz respeito ao pensamento de Bianca Santos da Silva, mulher *trans*, autora e partícipe da pesquisa, de 34 anos, que ao definir o seu processo de *transição*, descreve:

Chamo o início da minha transição sexual de doce amargo: doce, pois estava iniciando um sonho de adequar meu corpo a minha mente, amargo, pois era hostilizada, agredida verbalmente e fisicamente.²

Diante dessa fala, podemos notar a satisfação da mulher *trans* em adequar seu corpo à mente, mas, notamos como ela se tornou um gênero abjeto (BUTLER, 2019a) diante à sociedade que não concebe uma produção de gênero dissociada do padrão binário e biológico.

Segundo dados da Pesquisa sobre Mulheres *Transexuais*, Homens *Transexuais* e Travestis do Instituto Jones dos Santos Neves, mais de 46,3% das mulheres *trans* da Grande Vitória já realizaram um implante de mamas, e 33,7% pretendem fazer a cirurgia. Uma vez que adequar o corpo ao feminino passa pelo implante da mama. Essa preocupação também esteve presente na vida de Bianca, que relata:

Meu maior pesadelo foi na adolescência. Os seios, sinônimo feminino, era uma tortura ver que meu corpo não mudava, me tornei uma usuária de roupas pretas que refletia como me sentia.

Ainda pensando sobre *transformações* no corpo, deve-se esclarecer que o corpo é marcado por poder, discursos e historicidade (BUTLER, 2019b). Ademais, a necessidade de “alterar, aperfeiçoar, punir, embelezar, cuidar do corpo são práticas recorrentes na história da humanidade e expressam diferentes valores culturais” (FIGUEIRA, 2013, p. 125). Dentro da narrativa de Bianca, ela deixa evidente que iniciou uma busca pelas mudanças no corpo, afirmando que:

Na busca de adequação comecei minha hormonioterapia por conta própria, a busca por um corpo feminino fazia com que eu usasse doses exacerbadas de hormônio feminino que causava vários efeitos colaterais.

Bianca descreve o início do seu processo de reconhecimento como mulher e como a família aceitava enquanto um homem gay, narrando:

Comecei minha transição quando tinha 23 anos de idade, minha família me aceitava como gay, me vestir de forma feminina era visto como uma agressão a minha família. Desde criança apresentava traços femininos, a primeira vez

2. A utilização de texto com recuo 4cm, justificado a direita, fonte 12 e em itálico, refere-se à fala da participante da pesquisa.

que vi minha mãe sem roupa, notei que meu corpo era diferente, acreditava na magia dos sonhos, nas orações diárias ao dormir, acreditava que orando acordaria com corpo diferente.

De acordo com essa fala, notamos que os sujeitos são inscritos em um reforçamento binário do que parece ser positivo ou negativo para meninos e meninas, para mulheres e homens em determinados espaços sociais (ANDRADE, 2013). Nesse sentido, para reforçar essas estruturas binárias e materialização do corpo dentro dessas estruturas, é trazido à tona a “lei simbólica do sexo” de acordo Butler (2019a), que “[...] será uma espécie de citacionalidade, a aquisição do ser mediante a citação do poder, uma citação que estabelece uma cumplicidade originária com o poder na formação do ‘eu’” (BUTLER, 2019a, p. 39 – grifos da autora).

Compreendemos aqui, também, que entra evoca-se a “ética da coabitação” anunciada por Butler (2018), tendo em vista que enquanto se adequava a um padrão de performatividade de gênero passável ou aceitável, Bianca era melhor aceita pelo seu meio social. Quando ela rasura o imaginário social a respeito da performatividade, construído por enunciados que reforçam padrões binários, sua aceitação adquire outra conotação ou, até mesmo, a rejeição, colocando-a no campo do abjeto, do corpo que não pode coabitar com os demais que se encaixam nos padrões enunciativos.

Para Butler (2019b), o gênero é uma construção social com marcadores específicos que remetem a um padrão heteronormativo, que se materializa com a imposição “lei simbólica do sexo” (BUTLER, 2019a). Sendo assim, os corpos e gêneros adquirem caráter de abjetos na sociedade a partir do momento que se adequam a essa lei. Tais afirmativas se confirmam na fala de Bianca no momento em que ela relata sua condição pós-cirúrgica:

A sociedade cobra um padrão heteronormativo. Quando me encaixei em um padrão socialmente aceitável. Passei a ser tratada de forma diferente, lógico que todos os processos me levaram a ter autoconfiança.

No entanto, apesar de sua autoconfiança, a narradora deixa evidente que foi um processo longo e doloroso em diversos aspectos. A começar pela adolescência período de enormes dificuldades para ela. E, assim, ela expõe:

Vivi 23 três anos da minha vida vegetando, viver não tinha sentido, aos 18 anos fui assombrada por planejamento de suicídio, sentia tanta dor psicológica que não tinha sentido viver, dos 20 aos 23 anos de idade, foram três tentativas sem sucesso, a partir disso nasceu a Bianca, ela me trouxe vida, vontade de viver.

O seu processo de *transição* ganha forma quando Bianca procura o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes na Grande Vitória. Lá, segundo ela mesma, ela passa por um atendimento especializado no ambulatório. E, desse jeito, ela diz: “No que se refere a pontos positivos o ambulatório *trans* proporciona atendimentos tais como:

psicoterapia, psiquiatria, urologia, ginecologia e atendimento social que julgo de excelente qualidade”. Para tanto a fim de realizar seu desejo de adequar seu corpo com a sua identidade de gênero, era necessário algo mais, e a respeito disso, explana:

Em 2015, por conta própria, fui até o hospital das clínicas; fui atendida pelo serviço social e fiquei aguardando vaga. No dia 15 de setembro de 2016 iniciei tratamento no hospital das clínicas, em 09 de junho de 2017 fiz a cirurgia de redesignação sexual, cirurgia essa que teve erro médico precisando fazer uma segunda cirurgia no dia 23 de novembro de 2018. Sofri negligência por parte do município onde resido, pois não me direcionou para caminhos que eu pudesse ter atendimentos especializados, no que se refere ao hospital das clínicas tive que entrar na justiça para fazer a cirurgia corretiva.

A partir dessa narrativa, é perceptível que a busca pela identidade permeou a vida de Bianca. Essa identidade diz respeito à adequação do corpo, que ao atingir um determinado *status*, ganhou passabilidade na sociedade. E, à vista disso, “pensar o próprio corpo é pensar a si mesmo, a identidade de cada um de nós” (FIGUEIRA, 2013, p. 125). A sua vida num momento pós-cirúrgico, em que seu corpo se adequou à mente, fez com que ela passasse da vergonha para o orgulho de si. E, ela sentencia:

Tenho tanto orgulho da mulher que me transformei. Amo ser uma transexual, tenho orgulho disso. A ovelha negra da família trilhou caminhos que hoje minha família tem orgulho, efetiva, graduada, uma pessoa do bem.

Bianca assume-se por inteiro e *transforma-se* numa mulher forte, equilibrada e que, apesar dos reveses da vida, caminhou firme, investindo em si, consciente de que esse processo é contínuo. Por isso, *transborda* alegria, *transgride* a tristeza e *transita* por onde quer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho traçar, inicialmente, um contexto de surgimento do gênero enquanto categoria de análise científica por parte das Humanidades. Tendo em vista que a produção de conhecimento a respeito desse tema, era reservada às Ciências Biológicas, em especial, à medicina. Que produziu discursos deterministas e binários sobre a identidade de gênero. Foi preciso romper com esse tipo de pensamento para garantir a representatividade e subjetividade de indivíduos que não se enquadram nesses padrões construídos por discursos e pelo poder.

Neste trabalho analisou-se a narrativa da história de uma mulher *trans* que passou pelo seu processo de *transição*. Deixando em evidência suas dores e o “doce amargo de ser”, demonstrando, ainda, que corpos não adequados ao poder e aos discursos vigentes na sociedade heteronormativa assumem um caráter de abjeção, conforme Judith Butler, pois, rompem com a “lei simbólica do sexo”.

Bianca *transgrediu* essa “lei” e buscou, com sua narrativa, lançar luz sobre esse tema. Evidenciando que o corpo pode se insurgir contra os marcadores socialmente produzidos e materializar seu corpo a partir da sua perspectiva e percepção enquanto um sujeito dotado de subjetividade, desejos e, acima de tudo, humanidade.

Não pretendemos esgotar as reflexões sobre narrativas e realidades de sujeitos *trans*. Objetivamos lançar luz e possíveis novas discussões sobre essa temática que é tão rica em nuances e possibilidades, tendo em vista que a construção da subjetividade passa, também, por experiências individuais e, portanto, cada sujeito, a partir de suas experiências e *transições*, pode trazer um novo debate.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Mídia impressa e educação de corpos femininos**. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; FOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ, p. 109-123, Editora Vozes, 2013.

BRASIL. **Resolução nº 1.955, de 3 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652, de 2 de dezembro de 2002. Diário Oficial União, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. Tradução: Verônica Daminelli e Daniel Yago Fraçoli. São Paulo: Crocodilo, 2019a.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, p. 191-219, Autêntica Editora, 2019c.

COUTINHO, Danieleh. **Primeira cirurgia de mudança de sexo do Espírito Santo completa 20 anos**. ES hoje. Disponível em: < <https://eshoje.com.br/primeira-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-do-espirito-santo-completa-20-anos/> >. Acesso em 06 de out. 2020.

FIGUEIRA, Márcia Luíza Machado. **A revista *Capricho* e a produção de corpos adolescentes femininos**. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; FOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ, p. 124-135, Editora Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

LARROSA, Jorge. **La experiencia de la lectura: estudios sobre literatura y formación**. Barcelona: Laertes, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MARCHIORI, Hélio. **Ufes possui técnica inédita no mundo para cirurgia de mudança de sexo**. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: < <https://www.ufes.br/conteudo/ufes-possui-t%C3%A9cnica-in%C3%A9dita-no-mundo-para-cirurgia-de-mudan%C3%A7a-de-sexo> >. Acesso em: 06 de out. 2020.

SANCHOTENE, Diná; SILLVA, Guilherme; PERIM, Mariana; GONÇALVES, Siumara. **Cirurgia de redesignação sexual no Brasil chega a custar R\$ 45 mil**. Gazeta Online. Disponível em: < <https://www.agazeta.com.br/economia/cirurgia-de-redesignacao-sexual-no-brasil-chega-a-custar-r-45-mil-0618> >. Acesso em 06 de out. 2020.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.1-30, jul./dez. 1995.

QUANDO A ARTE TRANSGRIDE: SUBVERSÃO QUEER-CONTRASSEXUAL NA OBRA DE CARLOS MOTTA

Data de aceite: 20/09/2022

Marcelo Chaves Soares

Universidade Federal Fluminense - UFF

Trabalho apresentado inicialmente em formato de resumo expandido no evento “Arssexualis” em 2021.

RESUMO: O presente trabalho discute algumas das obras do artista Carlos Motta como forma de um manifesto *queer*-contrassexual. Com o contributo teórico de Paul B. Preciado esclarecemos o questionar dos instrumentos e dos dispositivos sexuais das relações de sexo e gênero estabelecidos entre corpo e máquina nas obras de Motta e asseveramos a desnaturalização das noções tradicionais do gênero e do sexo. Assim considerando, notamos que a obra de Carlos Motta transgride as fronteiras da sexualidade, do sexo e do gênero, atingindo uma subversão *queer* e contrassexual.

PALAVRAS-CHAVE: subversão; arte; *queer*; contrassexualidade;

TRANSGRESSÕES INICIAIS

Meu compromisso é com o fracasso
fracasso do gênero, da raça
(MC Linn da Quebrada)

O excerto acima, escrito pela MC Linn da Quebrada, revela como arte rompe e rasura imaginários; não sendo apenas uma forma de prazer, ela pode narrar outras formas de ser. A arte é transgressora. Desde os mais remotos tempos diversos artistas buscaram por meio de suas obras transmitir mensagens que remetam à subversão; seja pela música, pela literatura, pinturas ou esculturas, o papel político da criação estará ali, marcado e evidente. Além dessas características, a arte atua como uma forma de denúncia do fascínio pelo corpo humano em suas mais diversas manifestações, seja do sexo, da sexualidade e/ou do gênero.

Para além da transgressão, a arte também pode ser entendida na chave do fracasso, como nos lembrou Jack Halberstam em “Arte *queer* do fracasso” (2020). O fracasso, muito mais que representar algo negativo, pode ser entendido como uma potência política produtiva, pois o *queer* se insurge e ousa criar outras maneiras de ver e estar no mundo, sendo a arte uma ferramenta valiosa para tanto.

Com o intuito de produzir o escopo do presente trabalho, debruçamo-nos na obra de Carlos Motta, artista colombiano radicado em Nova Iorque, que relaciona narrativas de comunidades e identidades elididas social e politicamente, como o caso da comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais

e demais formas de manifestação dos gêneros e sexualidades). É marca de Motta trazer trabalhos que promovem diálogos com homoerotismo e colonialismo, produzindo subversões em narrativas contadas e sedimentadas socialmente.

A arte é um campo vasto e valioso para discutirmos as dissidências de sexualidade, sexo e gênero, dada a comunicabilidade que ela gera. Recentemente, após ataques de grupos neoconservadores, a exposição, financiada pelo Banco Santander, *Queer* Museu foi fechada¹. A pertinência deste trabalho reside na necessidade de resistir, discutir e transgredir as investidas que buscam silenciar, anular e destruir as dissidência de sexo, sexualidade e gênero.

Nesse sentido, tomamos a discussão teórica de Paul Preciado sobre a contrassexualidade e os estudos *queer*, para analisar o recorte três imagens de algumas de suas produções: *Hacia una historiografía homoerótica* (2014) e *Beloved Martina* (2015), a fim de discutir a política de gênero e sexualidade impressa em seus trabalhos, o seu questionar sobre instrumentos e dispositivos sexuais das relações de sexo e de gênero e como o artista dialoga com o *queer* e o contrassexual.

Quanto à metodologia adotada, o trabalho é qualitativo de análise documental, organizada nos seguintes passos: revisão de literatura e estado de arte; seleção das obras do artista e, por fim, a análise das referidas obras. Desse modo, o texto que se segue, divide-se nas seguintes seções: a) discussão teórica, articulando a contrassexualidade com o *queer*; b) análise da obra de Carlos Motta, a partir de duas produções do artista e, por fim, apresento as considerações finais do trabalho.

QUEER-CONTRASSEXUALIDADE: RETRATOS DA TEORIA

Paul B. Preciado é um filósofo feminista espanhol que vem se destacando nos estudos de gênero, sexualidade e teoria *queer* juntamente com outras autoras como Judith Butler, Ellen Sedgwick. Sua obra mais conhecida se chama *Manifiesto contrassexual – prácticas subversivas da identidade sexual* (2014).

Nesta obra, Preciado busca romper com dicotomias e binarismos ainda presentes nos estudos de gênero e sexualidade. O autor assevera que o termo contrassexualidade advém dos estudos foucaultianos dos quais ele é signatário.

O nome contrassexualidade provém indiretamente de Michel Foucault, para quem a forma mais eficaz de resistência à produção disciplinar da sexualidade em nossas sociedades liberais não é a luta contra a proibição [...], e sim a contraprodutividade, isto é, a produção de formas de prazer-saber alternativas à sexualidade moderna (PRECIADO, 2014, p. 22).

1. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/museu-de-porto-alegre-encerra-exposicao-sobre-diversidade-apos-ataques-em-redes-sociais.ghtml>

Ao desenvolver o termo contrassexualidade, Preciado (2014) não rejeita as construções sociais ou psicológicas do gênero, no entanto ele ressitua-as como mecanismos, estratégias de um sistema tecnológico mais abrangente. Dessa forma, tanto o gênero, o sexo e a sexualidade são produtos de dispositivos inscritos num sistema tecnológico e sociopolítico complexo.

A contrassexualidade, nesses termos, tem os estudos dos instrumentos e dos dispositivos sexuais, das relações de sexo e de gênero, estabelecidos entre o corpo e a máquina/técnica, como alicerce a fim de desnaturalizar as noções tradicionais de sexo e de gênero (PRECIADO, 2014). A tecnologia que fabrica os sexos, as sexualidades e o gênero, segundo Preciado (2014) é social e heteronormativa, que se define como um conjunto de instituições que produzem de modo constante os corpos-homem e corpos-mulher. E, para o filósofo:

O gênero não é simplesmente performativo (isto é, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas) como desejaria Judith Butler. O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. [...] O gênero poderia resultar em uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais (PRECIADO, 2014, p. 29).

A contrassexualidade, enquanto forma de superação da tecnologia social heteronormativa, buscará romper com sistemas binários e dicotômicos que naturalizam determinadas práticas e corpos, definindo-os como aceitos ou não. A (hetero)sexualidade não surge espontaneamente e, portanto, deve ser reiterada por meio de práticas e códigos (PRECIADO, 2014). Nesse contexto, o autor afirma:

A contrassexualidade tem como tarefa identificar os espaços errôneos, as falhas da estrutura do texto (corpos intersexuais, hermafroditas, loucas, caminhoneiras, bichas, sapas, bibas, fanchas, butchs, histéricas, saídas ou frígidas, hermafrodykes ...) e reforçar o poder dos desvios e derivações com relação ao sistema heterocentrado.

A teoria *queer* tem suas bases em movimentos sociais, como o feminismo e o movimento LGBTQIA+. No entanto, ela não se define com facilidade (e talvez nem queira ser definida), tendo em vista que a teoria emprega diversas outras ideias de outras teorias como: pós-estruturalismo, modelos psicanalíticos de identidade descentrada e instável de Lacan, desconstrução de estruturas conceituais e linguísticas binárias de Jacques Derrida e o modelo de discurso, saber e poder de Foucault (SPARGO, 2019).

Para pensar a teoria *queer* deve-se levar em consideração as lutas e reivindicações do movimento LGBTQIA+ que deu origem a uma cultura *queer*, tomando um xingamento² como uma identidade.

2. O termo *queer* é oriundo de um xingamento em inglês que pode ser traduzido como estranho, anormal, esquisito.

Se a cultura queer reivindica o termo “queer” como adjetivo que se diferencia da relativa respeitabilidade de “gay” e “lésbica”, então podemos dizer que a teoria queer utiliza o termo “queer” como verbo que põe em dúvida as pressuposições sobre ser e agir de modo sexual e sexuado. Em teoria, queer está incessantemente em desacordo com o normal, a norma, seja a heterossexualidade dominante ou a identidade gay/lésbica. É categoricamente excêntrico, a-normal (SPARGO, 2019, p. 33 – grifos da autora).

Embora possua forte relação com questões ligadas à homossexualidade, o *queer* não busca necessariamente defendê-la, mas, sim, desmascarar códigos e valores que oprimem e colocam sujeitos em lugares de abjeção, de humilhação e de desprezo coletivo (MISKOLCI, 2020).

Encontramos o pensamento de Preciado localizado na teoria *queer*, tendo em vista que o *queer* busca romper e transgredir estruturas sociais que dão base a sistemas de opressão. O *queer*, embora indefinido porque não quer se definir, tampouco ser conceituado e ter certezas (LOURO, 2020), garante um espaço às proposições de Preciado.

ARTE TRANSGRESSORA E O QUEER-CONTRASSEXUAL: CARLOS MOTTA E NARRATIVAS SUBVERSIVAS

Carlos Motta é colombiano radicado em Nova Iorque. Suas obras procuram dialogar com as diferentes expressões dos sexos, das sexualidades e dos gêneros. O artista busca dar ênfase a narrativas esquecidas ou não hegemônicas através de suas produções. Assim considerando, para fins desta seção, analisaremos três imagens de algumas de suas obras presentes em duas séries de sua autoria: *Hacia una historiografía homoerótica* e *Beloved Martina*.

As obras de artes são um terreno fértil para se apreender narrativas que foram esquecidas ou que foram colocadas em lugar de esquecimento. Elas são, também, formas de mostrar como as expressões das sexualidades e dos gêneros são plurais e diversas em contextos sociais e históricos.

Partindo da primeira imagem (Figura 1) que compõem a série *Hacia una historiografía homoerótica*, encontramos uma réplica de uma miniatura da Cultura Moche, de povos nativos do Peru onde o homoerotismo assume papel de protagonista na obra. Notamos que a contrassexualidade encontra-se atravessada na obra do artista. Uma vez que de acordo com Preciado (2014, p. 25) “a natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade”. Ou seja, Motta evidencia que numa cultura longínqua, o homoerotismo era plenamente livre e a heterossexualidade se caracteriza por ser uma invenção moderna, dotada de poder e discursos.

Além do mais, sem qualquer intenção de cometer um anacronismo, a obra guarda uma relação com o *queer*, que embora não fosse nomeado ou caracterizado na época

dessa obra pode transportá-la para o tempo presente, mostrando que as tecnologias sociais heteronormativas (PRECIADO, 2014) foram inventadas de modo muito recente, situadas, também, de acordo com o espaço geográfico. E, dessa maneira, “a heteronormatividade é um regime de visibilidade, ou seja, um modelo social regulador das formas como as pessoas se relacionam”. (MISKOLCI, 2020, p. 46)

A cisheteronormatividade produziu discursos para se institucionalizar enquanto modelo de vida. Valendo-se do sistema sexo, gênero e sexualidade, localiza qualquer manifestação dissidente desse sistema em lugar de abjeção. Na obra de Motta, presente na figura 1, percebe-se que essa comunidade da Cultura Moche, vivia as expressões de sexo e sexualidade de maneira livre.



Figura 1 – Hacia una historiografía homoerótica

Legenda: Esboço de um projeto de escultura de uma obra baseada na Cultura Moche, onde um homem pratica sexo oral em outro que se encontra deitado.

O autor denuncia também o interesse de culturas passadas pelo corpo dos intersexuais. Na segunda e na terceira imagem (Figura 2 e Figura 3) observamos, na primeira fotografia de uma escultura em 3D de um sujeito intersexual, com duas cabeças

e duas genitálias; na segunda, um corpo também intersexual, no entanto, com seios preponderantes e um pênis. Essas obras baseiam-se numa leitura greco-romana.

As duas figuras (Figura 2 e Figura 3) pertencem à série *Beloved Martina*, e fazem menção à cultura greco-romana, mais especificamente a Hermafrodito – filho da deusa Afrodite e do deus Hermes –, deus dos hermafroditas e dos afeminados.

As imagens apontam para a especulação do sexo e do sujeito intersexual. A problematização também se dá com amparo no tempo e no espaço. Também não queremos, aqui, promover um anacronismo, assim, as figuras se tornam fundamentais para observarmos o fascínio histórico pelo corpo do intersexual e a forma como esses corpos forma e são sujeitados à objetificações de um olhar dominante.

Nesse cenário, os órgãos sexuais assumem um papel crucial para se compreender tal fascínio. Eles também são produtos de uma tecnologia social heteronormativa. Preciado (2014, p. 31) defende que

Os órgãos que reconhecemos como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e de que se utilizam com propriedade, de acordo com sua “natureza” (relações heterossexuais).

É fundamental perceber que os significados atribuídos ao corpo são frutos da cultura. De acordo com Butler (2019), “[...] não seria possível falar sobre uma parte do corpo que preceda e dê origem a uma ideia, pois é a ideia que surge simultaneamente ao corpo fenomenologicamente acessível que, de fato, garante sua acessibilidade”. A autora, ancorada nos estudos da psicanálise freudiana e lacaniana, demonstra que o corpo sofre diversas ações da linguagem ao passo que as zonas erógenas do corpo podem se situar noutras partes do corpo, e estas podem comportar-se de maneira análogas aos genitais (BUTLER, 2019).



Figura 2 – Beloved Martina

Legenda: fotografia de uma escultura em 3D de um sujeito com duas cabeças e duas genitálias simbolizando as identidades intersexuais da arte greco-romanas



Figura 3 – Beloved Martina

Legenda: Escultura em 3D de uma estátua greco-romana simbolizando Hermafrodito, filho de Afrodite e de Hermes, deus dos hermafroditas e dos afeminados.

As obras de Motta, com ênfase aqui às imagens analisadas, caracterizam-se pela contrassexualidade. Embora situem-se numa rememoração da cultura greco-romana, tais problematizações e inquietações comunicam aos nossos dias. Haja vista que as diferentes tecnologias que desenvolvemos deram a possibilidade de pensar a contrassexualidade numa perspectiva de transformações plásticas do corpo humano. Sobre isso, Preciado (2014, p. 31) alude:

É nesse espaço de paródia e transformação plástica que aparecem as primeiras práticas contrassexuais como possibilidades de uma deriva radical com relação ao sistema sexo/ gênero dominante: a utilização de dildos, a erotização do ânus e o estabelecimento de relações contratuais S&M (sadomasoquistas), para citar ao menos três momentos de mutação pós-humana do sexo.

A arte de Carlos Motta revela e põe em ênfase o sexo, as sexualidades e os gêneros de formas intrigantes de se pensar. Misturando questões históricas e ativismo *queer*, o artista nos propõe reflexões acerca das nuances das manifestações de sexualidades e gêneros dissidentes, dentro de uma sociedade heteronormativa, que coloca as pessoas heterossexuais como uma natureza, uma normalidade.

CONSIDERAÇÕES NÃO FINALIZADAS

Este trabalho não finaliza as discussões da obra de Carlos Motta. Rica em nuances e possibilidades de análise, buscamos aqui evidenciar alguns pontos fundamentais no que diz respeito aos dispositivos das sexualidades e dos gêneros, mas, sobretudo, da contrassexualidade e do *queer* presentes em sua obra.

O caráter *queer*-contrassexual da obra de Motta ficou demonstrado pela forma como o artista colocou em destaque as sexualidades humanas em situação de oposição às normas sociais heteronormativas vigentes. Buscando em diferentes culturas fontes para pensar as manifestações das sexualidades, sexos e gêneros humanos, além problematizar, questionar e se opor à tecnologia social heteronormativa vigente.

A arte enquanto produtora de narrativas abre espaços para a imaginação e pensar as diferentes formas de manifestação das sexualidades e dos gêneros, bem como elas se situam no tempo e no espaço, tendo em vista que enquanto constructos sociais e políticos, são dotadas de historicidade. Carlos Motta problematiza questões de colonialidade não contempladas no presente trabalho, entretanto, abre-se aqui as possibilidades de discussões das sexualidades, dos gêneros e dos sexos sob uma perspectiva decolonial dentro da obra do artista.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: Os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronia Daminelli e Daniel Yago Françoli. 1^a. Ed. São Paulo: n1 edições, 2019.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Tradução de Bhuvli Libanio. Cepe Editora, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. 109 p.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. 84 p.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. 1.ed. São Paulo: n-1 edições, 2014. 223 p.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. Tradução de Heci Regina Candian. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 96 p.

III VEREDA - SEXUALIDADES E OUTROS CONTEXTOS

DO PASSIVO AO ATIVO: PARA REPENSAR AS ESTRUTURAS DISCURSIVAS DO SEXO

Data de aceite: 20/09/2022

Marcelo Chaves Soares

Universidade Federal Fluminense - UFF

Trabalho apresentado como resumo expandido no Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER) em 2020. Neste dossiê, o texto foi expandido para o formato de artigo.

RESUMO: Neste trabalho discutimos a construção das categorias “passivo” e “ativo” no meio LGBTQIA+ para definir papéis na performatividade sexual sob uma perspectiva de dominação e subjugação. Para tanto, analisamos, brevemente, a noção de homossexualidade na história e categoria do sujeito homossexual. Tomamos como aporte teórico os estudos de Foucault, Butler e Bourdieu. Metodologicamente a pesquisa é qualitativa de método hipotético-dedutivo, com dados colhidos por meio de questionários aplicados a 85 homens gays. Observa-se que ainda persiste uma noção de subjugação dos homens gays passivos em relação aos homens gays ativos, uma vez que o imaginário desses é permeado por noções de dominação.

PALAVRAS-CHAVE: homens gays; performatividade sexual; dominação masculina.

PROÊMIO DA TEMÁTICA

As categorias sociais constroem identidades que também impactam na performatividade do sexo e da sexualidade. Nesse sentido, debatemos a construção das categorias “passivo” e “ativo” no meio LGBTQIA+ para definir papéis na performatividade sexual sob uma perspectiva de dominação e subjugação. Analisamos, ainda, a expressão da homossexualidade na história das duas grandes civilizações que deram origem ao pensamento ocidental; o surgimento do sujeito homossexual, bem como analisamos os termos “passivo” e “ativo” e os reflexos dessas categorias na sujeição dos indivíduos.

A subjugação feminina tão presente num contexto social patriarcal, reflete diretamente nas relações sociais e afetivas de homens gays, de modo que a cisheteronormatividade dita, inclusive, os moldes dos relacionamentos entre essas pessoas. Sendo assim, constantemente coloca-se o homem gay passivo em lugar de “feminilidade” e, consequentemente, de inferioridade ao homem gay ativo que, nesses termos, assume o papel de virilidade, masculinidade e dominação.

Não é novidade que as formas de afeto e de relacionamento de homens gays são alvo de estudos e produções acadêmicas. Encontramos textos predominantemente no campo das Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Por

exemplo, estudos de Júlio Assis Simões e Richard Miskolci, que investigam as afetividades e formas de sociabilidades de homens gays em diferentes espaços e campos. Este trabalho, foca na perspectiva de homens gays sobre sexo e dominação masculina, ainda que seja uma temática não inédita, contribui para os diálogos acadêmicos existentes a fim de corroborar com teorias outrora levantadas.

Neste trabalho, tomamos de empréstimo os estudos de Michel Foucault (2014; 2019) a fim de analisarmos os discursos que permeiam as identidades que são naturalizadas socialmente, o pensamento de Judith Butler (2019a; 2019b), para discutirmos a formação do sujeito e a performatividade sexual e de gênero e, elencamos Pierre Bourdieu (2012), com vistas a discutir a dominação masculina.

No que tange à metodologia desta pesquisa, ela alcança um caráter qualitativo de método hipotético-dedutivo, valendo-se de um questionário aplicado a 85 (oitenta e cinco) homens (trans e cis), de todas as regiões do país, com idades entre 18 e acima de 45 anos, sobre a performatividade da sexualidade e o significado dos termos. No momento de colheita dos dados, encontrávamos num momento crítico de pandemia da Covid-1, ao passo que foram utilizados recursos virtuais para atingir esses sujeitos (grupos de *Facebook*, *WhatsApp* e *Instagram*) a fim de que respondessem ao questionário.

Na primeira seção, explicitamos o embasamento teórico; noutra seção, fazemos um breve contexto histórico da expressão da homossexualidade na história das duas grandes civilizações que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento ocidental: Grécia e Roma, apontando também o surgimento do termo homossexual, com base no pensamento foucaultiano e, por fim, analisamos e discutimos os dados e resultados da pesquisa.

SEXUALIDADE, PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E DOMINAÇÃO MASCULINA

As categorias construídas socialmente criam raízes e exercem influência sobre os corpos a fim de torná-los dóceis com propósitos de poder (FOUCAULT, 2014). Nesta toada, utilizaremos como aporte teórico da pesquisa o contributo de autores que adotam uma perspectiva pós-estruturalista (FOUCAULT, 2014; 2019; BUTLER, 2019; BOURDIEU, 2012).

De acordo com Butler (2019), a construção da identidade sexual não é um ato único e isolado, ela depende também de práticas que precisam ser repetidas como num ritual, pois, “[...] com efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritualizada, o sexo adquire seu efeito naturalizado (BUTLER, 2019, p. 29).”. Percebemos que o sexo e a sexualidade, portanto, não podem, também, ser pensados fora da estrutura do poder e do discurso. Tendo em vista, que de acordo com Foucault (2019), devemos perceber o discurso “[...] como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável

(FOUCAULT, 2019, p. 109).”.

Desta forma, os discursos difundidos sobre a sexualidade operam para legitimar determinadas práticas. Nessa continuidade, os discursos podem contribuir para a propagação de ideias machistas, permeando o imaginário social. E, assim, tais discursos operam no meio LGBTQIA+, disseminando ideias de que há uma hierarquia entre os homens que performam a sua sexualidade com outros homens, uma vez que “[...] na lógica do modelo hierárquico-popular, os atos de penetrar e de ser penetrado adquirem os sentidos respectivos de dominação e submissão por meio das categorias de “ativo” e “passivo” (SIMÕES, 2012, p. 123).”.

Pierre Bourdieu (2012), descreve a atuação da dominação masculina na sociedade e como ela subjuga o feminino através da lei simbólica. Sendo assim, de acordo com Bourdieu, “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (BOURDIEU, 2012, p. 18). ” Compreendemos, com isso, que a masculinidade atua como forma de dominação dos indivíduos. No meio LGBTQIA+, aquele que performa a sua sexualidade como “passivo” é tido como inferior, ou seja, dominado. Nesse sentido, Bourdieu afirma ainda, que

A penetração, sobretudo quando se exerce sobre um homem, é uma das afirmações da *libido dominandi*, que jamais está de todo ausente da libido masculina. Sabe-se que, em inúmeras sociedades, a posse homossexual é como uma manifestação de “potência”, um ato de dominação (exercido como tal, em certos casos, para afirmar a superioridade “feminizando” o outro) e que é a este título que, entre os gregos, ela leva aquele que sofre à desonra e à perda do estatuto de homem íntegro e de cidadão (BOURDIEU, 2012, p. 31).

Portanto, as ideias de que há uma inferioridade intrínseca àquele que performa sua sexualidade enquanto passivo, passa pela perspectiva de discursos socialmente construídos legitimados pela lei simbólica refletindo diretamente no meio LGBTQIA+.

DE GRÉCIA E ROMA AO SUJEITO HOMOSSEXUAL: PENSANDO CATEGORIAS

Relações entre pessoas do mesmo gênero não são uma invenção dos séculos XX e XXI, como muitos discursos neoconservadores propagam. Desde os tempos mais remotos, as pessoas se relacionam de diferentes maneiras e buscam formas de prazer de acordo com o que sentem. Se tomarmos por base as civilizações grega e romana, cujas a cultura e pensamento moldaram a civilização ocidental, a homossexualidade era exercida, ainda que com outro nome.

Os povos dóricos, tal como são retratados pela história, filosofia, antropologia e outras ciências humanísticas, nas quais inclusive se destacaram, concediam-se sob o prisma da sexualidade duas vidas tão distintas quanto

harmônicas. Uma decorria privada, com mulheres, fossem estas esposas, concubinas ou escravas, e exercida na intimidade do lar, convenientemente discreta, indevassável. A outra, pública, conveniente em outro sentido, era partilhada com jovens homens, aberta, alvo de prestígio e vantagens sociais. Era esta a que distinguia socialmente o cidadão e o situava em um status de prestígio, enquadrando-o nas obrigações para com a sua classe e para com a sociedade da época (SOUZA, 2001, p.105).

Na Grécia, era comum o exercício livre da sexualidade sendo, inclusive, adequado ao cotidiano de deuses, reis e heróis. Entre os séculos IV a VI a.C., as relações afetivas entre pessoas do mesmo gênero eram consideradas uma forma de relação afetiva de caráter superior, longe de ser amoral, um acidente ou vício. Os homens poderiam ser ora homossexuais, ora heterossexuais termos desconhecidos até então na língua grega (SOARES, 2021).

Em Roma, era semelhante à Grécia, havia uma diferença em relação à forma de dominação, que era permeada por relações de classe, assim descreve Souza:

Em Roma, mais que na Grécia, a situação diante do social podia definir a aceitação ou o rechaço ao amor entre dois homens. Se um patrício ou um homem livre submetesse um escravo, situação muito disseminada, se considerava aceito, mas isso passa a ser execrável se se deixa submeter. (...) O homossexualismo mediante determinadas condições era visto como de procedência natural, ou seja, no mesmo nível das relações entre casais, entre amantes ou de senhor e escravo. Mas, se o patrício romano, ou o simples cidadão, concedesse ser passivo para o escravo, seria definitivamente degradante (SOUZA, 2001, p.109).

A figura do sujeito homossexual aparecerá séculos mais tarde, como nos esclarece Foucault (2019). Para o autor, enquanto em séculos anteriores a prática de relações de sodomia eram localizadas como pecaminosas, no século XIX, surge o sujeito homossexual que é alvo de discursos legais, médicos e pedagógicos. Escreve o autor que “a homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 2019, p. 48).

REPENSANDO AS ESTRUTURAS DISCURSIVAS DO SEXO

Como mencionado, este trabalho adquiriu natureza qualitativa, e, assim, a pesquisa qualitativa é entendida como aquela onde é “[..] importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo. Neles a coleta de dados muitas vezes ocorre por meio de entrevistas com questões abertas (PEREIRA; SHITSUKA; PARREIRA; SHITSUKA, 2018, p. 67). ”

Nesse sentido, a pesquisa é constituída por 3 fases: de primeiro momento foi feito

um levantamento bibliográfico a respeito do tema; em seguida foi elaborado um questionário e aplicado a homens (trans e cis), este questionário foi aplicado através de redes sociais e aplicativos de mensagens, no entanto; num terceiro momento, foi feita a compilação dos dados, sua análise e discussão.

Os sujeitos da pesquisa são homens (trans e cis), onde 85 (oitenta e cinco) responderam a um questionário que buscou compreender suas respectivas percepções sobre a performatividade sexual e as categorias “passivo” e “ativo” no meio LGBTQIA+. Desses sujeitos, 92,9% se consideram homens cis, 3,5% se consideram homens trans e 3,5% preferiram não responder. Aqueles que se consideram brancos, correspondem a 51,8% dos entrevistados, 47% identificam-se como sendo negros ou pardos, apenas 1,2% se considerou indígena. A faixa etária dos sujeitos entrevistados vai dos 18 até acima dos 45 anos. Dos entrevistados, 48,2% são da região Sudeste, da região Nordeste foram cerca de 25,9%, do Sul foram 16,5%, da Centro-oeste foram 5,9% e da região Norte apenas 3,5%.

Traçado esse breve perfil dos sujeitos imbricados na pesquisa, analisaremos alguns dados. Assim, onde foi perguntado qual (is) características mais incomodavam num outro homem para relacionar-se, das opções listadas (altura, vestimenta, idade, fala, peso e trejeitos considerados femininos – “afeminado”), cerca de 52,9% responderam que ser “afeminado” era uma característica que incomodava. No entanto, 62,4% respondeu que faria sexo com um homem considerado “afeminado”, demonstrando certa contradição nas respostas.

Apesar dessa contradição, cabe aqui algumas problematizações. Tendo em vista os incômodos dos sujeitos em relação a outro parceiro, mais de 50% (cinquenta por cento) se incomodam com o fato do parceiro ser afeminado, remetendo à figura feminina. Esse incômodo, se dá pela cisheteronormatividade, que espera que todos os corpos masculinos performem de uma determinada maneira. Maneira essa que remete a ideais de masculinidade excessiva.

Outro dado chama atenção: cerca de 91,8% dos que responderam ao questionário, acreditam que no meio LGBTQIA+ há uma tendência à valorização do homem que performa sua sexualidade como “ativo”. Pensando nessa perspectiva, em outro momento, os sujeitos citaram algumas frases que costumam ouvir sobre o homem que se considera “ativo”, dentre as frases e palavras citadas, estão: “Macho dominador”; “Ele é o macho ne?”; “Machão, comedor”; “Macho da relação”; “quem comanda na hora do sexo”; “Macho padrão”. Observa-se que, nas frases e palavras apontadas, há uma predominância do termo “macho”, que remete a estereótipo de dominação e masculinidade excessiva.

Novamente, o ideal de “macheza” aparece, como parte constituinte dos sujeitos. Butler (2019b) defende que o poder para que seja incorporado pelo sujeito passa por um processo de reiteração. Escreve a autora que “a reiteração do poder não só temporaliza as

condições de subordinação como também mostra que essas condições não são estruturas estáticas, mas temporalizadas - ativas e produtivas” (BUTLER, 2019b, p. 25).

Quando inquiridos sobre a possibilidade dos homens que performam sua sexualidade como “passivos” sofrerem algum tipo de preconceito no meio LGBTQIA+, 72,9% responderam que acreditam nessa possibilidade, enquanto 22,4% acreditam que talvez e 4,7% acreditam que não. Além disso, os sujeitos mencionaram, também, frases ou palavras que já ouviram sobre ser “passivo”, a respeito dessas frases e palavras, citaram: “passivos são as mulheres do relacionamento”; “você a mulher da relação?”; “Mulherzinha, depósito”; “Menininha”; “minha mulherzinha, putinha”. Aqui, também conseguimos notar a predominância da palavra “mulher” ou ao “feminino”, remetendo a um binarismo no relacionamento (homem/mulher) e de que há uma dominação.

A dominação masculina presente no meio LGBTQIA+ é reflexo de uma realidade já conhecida. A misoginia social que roga às mulheres lugar de inferioridade também coloca homens gays passivos em lugar de mulheres e, como consequência, são entendidos como inferiores em relação aos homens gays ativos. A condição de penetrar ou ser penetrado, entre homens gays, definirá sua posição de superioridade ou inferioridade, tal qual Bourdieu (2012) esclareceu ao tratar do ato de penetração no processo de dominação masculina.

Quando perguntados se acreditavam que os termos “passivo” e “ativo” remetiam a uma ideia de dominação, 55,3% responderam que sim, enquanto 23,5% acreditavam que talvez e 21,2% não acreditam. Denotando que os sujeitos entrevistados percebem as estruturas de dominação existentes no meio LGBTQIA+, que são transmitidos por meio dos discursos.

A linguagem exerce papel crucial na sujeição, tendo em vista o poder de atuação dos discursos, além disso, Butler (2021) evidencia que somos seres de linguagem de modo que “a performatividade caracteriza primeiro, e acima de tudo, aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência” (BUTLER, 2019c, p. 35).

Além disso, em outros momentos, foram apontadas características dos homens que se consideram “passivos”, dentre elas, 60% respondeu que deve ser “afeminado”, responderam também que deve ser “meigo” (56,5%), além de ser “dócil” (54,1%). Nessa direção, quando perguntado sobre características do “ativo”, 70,6% respondeu que deve ser “forte”, também não pode ter “trejeitos femininos” (69,4%), devendo ter um “corpo definido” (45,9%). Sendo assim, conseguimos notar que binarismos e discursos de dominação ainda fazem parte do imaginário da comunidade LGBTQIA+.

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS

Buscou-se neste trabalho debater, brevemente as categorias “passivo” e “ativo” enquanto produtos da dominação masculina, de modo que ainda reproduz-se discursos pautados em ideais cisheteronormativos, onde o ser passivo é equiparado ao ser mulher.

Os discursos permeiam a sexualidade e se incumbem de produzi-la. Nesse sentido, as relações afetivas produzem sujeitos e corpos que são docilizados para se adequar a discursos de poder. Conseguimos notar com o presente trabalho, que é necessária uma transcendência dos termos “ativo” e “passivo” que são significados pela lei simbólica machista, essa que institui uma dominação masculina sobre os corpos.

As estruturas discursivas significadas pela lei simbólica são repetidas e reificadas nas relações sociais e na performatividade sexual dos sujeitos que ao se submeterem a essa lei, são sujeitados por ela, ao mesmo tempo que contribuem para sua reprodução. Assim, é necessário repensar essas estruturas discursivas a fim de acabar com machismos e as dominações.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: Os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronia Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo, 2019a.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Revisão de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019c.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; PARREIRA, Fábio José; SHITSUKA, Ricardo. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio Grande do Sul: UFSM, 2018.

SIMÕES, Júlio Assis. **Homossexualidade e movimento LGBT**: estigma, diversidade, cidadania. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SOUZA, Ivone M. C. Coelho de. **Homossexualismo, uma instituição reconhecida em duas grandes civilizações.** in INSTITUTO INTERDISCIPLINAR DE DIREITO DE FAMÍLIA – IDEF (coord.). Homossexualidade – discussões jurídicas e psicológicas. Curitiba: Juruá, 2001.

INDÍCIOS DE ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXÕES A PARTIR DE DIÁLOGOS COM EDUCADORES

Data de aceite: 20/09/2022

Edmar Reis Thiengo

Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes

RESUMO: O abuso sexual em crianças é assunto controverso e ainda considerado tabu por muitos educadores. Considerando a importância e urgência em se discutir a identificação de sinais do abuso na escola, buscamos responder a seguinte questão: como identificar se uma criança ou um adolescente pode estar sendo vítima de abuso sexual? Dessa forma, o objetivo deste estudo é contribuir para a proteção de crianças e adolescentes, identificando e distinguindo o desenvolvimento normal do desenvolvimento sexual atípico, concentrando nosso estudo nos sinais de advertência do abuso sexual que podem passar despercebidos ou serem ignorados. Este trabalho foi fruto do recorte de um seminário sobre Abuso Sexual Infantil realizado junto a alunos da disciplina “Diversidade e Inclusão Social” do Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo.

PALAVRAS CHAVES: violência sexual; identificação de sinais e sintomas.

DISCUSSÕES INICIAIS

O abuso sexual em crianças (ASC) pode

ser entendido como ato ou jogo sexual em que o adulto submete a criança ou o adolescente às suas fantasias, como forma de excitar-se ou satisfazer-se sexualmente. Utilizando-se inicialmente de estratégias que despertem a confiança da criança ou adolescente, o adulto envolve a envolve em um jogo de sedução com palavras afetivas e encantadoras, oferta de presentes, promessas de realização de sonhos imediatos, para em seguida, após a obtenção de alguma vantagem, para continuar o processo, passa para ameaças psicológicas e/ou físicas.

Segundo Lowenkron (2015, p. 69) o termo abuso “é utilizado também junto à categoria violência sexual quando o ato sexual é articulado a outras violências”. Assim os crimes sexuais geralmente vêm acompanhados de violência física, psicológica, seguido do abandono e a negligência. Independentemente de quem pratica, o abuso constitui uma das mais terríveis categorias de maus-tratos, causando efeitos tão nocivos que poderão persistir até a fase adulta ou tornarem-se irreversíveis, caso certas providências não forem tomadas.

Números oficiais obtidos através do disque denúncia (disque 100) do Governo Federal e da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram o quanto corpos infantis têm sido usados das mais diversas formas, seja para a exploração de mão-de-obra barata, seja para satisfazer o prazer sexual adulto. Em 2015, a ONU constatou que,

no mundo, um total de 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos foram abusados sexualmente. Nos informa ainda, a ONU, que a cada 15 segundos uma criança é vítima de abuso sexual no mundo.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) demonstra que no Brasil, a cada 8 minutos uma criança sofre abuso sexual. O ASC afeta 15% dos 65 milhões de menores de 18 no Brasil, ou seja, cerca de 10 milhões de crianças e adolescentes, e desse total, 6,5 milhões das agressões são contra meninas, sendo que cerca de 300 mil são vítimas de incesto - pai-filha - todos os anos e mais de 100 mil tentam suicídio em decorrência desse fato. Desses números, em cerca de 70% dos casos os abusadores são pessoas próximas, familiares ou amigos, que frequentam o ambiente com liberdade e conhecem a rotina da família. Chama atenção o número de casos denunciados à polícia: apenas 2%.¹

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, juntamente com outras normas e acordos internacionais, fez com que o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes tornassem alvo de preocupação mundial deixando de ser apenas um crime contra a liberdade sexual, mas uma violação dos direitos humanos, ou seja, direito ao respeito, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e ao desenvolvimento de uma sexualidade saudável.

CONHECENDO OS PERSONAGENS

Uma leitura atenta das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) aponta para um trabalho de orientação sexual nas escolas como forma de prevenir por exemplo as discriminações, as doenças sexualmente transmissíveis, sem, no entanto, avançar numa direção propositiva de abordagem direta ao abuso sexual infantil, e em especial, à constatação dos sinais e sintomas de ASC e outras formas de abuso que a criança sofra ou venha sofrer.

Brino e Williams (2003) enfatizam que, “a escola mostra-se como um lugar ideal para a detecção e intervenção em casos de abuso sexual infantil” (2003, p. 113), pois deve ter como objetivo a garantia da qualidade de vida de seus alunos e a promoção da cidadania. Os autores relatam ainda que em uma pesquisa realizada por estudiosos do assunto, em 44 % dos casos de abuso sexual, o professor era a primeira pessoa a tomar conhecimento do fato. Por meio desses dados, comprova-se o importante papel do professor na denúncia sobre a ocorrência de abuso sexual, pois ele é, em grande parte dos casos, o primeiro que poderá auxiliar a romper o círculo de silêncio que ronda a relação de poder entre o pedófilo e a criança ou adolescente.

Uma criança que é vítima de abuso sexual apresentará graves sequelas psicológicas,

1. Disponível em: <http://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/2012/05/abusos-cometidos-por-pais-ordenados-pelo-alem-e-brindados-com-champagne-chocam-es.html>

emocionais, físicas e outras que, diretamente, afetarão seu comportamento e sua vida escolar.

Além disso, vale ressaltar o compromisso outorgado da escola, em termos éticos e legais, em notificar às autoridades competentes, casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos, que inclui a violência sexual/pedofilia. Conforme explicita o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Deixar o médico, professor, ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena: multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (ECA, 2000, p. 90).

Assim, diante da gravidade que encerra a violência sexual para a criança e para o adolescente e, considerando que a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de sua clientela, “identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial, do professor” (ABRAPIA, 1997, p. 6).

É preocupante a forma como a escola e a sociedade se escondem atrás de um tabu inexplicável: a não discussão do tema “abuso sexual de crianças”, bem como seus sintomas, seja em sala de aula ou mesmo fora dela. Ao cobrir os olhos e tapar os ouvidos para tais questões, deixamos as crianças à mercê dos agressores e com isso o problema só aumenta. Assim, considerando e percebendo a necessidade de discussão da temática no sentido de prevenção é que propomos a seguinte questão que norteará este estudo: quais são os indícios de ASC e como identificá-los?

Na busca de resposta a essa pergunta, este estudo foi elaborado com base em um recorte do seminário sobre Abuso Sexual Infantil apresentado aos alunos da disciplina “Diversidade e Inclusão Social”, ministrada pelo autor, no Programa de Mestrado em Educação em Ciências e Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, que objetivou contribuir para a proteção de crianças e adolescentes, identificando e distinguindo o desenvolvimento normal do desenvolvimento sexual, concentramos nosso estudo nos indícios do abuso sexual infantil que podem passar despercebidos ou serem ignorados.

Em sua obra, Sanderson (2008) orienta pais e professores quanto ao reconhecimento de uma criança abusada sexualmente a partir da identificação de seus sinais e sintomas, fortalecendo a importância desses saberes na identificação de possíveis casos de abuso:

Também é fundamentalmente importante que todos os professores sejam treinados de maneira adequada quanto a um entendimento do abuso sexual em crianças (ASC), não apenas em termos das complexas questões envolvidas, mas também do impacto que ele tem sobre a criança. Só tendo

um adequado entendimento da criança sexualmente abusada é que os professores podem ter esperanças de identificar as crianças que correm risco ou as que estão sendo abusadas. Além disso, esse conhecimento capacita os professores a identificar aquelas crianças que podem ser sexualmente abusadas. Uma identificação precoce protege outras crianças, e também permite que intervenções apropriadas sejam feitas para ajudar as vítimas de ASC (SANDERSON, 2008, p. 281).

Toda criança que sofre abuso sexual deve ser também foco de atenção da escola. Considerando-se que ela tem como objetivo garantir a qualidade de vida de sua clientela, bem como promover a cidadania e a inclusão, urge capacitar tanto o corpo docente quanto a equipe gestora para enfrentarem a difícil questão do abuso sexual infantil.

SOBRE SINAIS, PISTAS, INDÍCIOS

Nem todas as crianças são capazes de revelar o abuso por temerem consequências. Para contextualizar uma situação de abuso sexual, é preciso reconhecer que embora existam muitos sinais em comum, a série de sintomas pode variar imensamente entre as crianças. Elas podem encontrar diversas formas de comunicar seus medos e ansiedades aos adultos, ainda que de maneira muito sutil. De acordo com Sayão (2006):

Educadores, outros profissionais e todas as pessoas que convivem com crianças e adolescentes, e até mesmo os próprios adolescentes, devem estar atentos para identificar os casos de violência sexual. Essa atenção é fundamental, pois aproximadamente 60% dos casos de abuso sexual não deixam vestígios físicos (SAYÃO, 2006, p. 37).

Para tanto, é necessária a preocupação em evitar julgamentos prévios da ocorrência de abusos baseados apenas em uma única forma de expressão da criança-vítima, já que algumas manifestações da criança podem indicar outros problemas que ela possa estar enfrentando. É preciso que se conheça a criança em seu contexto social, sua família, amigos, seu mundo, associados aos sinais e sintomas observados. As crianças mostram bem mais do que contam para os adultos, quando alguma coisa as está incomodando (SANDERSON, 2008).

A maior dificuldade para os pais, professores e profissionais que cuidam de crianças é saber quais sinais e sintomas procurar a fim de agir de modo eficiente e proteger a criança. Como não existe uma “fórmula” ou sequência de manifestações dos casos de abuso fica difícil indicar com precisão se a criança (ou adolescente) foi vítima de violência sexual.

A atenção e a observação sensível são fundamentais para que se possa identificar um caso de abuso sexual, pois da mesma forma que não podemos concluir inconsequentemente que se trata de abuso, devemos estar cientes de que as crianças podem fazer de tudo para negar que estão sendo violentadas, por estarem apavoradas,

constrangidas ou coagidas pelo abusador. É preciso um equilíbrio consciente e cauteloso.

Os sinais e sintomas dos abusos sexuais variam conforme os numerosos fatores que se intrincam. De acordo com Sanderson (2008), não podemos falar de trauma infligido à criança sem considerar: o contexto no qual ele ocorre, isto é, a situação da criança em sua família; o efeito que o abuso terá após a revelação; a idade e a maturidade fisiológica e psicológica do abusador e principalmente da vítima na época do abuso; a duração e a frequência do ato; o elo que une a criança e o abusador; a natureza do ato imposto à criança (contato físico, masturbação recíproca, exibicionismo) e o uso da força ou da violência.

A cartilha da CPI contra a Pedofilia, de uma maneira geral, exhibe de forma clara as consequências nefastas de um abuso sexual a uma criança, após um ataque:

As principais consequências são: elas se tornam retraídas, perdem a confiança no adulto, ficam aterrorizadas, deprimidas e confusas, sentem medo de serem castigadas, às vezes até sentem vontade de morrer, perdem o amor próprio, têm queda no rendimento escolar, apresentam sexualidade não correspondente à sua idade (BRASIL, s.d., p. 22-23).

Apesar de inúmeras concepções e características sobre os sinais e sintomas de abuso sexual em crianças, muitos deles ficam esquecidos, não sendo mencionados ou quando descobertos não são registrados, e, alguns por sua vez, são essenciais para identificação de um abuso.

Sendo assim, para melhor assimilação e compreensão, Sanderson (2008) assegura que as categorias das consequências do abuso sexual podem ser agrupadas em seis efeitos. São eles: **emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais**. Explorando esses efeitos, entenderemos o que a criança está tentando mostrar por meio dessa comunicação, uma vez que cada sinal possui um significado específico.

A apropriação desses conhecimentos equivalente aos sintomas indicará a melhor direção a ser tomada para proteger a criança. Reconhecendo os sintomas com cautela e atenção, com certeza o monstro estará mais perto de ser descoberto. É o que veremos no tópico a seguir.

CAMINHOS PERCORRIDOS

Esta investigação qualitativa teve seus dados produzidos a partir de observações do investigador, rodas de conversas, anotações feitas pelos participantes e fotografias produzidas ao longo do seminário. No quadro 1 apresentamos um resumo das técnicas e instrumentos empregados na coleta de dados durante a intervenção pedagógica realizada no seminário inicialmente citado.

Investigação	Técnicas	Instrumentos
Investigação Qualitativa	Observações	Anotações do investigador
	Imagens	Fotografias e filmagens como registros dos momentos
	Relatos orais e escritos	Anotações produzidas pelos estudantes

Quadro 1: Resumo do instrumento utilizado para produção de dados

Fonte: O autor.

Após uma breve explicação sobre a importância dos conhecimentos acerca dos sinais ou sintomas que a criança pode apresentar, foi distribuído para cada participante uma caneta e uma folha de papel em branco e solicitado para que a dividissem em seis espaços com o título de cada categoria-efeito conforme citado por Sanderon (2008). O mesmo foi realizado pelo palestrante, porém, no quadro da sala de aula. Uma observação considerável é a não obrigatoriedade de identificação pessoal na folha.

Em seguida, os participantes foram informados que seria exibido um vídeo intitulado *Removida*² e solicitado a atenção total dos participantes na tentativa de: 1- identificar as consequências do ASC no vídeo; 2- associá-las ao respectivo efeito que representam; 3- explicar e analisar o contexto dessa relação.

Vale lembrar que as respostas não estariam baseadas apenas no que fora exibido na mídia, mas nos conceitos apresentados até então durante o seminário e também o conhecimento prévio dos participantes sobre o assunto, inclusive o fato de um mesmo efeito poder induzir a outro, podendo esse estar enquadrado na mesma categoria ou não. O vídeo atuaria apenas como suporte básico, estrutural.

Para exemplificar o que seria realizado pelos participantes, o palestrante citou a “vergonha” como sintoma de ASC sofrido por Zoe – protagonista do vídeo - e classificou-o como um efeito emocional. Pois junto da vergonha está relacionada uma grande variedade de emoções (e sintomas) como a ansiedade em relação a si mesma, a timidez, o medo, a impotência, causadas pela resposta, até mesmo involuntária, do corpo ao contato sexual. Além disso a vergonha pode ser um fator poderoso para esconder o abuso sexual, uma vez que a criança sente vergonha do corpo, de si mesma e dos próprios sentimentos.

Todos os sinais e sintomas identificados pelos participantes foram transcritos em suas respectivas folhas a fim de serem discutidos e, posteriormente recolhidas pelo palestrante para a análise dos dados.

DISCUTINDO OS DADOS

Após o término do vídeo, durante longos segundos, um absoluto silêncio inundou

2. Disponível em: <https://www.removedfilm.com/>. Acesso em 14 de jun de 2022.

a sala, que por sua vez encontrava-se mergulhada em profundas e cabisbaixas reflexões. Em seguida, as primeiras observações começaram a emergir.

Todos os efeitos foram muito bem respondidos, porém merecem destaque pela quantidade de respostas, os emocionais, sexuais e físicos. Vale transcrever alguns trechos relevantes dos efeitos mencionados pelos participantes durante a prática. Considerei aqui, nomes fictícios para cada participante.

Eu indiquei o medo como sintoma emocional pelo fato do abuso fazer com que as crianças fiquem com medo e muito concentradas, e não consigam controlar o que estão sentindo ou suas emoções. O medo está presente do início ao fim do ato abusivo, porque mesmo que a criança não tema o abuso – o que acho muito difícil –, ela irá temer a reação dos pais, o descobrimento do segredo e até mesmo o medo em perder sua vida, danos à saúde, etc. O medo domina todo o processo.

Marcos³

Sem sombra de dúvidas a criança medrosa é tensa, nervosa e ansiosa. Muitas vezes ela se torna fria, sem espontaneidade e vazias por dentro. Esse abismo interior que recebe o nome de trauma, se não for bem trabalhado, perseguirá o indivíduo abusado até a fase adulta ou até mesmo para o resto da vida.

Beleza, o medo é uma consequência para o emocional da criança. Concordo. Mas como que eu vou identificá-lo e pior ... relacioná-lo com abuso sexual infantil? Gente, criança tem medo de tudo, de muita coisa. Se for muito pequena então ... fica muito difícil confiar.

Penha

Com resposta de Paula à pergunta, foi explicado que no caso de crianças mais novas por exemplo, o simples medo de trocar a fralda e ser segurada no colo é um ato indicativo de medo que pode ter por causa o ASC (SANDERSON, 2008). Além disso, o medo de ficar sozinha em casa com estranhos, fobias com relação a algo que remete a sexo ou aparência de certos traumas, também são indícios. A criança sexualmente abusada não terá medo de tudo, mas sim de fatos que venham violar a integridade de seu corpo.

Pegando o 'gancho' do medo e o exemplo da vergonha, podemos considerar a inibição da criança quanto aos relacionamentos, comunicação até mesmo para ela guardar segredos. Ela não quer ter contato com os outros. Isso é um efeito interpessoal. Como a Zoe no filme que sempre estava isolada, fechada, em silêncio na escola e até mesmo dentro das casas por onde ela passou.

Joana

3. Todas as citações que estiverem em itálico, com recuo 4cm, fonte 10, justificadas à direita em espaçamento simples, referem-se aos depoimentos dos participantes da pesquisa.

Os efeitos interpessoais do abuso sexual infantil se concentram em como as crianças se relacionam com os outros e na qualidade de seus relacionamentos (comunicação/ interação). Ela evita situações em que seu corpo se torne foco de atenção, como nas atividades esportivas por exemplo, justamente por ter o sentimento de identidade distorcido. Desaparecer para evitar contato com os outros poderá ser seu maior desejo.

Verdade. Eu coloquei como efeito interpessoal o fato dela evitar o contato social com os outros por meio de violência, agressões, gritarias e explosões de raiva. Coloquei isso também em efeito comportamental.

Marta

Nesse sentido:

Estar em contato demonstra a vulnerabilidade, a carência e o sentimento de impotência da criança. Ela teme que sua vulnerabilidade seja exposta ou que seja dominada e precisa se defender contra isso. Em outras palavras, o melhor modo de defesa se torna o ataque (SANDERSON, 2008, p. 209).

Os efeitos comportamentais foram os mais difíceis de serem classificados corretamente, uma vez que facilmente são confundidos com os emocionais, interpessoais ou cognitivos pelo fato de seus sintomas perpassarem por esses outros efeitos.

O primeiro tópico discutido, refere-se ao campo “comportamental” gerou uma observação importante. Quando perguntado o porquê de o participante citar “brincadeiras envolvendo insinuação a sexo” o participante respondeu:

Eu percebo pelo (a) meu (a) filho (a). As minhas ações no cotidiano com ela dentro de casa refletem em como ela interage com os brinquedinhos dele (a) e nas brincadeiras comigo e com os amigos. Ela tenta me imitar ou reproduzir o que faço o tempo todo. Por isso que acho que uma criança que foi abusada vai querer brincar ou ter uma postura, algo que remete a sexo em suas brincadeiras ou com seus brinquedos.

Paulo

Nesse momento, a convidada Carina Sabadini⁴ complementou a fala do participante falando um pouco do que vivenciou na coordenadoria do Programa Sentinela com relação a sinais e sintomas de crianças e adolescentes abusados sexualmente:

4. Carina Sabadini foi a convidada do seminário que deu origem a este estudo. Em sua fala trouxe alguns dados e casos que vivenciou quando atuou como pedagoga/coordenadora do Programa Sentinela – serviço de referência que se destinava à articulação das Políticas de Garantia de Direitos da Criança, do Adolescente e da Assistência Social. Com um público alvo composto de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intra e/ou extrafamiliar, bem como, de exploração sexual comercial, em situações circunstanciais e ou contextuais, de risco ou de extremo risco e também vítimas de violência psicológica, violência física e negligência. Consoante à concepção jurídica do Estatuto da Criança e do Adolescente, três eixos respaldam a política do Programa Sentinela: a prevenção, o atendimento e a defesa. Durante o período que atuou no Programa foram atendidos 118 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, 46 de violência física, 134 de violência psicológica, 49 de negligência e 06 casos de exploração sexual – somente no município em que atuava.

Na ação de brincar a criança naturalmente revive suas experiências do dia a dia e acaba revelando muito do seu interior. Dependendo da brincadeira, ela adota diferentes papéis e experimenta como é ser um personagem em particular. A criança abusada sexualmente pode sim reencenar seu abuso sexual por meio de uma brincadeira tanto com outras pessoas quanto com brinquedos, sempre trazendo elementos sexuais.

Carina Sabadini

E Carina prosseguiu em suas reflexões:

Outras características do efeito comportamental, esse por sua vez mais difícil de serem identificados, mas que frequentemente observávamos no Programa são os desenhos, pinturas e histórias das crianças. As pinturas e os desenhos são formas de comunicação para o público infantil. Crianças pequenas geralmente desenhavam pauzinhos simples que representam as pessoas que mais gostam ou confiam sem exibir características sexuais como mamilos ou genitálias. Fato esse que diverge das crianças que sofrem ou sofreram ASC que na maioria dos casos vem trazendo um “elemento a mais” em suas artes. A questão da pintura dos desenhos também reflete muito a violência sofrida. A preferência por cores fortes marcantes como o vermelho e o preto, cores frias e desenhos sem vida são traços de crianças abusadas. Até mesmo as histórias infantis, ou em suas próprias narrativas temos indício de abuso quando por exemplo a criança na história está sempre sendo caçadas ou perseguidas por “monstros”. Apesar de tudo isso fazer parte do imaginário da criança, é a qualidade da história, pintura ou desenho e o que está sendo representado que nos dava uma pista se ela estava sendo abusada sexualmente ou não. É preciso muito cuidado e atenção.

Carina Sabadini

Os sintomas cognitivos, em geral, foram mencionados com base no ambiente escolar vivenciado pela criança/adolescente: memória afetada, de capacidade reduzida; criança inerte; imaginação fértil; baixo rendimento escolar; pouca atenção e concentração.

Uma criança que está sempre preocupada, com medo, terror, confusa ou que antecipa o próximo acesso sexual não vai conseguir prestar atenção no que se espera que aprenda na escola. Essas crianças se comportam como se estivessem em um mundo de sonho e parecem aéreas na classe, quase rudes em suas respostas (SANDERSON, 2008, p. 220).

O grande aproveitamento acadêmico citado como exemplo de efeito cognitivo pelo palestrante chamou a atenção de todos, pois não conseguiam ver algo de positivo para a criança, principalmente no âmbito escolar.

Como que uma criança abusada sexualmente, com essa quantidade de problemas que estamos falando vai se sair bem nas aulas? Ela não vai conseguir aprender nada.

Sara

Foi explicado que algumas crianças, mesmo tendo sofrido abuso sexual, podem

sim ter um super aproveitamento na escola, se destacando até mais do que uma criança não abusada. Isso pode acontecer em função dessas crianças encontrarem na escola um refúgio do abuso sexual que vivencia fora dali. É que a escola propicia a essas crianças abusadas sexualmente uma distração de sua confusão emocional, fazendo com que elas concentrem toda a sua energia em aquisição de conhecimentos.

Esse apoio que a escola proporciona a essas crianças as mantém a salvo de um perigo emocional muito maior e permite que elas desenvolvam habilidades acadêmicas que não demandam muita energia emocional. Isso ocorre muitas vezes, de maneira automática por parte da escola.

Elas podem se tornar leitores ávidos, sempre procurando saciar sua sede de conhecimento. Ler e aprender se tornam um meio de escapar de sua realidade aterrorizante e obter significado em um mundo muito desestruturado e confuso, em que coisas inexplicáveis acontecem. Crianças sexualmente abusadas, na maioria das vezes, desenvolvem habilidades cognitivas, como estratégias de planejamento, tomada de decisão e fuga, mais cedo do que as crianças não abusadas sexualmente. Isso acontece em parte porque elas precisam decifrar o incompreensível e também desenvolver estratégias para antecipar e evitar o abuso sexual (SANDERSON, 2008, p. 221).

Os sinais e sintomas físicos e sexuais foram os mais simples de serem relatados, sendo confundidos poucas vezes entre si. Chama atenção os problemas relacionados ao sono que foi citado como cognitivo e é físico e a presença de sêmen, inflamação e infecção que são efeitos físicos e foram mencionados em sexuais. A sexualidade precoce foi mencionada quase unanimemente como efeito sexual.

Inúmeros sinais e sintomas de abuso sexual em crianças foram relatados pelos participantes do seminário. Alguns em seus respectivos efeitos e outros confundidos e distribuídos em outras categorias sendo direcionados, após a discussão, ao efeito correto. Em suma, obteve-se o seguinte quadro resumo de efeitos corretos, com base em Sanderson (2008):

Emocionais	Interpessoais	Comportamentais	Cognitivos	Físicos	Sexuais
Medo	Solidão	Sexualização precoce	Memória alterada	Dores	Aversão ao sexo
Culpa	Opressão/ Repressão	Distúrbios de conduta	Queda no rendimento escolar	Desconforto com o corpo	Alteração hormonal
Timidez	Isolamento	Promiscuidade	Imaginação fértil	Mau cheiro	Masturbação excessiva
Tristeza	Capacidade de comunicação reduzida	Temas sexuais em brincadeiras, desenho, história e jogos	Dificuldades na concentração e atenção	Hematomas e sangramentos	Problemas menstruais
Confusão	Fuga à proximidade	Amadurecimento precoce	Criança inerte	Coceira e inflamação	
Ódio	Hostilidade	Prática suicidas	Dissociação	Inchaços	Prostituição
Vergonha	Necessidade de se esconder	Sensualidade exagerada	Busca/refúgio na fantasia	Gravidez e Infecções sexualmente transmissíveis	Compreensão avançada de assuntos sexuais

Quadro 2- Sinais e Sintomas de Abuso Sexual em Crianças e Adolescentes

Fonte: Quadro organizado pelos autores a partir das respostas dos participantes

O Quadro 2 traz um resumo dos principais sinais e sintomas de abuso sexual em crianças e adolescentes mencionados de forma correta pelos participantes e seus respectivos efeitos. Pode-se observar que grande parte dos sintomas tem relação e podem ser observados dentro (e até fora) da escola.

Evidencia-se no Quadro 2 aspectos perceptíveis em sala de aula, particularmente os aspectos comportamentais, cognitivos e físicos. O professor deve estar atento a tais aspectos, visto que, ao suspeitar de situações de abuso, ao perceber indícios de que uma criança ou adolescente vem passando por de abuso, o educador precisa comunicar o setor responsável da escola, para que esta acione o conselho tutelar, que tem a função de investigar cada caso.

EM BUSCA DE UM FINAL QUE NEM SEMPRE É FELIZ

A sexualidade ainda é tratada como tabu. Por isso mesmo que é necessário, no mínimo, compreender a sexualidade infanto-juvenil para se discutir o significado da violência sexual e propor metodologias para seu enfrentamento. A criança antes vista como símbolo de pureza e ser assexuado, hoje é retratada como objeto de desejo sexual para algumas pessoas. Isso a torna sujeito de defesa e carente de cuidados, tanto por parte da família, como também de toda a sociedade, mostrando que a todos cabe a obrigação de denunciar quaisquer tipos de abuso.

As atitudes preventivas e reparatórias e a detenção do abuso sexual infantil

pressupõem uma intervenção integrada e coordenada que deve ser efetivado por meio de medidas que precisam ser trabalhadas de maneira integrada e paralela por parte de todos os setores da sociedade. Essa intervenção abrange o oferecimento de assistência à criança-vítima, o treinamento dos profissionais que lidam com o problema e, ainda, a realização de trabalho específico com os agressores.

A escola, por ser instituição que ocupa lugar privilegiado na rede de atenção à criança e ao adolescente, deve assumir papel de protagonista nessa perspectiva de identificação, combate e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. Ela exerce um papel imprescindível no sentido de possibilitar que as crianças e adolescentes tenham apoio e sejam protegidos com ações educativas orientados pela autodefesa, conscientização e à valorização de suas etapas de crescimento.

Os professores, juntamente com os pais, compõem a principal fonte de confiança, informações e conselhos da criança. Logo, possuem maiores chances de conhecer melhor a criança, acompanhar suas mudanças de comportamento e identificar os sinais e sintomas de ASC. Se tiverem um conhecimento correto sobre abuso sexual infantil, poderão ser essenciais para a identificação de crianças que estejam sendo vítimas de abuso, proporcionando um ambiente seguro no qual a criança tenha condições de revelá-lo.

Conhecer as características de cada fase do crescimento infantil pode ajudar a evitar equívocos na maneira de lidar com a sexualidade da criança e do adolescente, respeitando formas de expressão da sexualidade, sem reprimi-las (HAZEU, 2004). É preciso ter em mente que crianças muito pequenas por exemplo, são incapazes de verbalizar a violência. As mais velhas e os adolescentes, embora tenham habilidades mais elevadas, na maioria dos casos acham difícil revelar a experiência devido ao constrangimento representado por uma mistura de medo, vergonha e culpa por estar envolvido com abuso sexual.

Identificar sinais e sintomas de ASC para prevenir e erradicar esse pesadelo não é tarefa fácil. Mas após o término do seminário, constatamos que não é impossível. Esses saberes devem ser estudados separadamente, assim como na prática executada e são imprescindíveis para a prevenção.

A atividade possibilitou o aprimoramento de conteúdos já dominados, o aparecimento de novos termos e conceitos, e até mesmo a descoberta de sintomas que até então eram desconhecidos por grande parte dos participantes. O quadro resumo gerado após o término da atividade, se analisado à ótica do ambiente escolar, serve como auxílio prático na identificação e prevenção de possíveis abusos.

Vale lembrar que é preciso estar atento a cada detalhe da criança a fim de aplicarmos esta intervenção. A observação detalhada torna-se o eixo principal. Analisar a criança/adolescente com base na elaboração e divisão dos seis efeitos, assim como no quadro resumo, facilitará o reconhecimento e a organização dos sinais e sintomas.

Os efeitos do ASC são peças-chave na proteção de crianças e adolescentes. São as “pegadas”, os rastros que monstros abusadores deixam que nos possibilitam identificá-los e assim, puni-los. Seja sob forma de qualificação profissional ou como fonte de conhecimentos, é indispensável a obtenção desses saberes. Identificar é preciso.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção - guia de orientação para educadores**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei Federal nº 8.069/90, Imprensa Oficial, CONDECA, 2000.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil**. Brasília: MJ / SEDH / DCA, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade cultural orientação sexual**. Vol. 10. DP & A, 2000.

BRINO, R. F; WILLIAMS, L. C. A. **Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil**. Cadernos de Pesquisa, julho, 2003. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Autores Associados.

HAZEU, M.; FONSECA, S. **Direitos Sexuais da Criança e do Adolescente – Leitura Social e Jurídica da Exploração Sexual**. Belém, PA: Centro de Defesa dos Direitos da Criança – CEDECA-Emaús. 2004.

LOWENKRON, L. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. (Tradução Frank de Oliveira). São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2008.

SAYÃO, Y. **Refazendo laços de proteção: ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: manual de orientação para educadores**. São Paulo: CENPEC: CHILDHOOD – Instituto WCF-Brasil, 2006. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/refazendo_lacos_sjc_net.pdf. Acesso em 14 jun de 2022.

SILVA, R. da; THIENGO, E. R. Tocando o Intocável: do abuso sexual e pedofilia às consequências pedagógicas. In: THIENGO, E. R. **Indiferenças em Questão: conversando sobre inclusão**. Vitória: Edites, 2017.

CRIANÇA, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO SOBRE O ABUSO SEXUAL INFANTIL

Data de aceite: 20/09/2022

Edmar Reis Thiengo

Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes

Paulo Roberto Pereira Junior

Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes

RESUMO: Silêncios, melindres e medo circundam o debate sobre sexo, sexualidade e abuso sexual infantil na educação. Neste trabalho, analisa-se, a partir de uma revisão de literatura, as principais produções científicas sobre sexo, sexualidade e abuso sexual infantil, de modo que recorre-se aos estudos de Philippe Ariès, Sigmund Freud e Michel Foucault sobre concepções de infância, sexualidade, sexo e corpo como uma aposta para a educação. Metodologicamente, o trabalho constitui-se como qualitativo como uma revisão de literatura. Como resultados, observamos que embora haja silêncio em relação à forma como o abuso sexual infantil é tratado, a escola se revela um espaço de privilégio, onde docentes podem atuar de modo atento aos sinais, tendo em vista que o abuso sexual infantil gera impactos severos na vida adulta da pessoa abusada.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso sexual; criança; sexualidade; educação.

CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA

Há pouco mais de cem anos, Sigmund Freud chocava a sociedade vienense com seu trabalho, apresentando a criança dotada de afetos, desejos e conflitos. Discussões importantes e que ainda hoje são de difícil abordagem, pois a infância permanece contida na redoma imaginária da pureza, da felicidade, da ingenuidade e da angelitude, ao mesmo tempo em que a sexualidade e o sexo são vinculados ao impuro, à tristeza, à promiscuidade e ao demoníaco.

Embora o fundador da psicanálise não tenha escrito para a educação formal, seus estudos sobre a infância mostram que os aspectos pessoais e emocionais do desenvolvimento acontecem na primeira infância, sendo influenciados tanto pela natureza quanto pela qualidade das interações entre a criança e o adulto.

Na atualidade, ainda dificulta a discussão da sexualidade infantil, particularmente no meio educacional, o fato de que, de maneira geral, a sexualidade ainda tem sido carregada de reducionismo que trata a sexualidade como sinônimo de genitália e reprodução. Dessa forma, falar sobre sexualidade não é visto com bons olhos em diferentes espaços da sociedade, visto que os tabus que envolvem o tema são grandes.

Por outro lado, a criança cresce sem

conhecimento mínimo sobre seu corpo, sem consciência do mesmo e ainda sofre quando tem qualquer manifestação associada a sexualidade, como por exemplo, quando toca o próprio sexo e sente prazer com o toque, pois tal ato é tido como “feio” e “inadequado”.

Vidal e Thiengo (2017, p. 125) afirmam que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, “a inclusão da sexualidade como temática nos currículos escolares se intensifica a partir da década de 1970, pois esta traz à tona a importância da formação holística, de pensar o indivíduo com ser integral”.

As recentes discussões sobre a temática revelam que a educação deve se encarregar de debatê-las em sala de aula, como um tema integrador, sobretudo no que diz respeito ao abuso sexual infantil. Segundo dados do Disque 100, somente no ano de 2022, até abril já haviam sido notificados 4.486 casos de abuso, de modo que isso representa 37 casos por dia. Essa realidade nos coloca diante da contundência dessa pesquisa.

Diante dos melindres com que a temática é abordada, urge nos perguntarmos: de que modo a educação tem lidado com a abordagem sobre sexo, sexualidade e abuso na infância? Tal questionamento será respondido no decorrer deste trabalho ao desembocar no objetivo deste artigo, que é analisar as principais produções acadêmico-científico sobre sexo, sexualidade e abuso sexual infantil. Para tanto, lançamos mão dos estudos psicanalíticos de Freud (1976; 2016) sobre a sexualidade infantil, do mesmo modo que tomaremos os estudos de Ariès (1981) sobre a concepção de infância.

Do ponto de vista da metodologia adotada, o trabalho é qualitativo com revisão bibliográfica e se configurou seguindo as seguintes etapas: a) revisão da discussão teórica; b) análise da literatura existente acerca do tema, dos últimos três anos; c) tabulação dos dados colhidos; d) discussão dos dados a partir do subsídio teórico elegido.

A fim de compor o escopo do trabalho, organizamos-o retoricamente: a) inicialmente, expomos as discussões teóricas sobre criança, sexo, sexualidade, corpo e educação; b) posteriormente, apresentamos um panorama de pesquisas desenvolvidas a partir de tais aproximações temáticas e, por fim, c) analisamos cinco trabalhos com maior aproximação da proposta, à luz do aporte teórico do trabalho.

SOBRE A CRIANÇA, SEXO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

Em diversos momentos da história a criança tem ocupado diferentes posições frente à família e a sociedade. Para Ariès (1981), na sociedade medieval, assim que a criança adquirisse independência em relação aos cuidados da mãe, passaria a fazer parte do grupo de adultos, realizando as mesmas atividades e frequentando os mesmos espaços, sendo preparada para a vida, não havendo uma preocupação com a educação e, nesse sentido, “[...] a escola na realidade era uma exceção” (ARIÈS, 1981, p. 229). De modo que não havia uma separação clara entre adultos e crianças, tendo em vista que elas eram concebidas

como “mini adultos”.

À medida que o tempo passa, essa ideia passa por mudanças e é entre os moralistas e educadores do século XVII que surge outro olhar em relação à infância, que passa a ser vista como imperfeita e com isso, surge a necessidade de conhecê-la melhor para educá-la e formar um adulto melhor. Dessa forma, a educação formal nos estabelecimentos especializados toma para si o papel de formação moral e intelectual por meio de uma rígida disciplina, adotando métodos punitivos quando necessário, pois o objetivo é “[...] fazer dessas crianças pessoas honradas e probas e homens racionais” (ARIÈS, 1981, p. 163).

Segundo Ariès (1981), a crescente preocupação moral dá luz à inocência infantil, e para proteger as crianças, as conversas, os contatos físicos e tudo que tivesse conotação sexual passa a ser proibido para não corromper sua inocência.

Para Freud (1976) a criança é um ser que sente tristeza, raiva, solidão, desejos destrutivos, vive conflitos, inquietações e contradições, trazendo consigo uma sexualidade além de “[...] ser capaz da maior parte das manifestações psíquicas do amor, por exemplo, a ternura, a dedicação e o ciúme” (FREUD, 1976, p. 139).

Quanto à sexualidade, esta se constitui histórica e culturalmente que se explica e se compreende no contexto das relações que se produzem. Dessa forma é que na atualidade,

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. [...] Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo? Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior dos poderes muito apertados, que lhe impõem limites, proibições ou obrigações (FOUCAULT, 2014, p. 134).

Nesse contexto é que para o corpo, a partir das concepções de poder que usa a seu favor o moralismo, cria-se a ideia de um ‘amor fraternal’ entre os cônjuges, onde o prazer, o desejo e a realização sexual tornam-se sinônimo de procriação e se vincula ao matrimônio concebido sob as bênçãos dos representantes de Deus na Terra.

ABUSO SEXUAL INFANTIL: O QUE A CIÊNCIA NOS DIZ?

Nesta seção, analisaremos as produções mais recentes acerca do abuso sexual infantil, destacando as contribuições que tais pesquisas nos dão em direção a reflexão para a Educação. Sendo assim, selecionamos quatro textos que cuidam da temática, a saber: *Capacitação do educador acerca do Abuso Sexual Infantil* (2003); *O Saber e o Não Revelar da Violência Sexual Doméstica Infantil na Dinâmica do Profissional Escolar* (2012); *“Entre” Chapeuzinhos Vermelhos e Lobos Maus: O Abuso Sexual na Primeira Infância e a Escola enquanto Rede de Proteção e Enfrentamento* (2018); *O Monstro Amigo: possíveis abordagens no ensino fundamental sobre o abuso sexual em crianças* (2019); e *Abuso*

Inicialmente, para fins de organização, discutiremos os textos em ordem de publicação. Portanto, o texto *Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil*, de autoria de Rachel de Faria Brino e de Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, discute a respeito da maneira de como o abuso sexual infantil passa despercebido nas escolas devido a falta de marcas físicas. Ao dialogar com a problemática apresentada, Brino e Williams (2003) propõem uma capacitação de professores de tal modo que em seus aprimoramentos e observações tem-se uma análise mais concreta sobre o abuso sexual infantil, fazendo com que haja um diagnóstico e decisões são tomadas a partir dos casos observáveis.

Tais discussões nos faz refletir a relevância da responsabilidade e altivez do professor quando se trata de qualquer tipo de abuso voltado ao público infantil. Saber identificar as marcas sociais e psicológicas presentes no espaço escolar é de grande importância visto que “[...] os professores dentro do campo profissional são os que detêm o menor repertório de informações sobre o abuso sexual” (BRINO; WILLIAMS, 2003, p. 01). Ainda nesse sentido, as autoras dialogam os impactos que o abuso sexual infantil trás para o âmbito escolar. A presença de crianças com transtornos de ansiedade e distúrbios psicológicos são fatores observáveis na escola por algum momento, quando se tem sujeitos que passam por algum tipo de abuso.

Da mesma forma que é necessário saber reconhecer os caminhos que uma criança passa ao transitar por algum tipo de abuso, é fundamental que o professor e qualquer integrante do espaço escolar denuncie tais violências, a fim de melhor lidar com a criança abusada dando-lhe apoio e a conduzindo para um atendimento especializado.

Como plano de intervenção, as autoras trazem em seu texto uma proposta de capacitação de professores de modo que consigam lidar com suspeitas e com casos explícitos de abuso sexual entre crianças e adolescentes. A proposta do curso é normatizada por etapas, onde, a princípio, há um discurso sobre o tema central voltado ao abuso sexual contra crianças, perpassando pelo estudo das leis normatizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, indo a uma reflexão sobre maneiras adotadas por um profissional ao se deparar com algum tipo de abuso sexual infantil e por fim identificando algumas formas de ação em eventualidades onde há ocorrência de abuso sexual, dando um maior destaque quando a vítima for pertencente ao espaço escolar atuante pelo professor.

Finalmente, em discussões entre prós e contras, a respeito da capacitação efetuada pelas autoras, devemos levar em consideração a grande importância ao se produzir conhecimento novo ou até mesmo aprimorar antigos sobre o abuso sexual. Um ponto marcante em um momento da capacitação apresentada, no que se diz a coleta de dados das autoras, é a imparcialidade dos sujeitos da pesquisa no que se diz em ouvir em sala

de aula comentários de alunos que alguma forma sofreram abuso sexual e a não omissão desses comentários pela equipe gestora da escola.

Já no texto *O Saber e o Não Revelar da Violência Sexual Doméstica Infantil na Dinâmica do Profissional Escolar* de Mayara Rocha Vollet, a autora tras como objetivo geral em sua pesquisa de doutorado, a reflexão sobre quais aspectos subjetivos dificultam a denúncia da violência doméstica sexual infantil por parte dos profissionais da educação.

É importante destacar que a autora buscou investigar de que modo profissionais de educação conceituam violência sexual doméstica infantil; como identificam esses casos entre seus alunos e como agem diante de casos de suspeita de violência sexual doméstica infantil. É válido anteciparmos que em análises de literatura sobre o tema, o silêncio empodera diante de tal violência contra a criança.

A pesquisa foi de cunho semi estruturada onde analisou-se a fala de cinco profissionais pertencentes ao espaço escolar de investigação e nesse momento aborda-se sobre dinâmicas de enfrentamentos, manutenção e origem da violência sexual pertencentes no âmbito familiar. Tais entrevistas foram analisadas, tendo como base referenciais metodológicos da psicanálise.

Salienta-se, então, que por meio de análises de dados da pesquisa de Vollet (2012), que todos os participantes por algum momento observaram sinais interpretativos com indícios de violência sexual doméstica infantil em pelo menos um de seus alunos, mas, em nenhum momento relataram suas percepções aos órgãos competentes de proteção à infância, vinculados ao Poder Judiciário.

Tais fatos nos levam a observar, de maneira bem compreensível, que os primeiros a testemunharem maus tratos sofridos pelas crianças em suas casas são os profissionais da educação, isso os põe em lugar de privilégio no que diz respeito à percepção dessa realidade, justificando-os assim como grandes receptores de mensagens e informações desde a identificação do abuso até as tomadas de decisões cabíveis aos órgãos judiciais competentes.

A evidência dessa omissão, ao que se diz sobre a denúncia contra o abuso infantil, está presente nas respostas dos entrevistados da pesquisa por algumas mediações de cunho cultural, subjetiva e institucional. Ao se tratar de mediações culturais, a relevância se nota ao envolver mitos referente a família, a criança e o agressor. É importante dizer que nessa mediação há uma desconstrução do perfil do agressor ou da família abusiva, bem como a concepção de que altos níveis de escolaridade podem interferir para que o abuso sexual e a violência doméstica não aconteça.

As mediações subjetivas são fatores que também se evidenciam na omissão sobre o abuso sexual infantil. Essas mediações são expressas pelos entrevistados da pesquisa com atos silenciosos sobre a temática, devido a questões de incestos e de falta de informação

a respeito da não obrigatoriedade do denunciador a provar suas referidas suspeitas em algum tipo de abuso voltado ao público infantil.

Outra mediação citada na pesquisa são as institucionais. Muitos entrevistados relatam não terem confiabilidade no trabalho dos órgãos competentes que tratam do abuso sexual infantil. Há uma certa insegurança desses profissionais por parte dos entrevistados devido a falta de formação das partes que compõem esses órgãos.

A marca do silêncio e do isolamento são situações que persistem sobre famílias abusivas. Em questionários aplicados aos participantes da pesquisa, muitos relatam que famílias abusivas não procuram de forma espontânea a escola para relatar orientações de cunho sexual-afetiva, mas quando por algum motivo há suspeita de abuso em observação vinda pela escola, os familiares sempre comparecem de maneira a esclarecer tais desconfianças.

Sendo assim, a pesquisa é apenas um pequeno recorte do problema. Há uma necessidade muito grande em investimentos científicos e estratégias de comunicação para que de uma vez por toda o silêncio seja rompido pela sociedade sobre violência sexual infantil ou qualquer outro tipo de violência.

Já na proposta de dissertação intitulada de *“Entre” Chapeuzinhos Vermelhos e Lobos Maus: O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento* (2018) o autor Macdoulgas de Oliveira faz uma analogia a estória de chapeuzinho vermelho para contar abusos sexuais ocorridos na primeira infância e em qual papel a escola se encaixa como rede de proteção e enfrentamento. A justificativa de trazer um conto como eixo norteador da pesquisa, é para que a mesma tenha uma leveza e suavidade visto que falar de qualquer tipo de abuso é sempre uma temática muito delicada e pesada.

Como o abuso sexual em crianças já é um assunto pautado em diversos estudos e pesquisas, isso faz com que o tema ganhe bastante visibilidade e repercussão na sociedade, sobretudo em órgãos competentes. Diante desses fatos citados, o autor traz como objetivo geral investigar os impactos e contribuições emergentes a partir da intervenção formativa na atuação profissional de professores da rede pública no município do Recife, considerando a temática sobre abuso sexual em crianças na primeira infância.

A proposta é trazer à tona discussões acerca do papel da escola na constituição do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e como fruto dessas discussões surge então uma formação continuada envolvendo o abuso sexual infantil.

O autor destaca em um momento que “[...] o abuso sexual é uma violência que deixa marcas profundas nas vítimas” (OLIVEIRA, 2017, p. 119), isso demonstra que de alguma forma essas marcas se mantêm no meio físico, social e psicológico da criança. O passo da descoberta de um abuso até as tomadas de decisões a respeito de como lidar

com tais situações requer que estejamos munidos de informações e de procedimentos de como agir com tais circunstâncias.

Por esse e outros questionamentos, a escola possui um papel primordial na rede de fortalecimento da prevenção e da proteção na rede de enfrentamento do abuso sexual infantil, ao mesmo tempo que a escola possui certas fragilidades quando se trata de assuntos pautados a sexualidade, principalmente quando fala-se em abuso sexual infantil. Foi pensando nessas fragilidades que o texto de Macdouglass de Oliveira (2018) trás como objetivo as possibilidades de investigar os impactos e as contribuições que um curso de formação continuada com a temática sobre abuso sexual na primeira infância pode trazer como benefício aos professores e as instituições escolares do município de Recife.

Entre silêncios e narrativas sobre tal temática, nota-se que esse conto de fadas não por um breve momento terá como diálogo final “e foram felizes para sempre”, mas cabe a todos nós não atuarmos como “lobos maus”, mas, sim, como seres responsáveis em não se calar diante dessa questão.

Na dissertação *O Monstro Amigo: Possíveis Abordagens no Ensino Fundamental sobre Abuso Sexual em Crianças* (2019), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo, o autor Régisson da Silva aponta como objetivo geral analisar as abordagens pedagógicas realizadas em sala de aula do ensino fundamental sobre abuso sexual cometido contra crianças. A pesquisa de abordagem qualitativa, foi desenvolvida em três escolas do município de Cariacica-ES, utilizando a triangulação como proposta para análise dos dados.

A pesquisa investigou as abordagens realizadas por professores em sala de aula e, destaca-se na pesquisa, a dificuldade dos professores em tratar a temática, bem como o receio dos gestores em fazer os devidos encaminhamentos visto que grande parte dos abusos relatados são intrafamiliares. Em função das dificuldades encontradas pelos educadores, realizou-se um seminário de formação, na busca de orientar os professores em sua prática.

Os resultados do seminário originaram um guia de orientação aos professores (Produto Educacional), intitulado *Abuso Sexual Infantil: Guia de Orientação aos Professores*, contendo informações que emergiram dos debates realizados durante o processo de pesquisa. O guia em questão caracteriza-se como produto educacional da pesquisa, pois o programa de mestrado em questão é profissional.

Como última proposta de análise, trazemos à tona o texto *Abuso Sexual Infantil: Compreensões de Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental* (2019), da autora Evilyn Diconcili Caetano, que em suas discussões traz como objetivo a compreensão de docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sobre a problemática referente à prevenção e enfrentamento do abuso sexual infantil. A pesquisa foi de cunho qualitativo, com

grupo focado em quatro docentes dos Anos Iniciais e com duas pessoas adultas vítimas de abuso sexual na infância, localizados no município de Lages no estado de Santa Catarina.

A pesquisa investigou as devidas compreensões que os docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tinham sobre a prevenção e ao enfrentamento do abuso sexual infantil. Por análise de dados, observou-se um grande despreparo desses sujeitos ao lidar com temáticas voltadas à sexualidade e abuso sexual infantil. Com base nessa justificativa salientou-se a necessidade de um curso de capacitação para aprimoramento de práticas investigativas que abordasse tal problemática.

No decorrer da pesquisa percebe-se que houve um grande empenho por parte dos participantes em colaborar na prevenção e no enfrentamento do abuso sexual infantil, visto que esses sujeitos ressaltam a grande importância em se conhecer o tema em seus processos formativos, de modo que possam evitar situações constrangedoras em sala de aula, ou entre crianças que foram pertencentes a esse espaço de violência e abuso sexual.

A violência sexual infantil está presente na história ao passo que seu reconhecimento é dado por características e atributos diferentes em cada época. Em tempos atuais, observando em uma perspectiva geral, temos que entender que abuso sexual infantil perpassa por diversos significados como: agressão sexual, pornografia, estupro e, até mesmo, incesto. É importante compreender que ao tratarmos de abuso sexual infantil, a recorrência maior evidencia-se no espaço intrafamiliar, onde concretiza-se reconhecimentos de estruturas vulneráveis, impermanências de diálogos e fragilidades nas relações.

Ao se falar que abuso sexual infantil é um fenômeno de gênero e de geração, entende-se por gênero como o masculino pela maioria dos casos serem acometidos pelo o masculino; o entendimento de geração é evidenciado pelo adulto utilizar de seu reconhecimento para fins de manipulação fazendo que a prive de uma vida e de sentimentos sem violência.

A autora reforça que a violência sexual infantil é pertencente a todas as classes sociais. Ainda vemos uma sociedade calada, mesmo enxergando tais ocorridos. Em dias atuais, essas situações são evidenciadas na mídia, o que nos faz em uma ruptura de estruturas, onde se tem mais pessoas que não se calam sobre o assunto, gerando denúncias, questionando, desmistificando e problematizando o fenômeno.

A temática da pesquisa nos leva a reflexões de como podemos lidar com situações que muitas vezes foram moldadas de maneira a serem caladas no espaço escolar. Entre abusos de qualquer tipo não importa de quem e nem de onde vem, somos pessoas que agimos ou devemos agir adequadamente, visando um acolhimento entre qualquer todos que necessitam, independentemente de gênero, raça, etnia ou qualquer qualidade que nos diferencia do outro.

Salientamos que

Um estudante que é vítima de qualquer forma de violência é uma criança com necessidades educacionais especiais. Ela apresentará graves sequelas psicológicas, emocionais, físicas e outras que, diretamente, afetarão sua vida escolar ficando em risco de exclusão do processo educacional por não estar em condições de participar plenamente da escolarização e da vida escolar (SILVA; THIENGO, 2019, p. 10).

Portanto, é fundamental estarmos atentos aos eventos que acontecem com crianças e adolescentes no interior da escola, pois uma mudança brusca de comportamento pode ser um pedido de socorro. Ressalta-se que uma vítima de abuso sexual necessita de atenção e encaminhamentos para que receba todo apoio de que necessita para o pleno desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual infantil deixa marcas profundas, impacta subjetividades e precisa de atenção por parte da escola. Desse modo, neste trabalho apresentamos uma breve revisão de literatura, com o objetivo de apresentar pesquisas que abordassem o abuso sexual infantil na perspectiva da educação.

Deixou-se claro que a educação tem papel primordial na identificação de casos de abuso sexual infantil, por estar em posição de privilégio no que diz respeito ao contato com crianças e adolescentes, podendo observar os sinais deixados pelo ato nas vítimas. Como consequência, cabe ao educador ao perceber situações de abuso, os encaminhamentos para as equipes responsáveis pela investigação dos casos, bem como o atendimento necessário à vítima.

Ainda que o tema precise ser melhor explorado, uma vez que há muito silêncio, medo e melindres, docentes não podem se furtar em discutir e esclarecer o quão impactante isso é ao trabalho docente, tendo em vista que as pesquisas apontam que, inclusive, docentes abusadas tiveram suas subjetividades afetadas pelo abuso na infância. O trabalho, de longe, encerra as discussões, mas abre possibilidades diversas à pesquisas futuras.

A infância é um curto período que passa muito rapidamente. Pais e educadores precisam ter em mente que esse é um período de constituição dos alicerces de segurança para promoção de um adulto equilibrado. O afeto e a afetividade são importantes para a criança e esta deve ser capaz de diferenciar carinho de carícia. O caminho para isso é o conhecimento de si, do seu corpo, de quem realmente é.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. **Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil**. In: Revista Interação em Psicologia, 7(2), p. 1-10, 2003.

CAETANO, E. D. **Abuso sexual infantil**: Compreensões de docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Dissertação de Mestrado - Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, Programa de Pós Graduação em Educação. Lages, 144 p. 2019. Disponível em: https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/f1b6d403c7262657fff94f744bf6e092.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalheite. 42 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

FREUD, S. **O esclarecimento sexual das crianças**. In: FREUD, S. Obras completas. V. 9. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

OLIVEIRA, M. **“Entre” Chapeuzinhos vermelhos e lobos maus**: O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de enfrentamento. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Rural do Pernambuco - UFRPE, Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas, e Identidades. Recife, 168 f, 2018. Disponível em: http://ww2.ppgeci.ufrpe.br/sites/www2.ppgeci.ufrpe.br/files/documentos/dissertacao_finalizada-_impressao-2018.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

SILVA, R. da. **O monstro amigo**: possíveis abordagens no ensino fundamental sobre abuso sexual em crianças. Dissertação de Mestrado – Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática. Vitória, 117f, 2019. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/1139/MPCM_Disseerta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20na%20modalidade%20profissional_R%C3%A9gisson%20da%20Silva-Turma%202016_%20V%20Final%20em%2006.11.2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 jun. 2022.

SILVA, R. da; THIENGO, E. R. **Abuso sexual infantil**: guia de orientação ao professor. 1. Ed. Vitória, ES: Editora Ifes, 2019. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/561375/2/MPCM_%20Produto%20Educatonal_E-book_Regisson%20da%20Silva_Turma%202016%20V%20sem%20ISBN%20em%2016.10.2019.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

VIDAL, H. J. E.; THIENGO, E. R. Educação infantil e sexualidade: superando preconceitos. In: THIENGO, E. R. (Org.). **(In)diferenças em questão**: conversando sobre diversidade. Vitória, ES: Edifes, 2017. Disponível em: <https://edifes.ifes.edu.br/images/stories/livros/diversidades.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

VOLLET, M. R. **O Saber e não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar**. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista - UNESP - Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 257 p. 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106139>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SOBRE OS ORGANIZADORES

MARCELO CHAVES SOARES - Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário Vale do Cricaré. Especialista em Sociologia pela Faculdade Futura. Possui graduação em Direito pela Faculdade Castelo Branco - FCB, é licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, é licenciado em História pela Universidade de Uberaba - UNIUBE. Atualmente é Advogado, Professor de Sociologia na Educação Básica da Rede Estadual do Estado do Espírito Santo. É pesquisador no Grupo de Pesquisa Educação, História e Diversidades - GPEHDI - Ifes/Vitória. Tem seus estudos voltados para a educação, gêneros, sexualidades, direito, sociologia digital, cultura e suas representações.

EDMAR REIS THIENGO - Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, atuando no curso de Licenciatura em Matemática e no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática Educimat/Ifes. Realizou estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro PEMAT/UFRJ. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo Ufes, mesma instituição onde tornou-se Mestre em Educação, desenvolvendo pesquisas na área de História da Matemática; Licenciado em Ciências e Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola MG. Membro da Comissão Permanente de Ações Afirmativas dos Programas de Pós-Graduação do IFES; foi Coordenador do Curso de Licenciatura do Ifes - campus Vitória (2015-2019); foi Coordenador do Programa de Residência Pedagógica (2018-2019); foi Coordenador da Área de Matemática (2019-2021). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática Inclusiva (GPEMI) e do Grupo de Pesquisa Educação, História e Diversidades (GPEHDI), desenvolvendo pesquisas na área da Educação Matemática e suas relações com as pessoas historicamente excluídas. Coordenador do Grupo de Trabalho 13 da Sociedade Brasileira de Educação Matemática - GT13 da SBEM: Diferença, Inclusão e Educação Matemática (2021-2024).

SOBRE OS AUTORES

AKNATON TOCZEK SOUZA - Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, doutor em Sociologia na UFPR com estágio de pós-doutorado em sociologia política na Universidade Vila Velha - UVV; é mestre em Sociologia pela UFPR. Possui graduação em Direito. É pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos - CESPDPH/UFPR. Pesquisador colaborador da Universidade Vila Velha no Núcleo de Pesquisa em Ativismos, Resistências e Conflitos - NUPARC/UVV. É Coordenador do Curso e Docente da Faculdade de Direito UNISECAL.

BIANCA SANTOS DA SILVA - Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário Vale do Cricaré. Psicóloga graduada pela Faculdade Brasileira MULTIVIX (2015). Especialista em Educação Especial e Inclusiva em Psicopedagogia Institucional. Atualmente é servidora da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy.

JANIVALDO PACHECO CORDEIRO - Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo. Pesquisador Colaborador Júnior I no Programa de Pós – Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.

JANE ADRIANA VASCONCELOS PACHECO RIOS - Professora Titular Plena da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC/UNEB. Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2013). Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2008). Mestrado em Educação pela Universidade do Quebec (2002). Especialista em Linguística aplicada ao ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1998). Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (1995). Consultora da SEC/BA - Núcleo da Educação do Campo (2010-2011). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (2010-20214). Líder do Grupo de Pesquisa DIVERSO - Docência, Narrativas e Diversidade na Educação Básica. Coordenadora do Observatório da Profissão Docente na Bahia. Membro ad hoc do GT 13 Ensino Fundamental/ANPED. Coordenadora do GT 13- Ensino Fundamental/ANPED Regional. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Superior e pesquisas sobre docência na Educação Básica, atuando principalmente nos seguintes temas: profissão docente na Educação Básica, formação de professores, diversidade, ruralidades, pesquisa narrativa, linguagem.

JÉSIO ZAMBONI - Professor Adjunto do Departamento de Psicologia e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Possui Graduação em Psicologia (2008), Mestrado em Psicologia Institucional (2011) e Doutorado em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Atua principalmente nos seguintes temas: Diversidade Sexual e de Gênero,

Clínica Transdisciplinar, Análise Institucional, Narratividade, Filosofia da Diferença, Ética na Psicologia, Direitos Humanos, Biopolítica, Análise da Atividade de Trabalho.

JÉSUM GOMES DE SOUZA - Mestrando em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Possui graduação em Matemática pelo Centro Universitário São Camilo - ES (2009). Graduação em Geografia pela FIAR (2015). Especialista em Matemática pela FASE. Especialista em Gestão Educacional com Habilitação em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar pela FASE. Especialista em Metodologia do ensino de Geografia e História pela FANAN. Atualmente é professor de Geografia do Ensino Fundamental no Município de Itapemirim – ES.

JOEL ALMEIDA NETO - Professor de Ciências e Biologia na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. Mestre em Educação em Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Graduado em Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal de Viçosa. É membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Diversidade – Ifes.

KÁTIA GONÇALVES CASTOR - Pedagoga e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora do Instituto Federal do Espírito Santo. Membro efetiva do Programa de Mestrado Profissional do Ensino em Humanidades do IFES. Professora Convidada do Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré. Lider de Grupo do CNPQ Educação& Cultura e Natureza: Movimento Decolonial.

LOHAN GALVÃO DE OLIVEIRA - Professor de Inglês no Centro Acadêmico Primeiro Mundo - Vila Velha. Mestre em Educação em Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus Vitória. Graduação em Química pela Ohio University e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Graduação em Letras Inglês em andamento pela Faculdade Estácio. É membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Diversidade – Ifes.





PABLO ORNELAS ROSA - Doutor em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2012), mestre em sociologia política (2008) e bacharel em ciências sociais (2005) pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Realizou estágio de pós-doutorado em psicologia (2020) e em saúde coletiva (2018) na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e em sociologia (2014) na Universidade Federal do Paraná -UFPR. Atualmente realiza pesquisa de doutorado em psicologia institucional na UFES. Professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política (Mestrado Acadêmico) e em Segurança Pública (Mestrado Profissional) da Universidade Vila Velha - UVV. Professor colaborador no Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré – UniVC.

PAULO ROBERTO PEREIRA JUNIOR - Mestrando em Educação em Ciências e Matemática pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Graduado em Matemática pela Universidade de Uberaba (2009) e em Física pela Universidade Metropolitana de Santos (2011). Especialista em Ensino da Matemática pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM), em Psicopedagogia pela Faculdade Castelo Branco (FUNCAB), em Alfabetização pela Faculdade Castelo Branco (FUNCAB), em Metodologia do Ensino de Física pela Faculdade de Educação da Serra (FASE) e em Matemática na Prática pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente é professor de Matemática pela Rede Municipal de Colatina - ES e Rede Estadual do Espírito Santo.

THIAGO FERNANDES MADEIRA - Doutorando em Ciências Sociais (PGCS/UFES), Estudante/Pesquisador do Laboratório de Estudos de Identidades e Tecnociência (LEIDETEC/UFES). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo com Habilitação em Licenciatura (2012) e Bacharelado (2014). Mestre em Ensino na Educação Básica (UFES/CEUNES) (2019). Foi redator do novo currículo de Sociologia do Espírito Santo - PROBNCC, foi Técnico Pedagógico na CEAFFRO - Comissão Permanente de Estudos Afro-brasileiros na GECIQ - Gerência de Educação do Campo, Indígena e Quilombola da SEDU/ES - Secretaria de Estado da Educação - Espírito Santo, foi Técnico Pedagógico na Gerência de Avaliação - SEDU.

GÊNEROS E SEXUALIDADES

em veredas dissidentes
e resistentes

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br







 **Atena**
Editora
Ano 2022



GÊNEROS E SEXUALIDADES

em veredas dissidentes
e resistentes

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



 **Atena**
Editora
Ano 2022